

43

ano 11 | dezembro 2020

@metropolis

10
anos

Revista
Eletrônica
de Estudos
Urbanos
e Regionais

revista eletrônica *e-metropolis*

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial - que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas - e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: www.emetropolis.net.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@observatoriodasmetropoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Prof^o Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

coordenadores editoriais

Fernando Pinho

Juciano Martins Rodrigues

editores

Fernanda Pernasetti

Luísa Sobral

Patrícia Ramos Novaes

Pedro Paulo Machado Bastos

Priscilla Rodrigues Fonseca

Renata Brauner Ferreira

Renata Cristina Antão

Samuel Thomas Jaenisch

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

Thaís Velasco

apoio técnico editorial

Diene Ghizzo

suporte administrativo

Karoline de Souza

conselho editorial

Prof^a Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Prof^a Dr^a. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Prof^a Dr^a. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Prof^a Dr^a. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Prof^a Dr^a. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Prof^a Dr^a. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Maria Lígia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Prof^a Dr^a. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Prof^a Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFGA)

Prof^a Dr^a Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 43 ▪ ano 11 | dezembro de 2020

Chegamos à última edição da *e-metropolis* de 2020. É em meio à tristeza e à indignação que este ano vai acabando. Continuamos resistindo esperançosamente, (re)constituindo redes de solidariedade, acreditando e lutando para que a frase “tudo vai passar” se realize. Foi um ano de muitas perdas: mais de 180 mil vidas ceifadas pela COVID-19, grandes áreas verdes desmatadas, direitos sociais em vias de desfazimento, superprecarização do trabalho, entre outras. As conquistas, mais do que nunca, devem ser comemoradas, e foi assim que festejamos (separados, mas juntos de alguma forma) os 10 anos de publicação ininterrupta de nossa revista. Agradecemos, portanto, às pessoas que contribuíram para isso: leitores, autores, pareceristas e ilustradores. Agradecemos a todas e todos!

Iniciando a leitura da 43ª edição, como destaque, temos uma interessante discussão que articula as relações entre sexualidades não-heterossexuais, comércio e consumo no artigo “Dinâmicas e processos de transformação urbana em Milão: finalmente um “*gay district*”?”. Tomando como recorte empírico um bairro de Milão (Itália), Giuliana Costa e Andrea Barcellesi mostram como a presença LGBT+ articula e rearticula, influencia e é influenciada pelas metamorfoses nos espaços de lazer.

Em seguida ao artigo de capa, temos cinco trabalhos que dialogam com aspectos concretos e simbólicos do urbano. Em “A formação da colônia israelita e as formas simbólicas espaciais”, Enderson Albuquerque e Miguel Angelo Ribeiro investigam a constituição da presença judaica em Nilópolis (RJ) e suas influências na dinâmica territorial. A relação entre as políticas de remoção de favelas e o processo de metropolização carioca, em termos de distribuição populacional e fragmentação e segregação espacial, é a questão analisada por Vivian Gomes no texto “O remocionismo e seus reflexos na metropolização do Rio de Janeiro”. E ainda, sobre o tema da metropolização, agora em Salvador, Heibe Santana da Silva e Gilberto Corso Pereira tecem uma análise sobre a distribuição espacial de infraestrutura, equipamentos e serviços de modo a avaliar os graus de justiça espacial, como nos mostra o artigo “Índice de justiça espacial na Região Metropolitana de Salvador”. Além destes, são apresentados escritos que se debruçam sobre as formas de racionalidade presentes e que dão sustentação ao capitalismo, e, em última instância, às subjetividades contemporâneas. Em “Da jaula de aço à fabricação do homem-empresa”, Gustavo Vitti apresenta um breve panorama sobre as transformações operadas no âmbito da lógica capitalista, destacando as formas de condução de condutas, que vão da ética protestante (em Weber) até o empresariamento de si (em Dardot e Laval). No último artigo deste número, Germano Coelho e Fabiana Saddi discutem a política de regularização fundiária, implementada pela Agência Goiana de Habitação (Agehab), no bairro São Domingos, em Goiânia, utilizando como método *process-tracing* do tipo explicação de resultado, além de entrevistas com agentes públicos e atores comunitários.

Na seção especial, temos o trabalho feito por Paul Melo e Castro, intitulado “Mais-Valias em Trier”. Em visita a esta cidade alemã, o autor faz uma interessante reflexão sobre as relações entre turismo e cidade, valendo-se do cruzamento entre a fotografia de rua e o turismo enquanto práticas visuais. Finalizando esta edição, Erica Modesto e Fernando de Souza nos apresentam o ensaio fotográfico “(Ocup) ação urbana e seu desdobramento habitacional”, no qual registram as formas de morar em uma ocupação do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), em Aracaju (SE), prática integrante da luta pelo direito à cidade.

Para terminar, aproveitamos a oportunidade para os votos de boas festas, com os devidos cuidados sanitários, e para expressar nosso desejo de que o ano vindouro fortaleça nossos sentimentos mais bonitos. Que 2021 chegue para renovar as nossas utopias, o otimismo, a esperança e a nossa vontade de que o mundo seja um lugar mais justo, mais solidário e melhor para todas e todos. ■

Valeu a pena!

A *e-metropolis* surgiu de um esforço motivado pelo espírito coletivo que move as pesquisas e as ações da rede do Observatório das Metrôpoles. Os números que publicamos em 2020, ano em que comemoramos 10 anos de existência, sintetizam a política editorial instituída ao longo desse tempo; política essa baseada não apenas na diversidade temática, mas também nos diferentes olhares sobre os quais as cidades e o mundo que as abriga podem ser observadas.

Nossa política editorial, construída coletivamente e apoiada na perspectiva transdisciplinar, permitiu o diálogo ainda mais próximo com áreas do conhecimento que tratam sobre a cidade, como a Arquitetura e o Urbanismo, o Planejamento e o Desenvolvimento Regional, as Artes, a História e o Design. Poderíamos destacar muita coisa do conteúdo publicado ao longo desse tempo, entre artigos, resenhas, ensaios fotográficos, seções de texto livre e entrevistas. Citamos, como exemplo, uma inédita entrevista com o sociólogo francês Christian Topalov e os primeiros artigos em português do geógrafo Neil Brenner, assim como a produção de jovens pesquisadoras e pesquisadores que, também com sua audiência, críticas e sugestões,

contribuíram para a consolidação da *e-metropolis*.

Não teríamos chegado aos 10 anos se não fosse o apoio institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), e se não tivéssemos também o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituições que vêm se mostrando fundamentais para a promoção do desenvolvimento científico do país, em especial para a manutenção das bases democráticas em que devem se apoiar o saber científico.

Além desse apoio, não poderíamos deixar de agradecer a contribuição imensa de pessoas que estiveram envolvidas diretamente com a concepção da *e-metropolis* e sua condução por alguns desses anos: Ana Carolina Christóvão, Carolina Zuccarelli, Eliana Kuster, Heitor Vianna Moura, Marianna Olinger e, por fim, o suporte operacional de Elizabeth Peixoto e Karoline Souza. ■

Coordenação Editorial

@-topia, uma revista de cidade

Tomo a esmo um artigo qualquer da última revista eletrônica *e-metropolis* que vem de completar 10 anos de existência. O artigo é um ensaio fotográfico intitulado “Identidade cotidiana”. Clica-se no artigo e ele explode num colorido arrepante contornado por um fundo em preto e branco que logo nos interroga sobre aquilo: um sujeito magrela, vestindo uma roupa composta de pequenos retalhos coloridos, entre carros estalando o seu cinza, talvez num sinal de trânsito, parece se preparar – muito sério – para sua apresentação artística, tentando descolar alguns trocados para sua sobrevivência diária¹.

Tomo essa foto porque ela me parece ter o des-temor de tremular como um saber sobre a cidade numa revista que quer repensar a “dinâmica da vida urbana”, a “governança da cidade” e o “estudo da metrópole”. Essa foto é como que um resumo da expe-

riência urbana, seja na dimensão da materialidade da cidade, seja na dimensão da cultura, seja na perspectiva do imaginário do que é viver coletivamente.

Eis aí o espírito da coisa: como é possível compreender o viver juntos em metrópoles colossais? Eis aí o bom combate travado pela *e-metropolis*, incansavelmente, à procura da utopia de cidade.

Qual seria, então, a boa cidade, como ela seria? Ninguém tem a fórmula. A cidade será o que quisermos que ela seja.

O papel de uma revista acadêmica é, então, funcionar como uma espécie de antena que captura o sussurro ou o grito urbano e o relança no ar para que todas e todos possamos melhor entender essa Esfinge, para que possamos galgar o último andar da Torre de Babel. Quem sabe lá possamos melhor auscultar, melhor vislumbrar o coração da cidade batendo. ■

Robert Moses Pechman é doutor em História (UNICAMP) e professor do IPPUR/UFRJ. betuspechman@hotmail.com

¹ Robert Pechman refere-se ao ensaio fotográfico, feito por Aline de Camargo Barros e publicado na *e-metropolis* 39.

Índice

nº 43 ▪ ano 11 | dezembro de 2020

Capa

- 08** Dinâmicas e processos de transformação urbana em Milão: finalmente um “gay district”?

Dynamics and processes of urban transformation in Milan: finally, a “gay district”?

Por Giuliana Costa e Andrea Barcelllesi

Artigos

- 19** A formação da colônia israelita e as formas simbólicas espaciais - resquícios do sagrado judaico em Nilópolis (RJ)

The formation of the israeli colony and the spatial symbolic forms - waste of the jewish sacred in Nilópolis (RJ)

Por Enderson Alceu Alves Albuquerque e Miguel Angelo Ribeiro

- 29** O remocionismo e seus reflexos na metropolização do Rio de Janeiro: uma análise sobre os programas habitacionais das décadas de 1960 e 1970

Remotionism and its reflections on the metropolization of Rio de Janeiro: an analysis of the housing programs of the 1960s and 1970s

Por Vivian Alves da Costa Rangel Gomes

- 38** Índice de justiça espacial na Região Metropolitana de Salvador: cartografia das diferenças socioespaciais

Space justice index in the Metropolitan Region of Salvador: cartography of socio-spatial differences

Por Heibe Santana da Silva e Gilberto Corso Pereira

- 49** Da jaula de aço à fabricação do homem-empresa: notas de leitura acerca do capitalismo e de seu “espírito”

From the iron cage to the manufacture of the man-enterprise: reading notes about capitalism and its “spirit”

Por Gustavo Schiavinatto Vitti

- 60** Relações entre burocracia e sociedade na regularização fundiária de interesse social: process-tracing da implementação da política em um estudo de caso em Goiânia

Relations between bureaucracy and society in the land regularization of social interest: process-tracing of policy implementation in a case study in Goiânia

Por Germano Araujo Coelho e Fabiana da Cunha Saddi

Especial

- 72** Mais-Valias em Trier

Added Values in Trier

Por Paul Melo e Castro

Ensaio

- 79** (Ocup)ação urbana e seu desdobramento habitacional

Urban occupation and it's habitational unfolding

Por Erica Andrade Modesto e Fernando Antônio Santos de Souza

ficha técnica

A ilustração de capa é de **Marianna Olinger**, artista, pesquisadora e educadora. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, mestre em Políticas Sociais e Planejamento pela London School of Economics and Political Science, com graduação em Belas Artes pela National Academy of Arts and Design de Nova Iorque, e bacharel em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Desde 2014 vive na cidade de Nova Iorque, onde dedica-se à pesquisa e ao desenvolvimento de projetos na intersecção entre arte, desenvolvimento sustentável e justiça social. Marianna é co-fundadora da Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais e-metropolis. mariannaolinger@gmail.com

Projeto gráfico e diagramação

Paula Sobrino

paulasobrino@gmail.com

Revisão

Aline Castilho

alynecastilho1@hotmail.com

capa

The background of the cover is a detailed black and white architectural drawing of a classical archway. The arch is supported by a column and features intricate carvings and moldings. A vibrant rainbow flag is draped across the arch, with its colors (red, orange, yellow, green, blue, purple) rendered in a watercolor-like style. The flag's stripes are slightly blurred, giving it a sense of movement. The overall composition is centered and balanced, with the text overlaid on the arch's opening.

Dinâmicas e processos de transformação urbana em Milão

finalmente um “gay district”?

Giuliana Costa
Andrea Barcellési

RESUMO

Este artigo percorre os processos de transformação e ressignificação do “Lazzaretto”, porção do bairro de Porta Venezia em Milão, lidos através da lente específica da estratificação e das mudanças do seu tecido comercial que desde sempre influenciaram as modalidades de uso do espaço público, os conflitos que nele se geram, assim como sua colocação no imaginário urbano. Ilustra-se a história desta área como lugar de recepção de importantes fluxos migratórios e da consequente pluralização da oferta comercial multiétnica. São descritas as linhas de desenvolvimento desta zona como lugar da *movida* relacionada ao *loisir* noturno com a emersão de novos bares e restaurantes, típicos das formas de consumo pós-moderno, e como “espaço de visibilidade” das subjetividades LGBT+. O artigo baseia-se numa extensa pesquisa empírica, que foi desenvolvida através de observações de campo e de mapeamentos, de entrevistas com comerciantes e interlocutores privilegiados, além da análise de matérias e editoriais publicados em jornais e de publicações heterogêneas dedicadas a um público LGBT+.

Palavras-chave: Milão; Lazzaretto/Porta Venezia; Bairro multiétnico; *Food* pós-moderno; Gay district; *Movida*; Comércio LGBT+; Visibilidade homossexual.

ABSTRACT

This article retraces the transformation and re-signification processes of the “Lazzaretto”, part of the Porta Venezia district in Milan. They are read through the specific lens of the stratification and changes of its commercial fabric, aspect that have always influenced the way in which the public space is used, its conflicts and image. Place of “landing” and settlement of diverse migratory flows through out the last decades the area is now emerging as a “gay district” of the city, an area of nightlife and *movida* linked to evening and nighttime *loisir* connected to postmodern to new bars and restaurants. In this sense it is turning to be a space of “LGBT+ visibility” in fieri. The article is based on extensive empirical research carried out through observations and mappings, interviews with different kinds of informants as well as on the analysis of newspaper articles and heterogeneous publications dedicated to LGBT+ groups.

Keywords: Milan; Porta Venezia/Lazzaretto; Multiethnic neighborhood; Postmodern food; Gay district; Nightlife/*movida*; LGBT+ commercial activities; Homosexual visibility.

INTRODUÇÃO

“Há poucos anos, Porta Venezia era o bairro africano de Milão. Em particular, era, e por certos aspectos continua sendo – o bairro onde etíopes e eritreus abriam bares e restaurantes e onde os milaneses podiam provar alguns pratos de sabores fortes. Hoje, além disso, os visitantes de Porta Venezia são acolhidos por uma explosão de cores e pela vontade de ter um lugar onde a comunidade LGBT milanesa pode se juntar. Certamente, o mérito é de alguns bares que foram abertos e conseguiram transformar-se em pontos de referência para uma ‘inteira comunidade’”¹.

É assim que o blog *Gayly Planet* explica as mudanças do bairro de Porta Venezia em Milão, lugar que assistiu a uma sobreposição de numerosos grupos étnicos ao longo dos anos e hoje vive um processo de ressignificação, sendo vendido também como zona do *loisir* e da *movida* LGBT+². Porta Venezia acaba de ser eleito – em outubro de 2020 – um dos quarenta bairros mais *cool* do mundo pela revista *Time Out*³. As contínuas metamorfoses de suas atividades comerciais favorecem sua reinterpretação, assim como a chegada de *city users* e da nova classe criativa (Florida, 2002), com suas diferentes práticas de uso do espaço e de diferentes modelos de consumo. O comércio e o consumo são duas dimensões importantes para a compreensão das transformações em curso num fragmento de cidade, já que por um lado são vistos como um espelho da renovação social do bairro, e, por outro, são identificados como agentes ativos das transformações (Favarelli, Clerici, 2012; Zukin *et al.*, 2009).

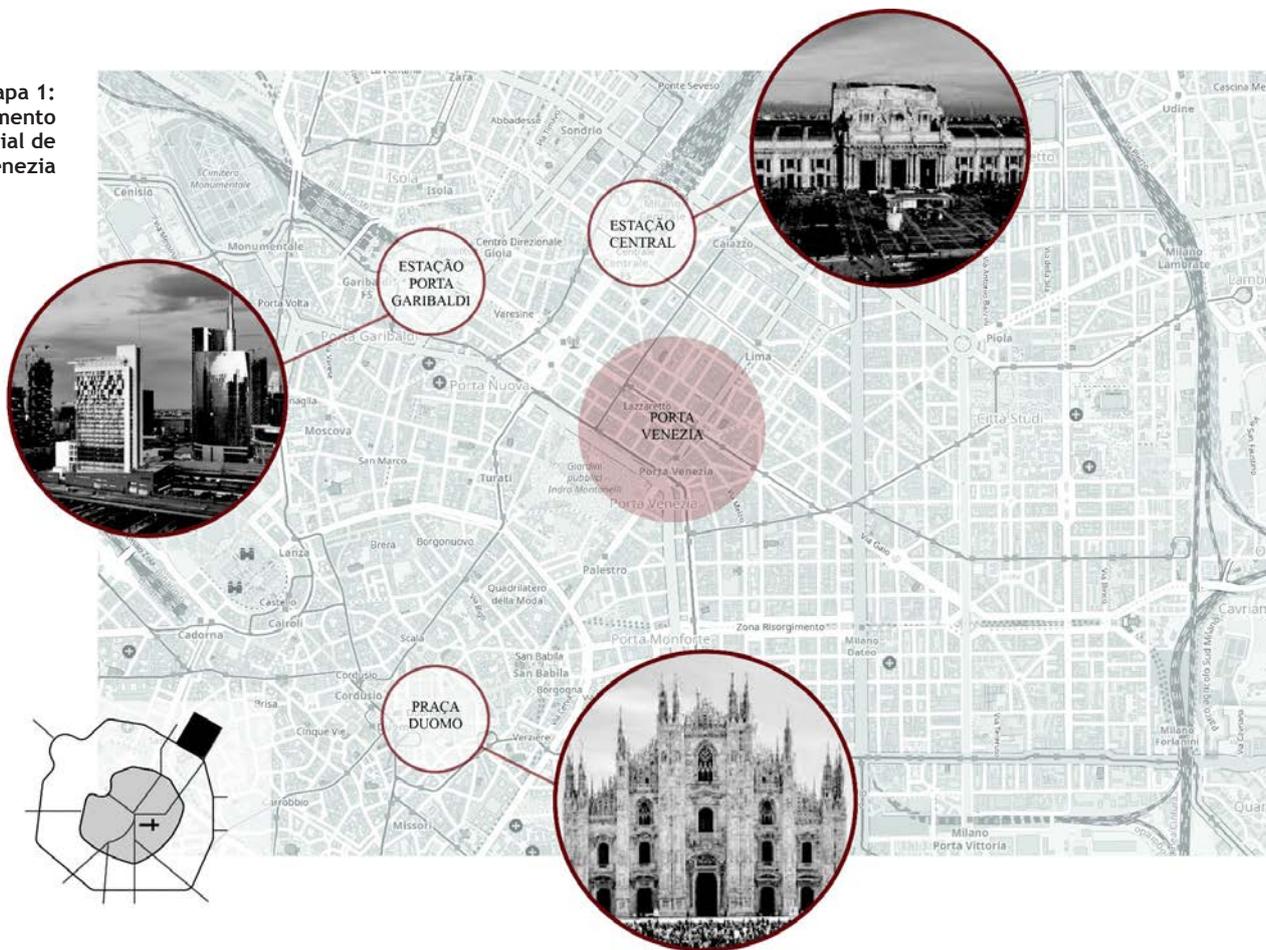
Neste artigo, questionamos a atual identidade híbrida e as múltiplas representações de uma porção ampla do bairro chamada “Il Lazzaretto”, como êxito de um processo de estratificação e de mutação ainda em ato, e que, graças a processos diversos, está se constituindo como “*gay district*” (Ruting, 2008) da cidade. Trata-se de um lugar de maior visibilidade dos corpos, um espaço urbano em que vige (em certas faixas horárias, como explicaremos) uma suspensão da heteronormatividade. Em particular, perseguimos as dinâmicas que fizeram com que neste pedaço de cidade, lugar tradicional de “trocas e encontros” (Cologna *et al.*, 1999, p. 154), se desenvolvessem no-

1 <https://wearegaylyplanet.com/italia/il-quartiere-gay-di-milano-alla-scoperta-di-porta-venezia/>

2 O acrônimo significa lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, e o signo + abre a outras categorias ou expressões de gênero como pessoas intersexuais ou *queer*.

3 <https://www.timeout.com/coolest-neighborhoods-in-the-world>.

Mapa 1: Enquadramento territorial de Porta Venezia



vas vocações, que reconhecem, acolhem e valorizam a diversidade (Barberis *et al.*, 2017), em especial modo, aquelas sexual e de gênero.

Aqui apresentamos os resultados de uma pesquisa empírica iniciada em 2018 e retomada em 2020. Em ambas as fases, realizamos numerosas observações de campo e entrevistamos treze comerciantes e cinco outros interlocutores privilegiados para compreender como e em qual direção o bairro está se transformando. A pesquisa também se baseia em leituras de artigos de jornais (locais e nacionais), blog e sites – incluindo materiais dedicados a grupos LGBT+⁴ – publicados ao longo dos últimos vinte anos (de 2000 a 2020), o que nos permitiu reconstruir o reposicionamento – no debate e no imaginário público – da área, de “bairro étnico” (Marzorati, Quassoli, 2012) a “gay district” (Ruting, 2008) da cidade e lugar de diversão noturna.

No próximo parágrafo descrevemos as características puramente espaciais da zona do estudo. Su-

cessivamente, ilustramos as ondas de imigração que atingiram essa área e as dinâmicas da presença comercial estrangeira que, como será demonstrado, trouxe consigo os mais recentes conflitos espaciais. Por último, mostramos os processos de transformação do comércio e as políticas que facilitaram a emergência de Porta Venezia como um bairro gay de Milão, o que também trouxe muitas tensões na frequência do mesmo. Nas conclusões, amarramos os fios da pesquisa com algumas considerações sobre o lugar do *loisir*, principal zona LGBT+ e bairro multiétnico de Milão.

ACENOS SOBRE PORTA VENEZIA E O LAZZARETTO

A área de concentração da pesquisa encontra-se a nordeste de Milão. Trata-se de uma zona central, distante apenas 2 km da praça do Duomo, junto às homônimas muralhas de Porta Venezia (Mapa 1). O Lazzaretto, que tem uma história plurissecular,⁵ atu-

⁴ A pesquisa foi feita consultando as seguintes fontes: Sparta-cus *gay guide Milano-Lombardia*, magazine *Pride estate* 2018, Pridemagazine.it, Patroc *Gay Milan Guide 2020*, Gaymilano.net *locali, bar e disco gay e gay-friendly di Milano*, gay.it *Milano gay friendly 2020*, gaylyplanet *Locali gay di Milano: guida 2020*.

⁵ O Lazzaretto de Milão, na sua origem, era um recinto quadrilátero que se situava um pouco fora das muralhas da cidade, nos arredores da porta oriental, e funcionava como um ambiente de internação durante as epidemias surgidas entre

almente é caracterizado por uma malha ortogonal com uma elevada densidade demográfica, que compreende vinte quarteirões de forma regular quadrada, com exceção dos oito debruçados sobre a avenida Tunisia (importante artéria urbana que o atravessa longitudinalmente), que são retangulares e de dimensões reduzidas. A malha se caracteriza por ruas estreitas e de mão única, com calçadas em ambos os lados, exceto nas ruas perimetrais do bairro e da avenida Tunisia. A área é caracterizada por uma ausência praticamente total de espaços públicos abertos e de verde urbano, com exceção de uma pequena praça numa esquina do Lazzaretto e uma outra central, na qual existe uma igreja construída no século XV.

UMA CASBAH NA CIDADE

A gênese do bairro de Porta Venezia e do Lazzaretto se relaciona a contínuas ondas migratórias. Um primeiro assentamento de imigrantes aconteceu entre os séculos XIX e XX, com a chegada de populações das zonas rurais e dos montes lombardos. Sucessivamente, a partir dos anos 1960, os fluxos partiram do sul da Itália. A partir dos anos 1970, estabeleceram-se os primeiros grupos originários da África, em particular, da Eritreia e da Etiópia. A intensificação da guerra civil na Eritreia fez com que chegassem grupos de população de países pobres da África. Naqueles anos, o bairro recebe o apelido de *casbah*⁶ em uma referência pejorativa a um processo de mutação ligado a um frequente aumento multietnicidade da população ali flutuante⁷. Nos anos 1970, o bairro viveu uma nova fase de migração caracterizada pela chegada de grupos originários de uma realidade geográfica mais ampla, incluindo a Ásia e a América Latina (Granata, Novak, 1999).

Por décadas, o Lazzaretto (e em geral Porta Vene-

o fim do século XV e o começo do século XVI. A sua forma permaneceu a mesma até o fim do século XIX, quando foi demolido e loteado. Foram realizadas habitações de morfologia compacta e densa, destinadas à classe média baixa, exceção feita para as casas de maior valor, nos eixos externos.

6 Termo usado com frequência pela mídia até hoje: <https://milano.repubblica.it/dettaglio/milano-se-la-casbah- adesso-fa-paura/1646771/2> (2009); <https://www.milanopost.info/2015/10/02/porta-venezia-viaggio-nella-qasba-degli-eritrei/> (2015); https://rep.repubblica.it/pwa/locali/2020/05/16/news/strade_vuote_a_porta_venezia_tra_voglia_di_normalita_e_crisi_ecco_l_anima_divisa_della_casba-256791830/?ref=search (2020).

7 As transformações são descritas na resenha de imprensa da época: *"I nordafricani di Porta Venezia"*, (1981) http://www.archiviola stampa.it/component/option,com_lastampa/task,search/mod,libera/action,viewer/Itemid,3/page,3/articleid,1055_02_1981_0285_0003_24060061/.

zia) foi alvo da chegada de populações estrangeiras, assumindo a imagem de bairro multiétnico, caracterizado pela comum coexistência espacial e social da população italiana e de pessoas provenientes das demais partes do mundo (Cavenago, 1989; Cologna et. al., 1999, Motta, 2005). A área se caracterizava pela presença de residências e lojas de pequenas dimensões com aluguéis a preços acessíveis, aspecto que, como veremos mais adiante, influenciou a presença estrangeira e as múltiplas imagens da área. Os elementos específicos dessa conotação étnica não devem, entretanto, ser procurados nas populações residentes, mas, sim, na modalidade de apropriação dos espaços do comércio e nas formas de uso do espaço público. A sua atratividade para as populações migrantes está ligada a uma pluralidade de fatores. O primeiro é a proximidade com a Estação Central (a mais importante da rede ferroviária da cidade e da inteira Lombardia), aspecto que favoreceu uma “ampla disponibilidade de acomodações econômicas de aluguel e a presença de pensões e hotéis de uma ou duas estrelas e quartos mobiliados” (Cologna et al., 1999, p. 154), facilitando a inserção dos recém-chegados. As estações ferroviárias, sinônimo de acessibilidade, são, quase sempre, fonte de concentração de estrangeiros nas suas zonas limítrofes, assim como de serviços dedicados a eles (Gentileschi, 2004). O segundo fator deve ser procurado, efetivamente, em algumas instituições ali presentes: os escritórios da Confederação Italiana dos Sindicatos dos Trabalhadores (CISL), do Sindicato dos Inquilinos (SICET) e o do Departamento de Estrangeiros do Município de Milão. Elas representam um ponto de referência para uma comunidade estrangeira maior do que aquela residente no bairro, atraindo atividades comerciais de apoio e de suporte aos usuários da zona e gerenciadas por imigrantes.

Isso favoreceu o enraizamento de novos grupos, redefinindo o sentido e as modalidades de uso de alguns espaços, modificando-os “segundo formas que têm a ver com o passado deles”, “com o contexto que os hospeda”, “mas quase sempre segundo formas novas com relação a ambos” (Granata, Novak, 1999, p. 125).

O estabelecimento nos anos 1970 da comunidade Eritreia e Etíope levou à abertura das primeiras atividades comerciais administradas por estrangeiros. Tratava-se do bar *Ethiopia* e de restaurantes como o *Asmara*, comércios que já fecharam, ou do *Addis Abeba*, ainda em atividade. A esses juntaram-se as lojas de roupas, de artesanato e de alimentos e, sucessivamente, de cabelereiros, aluguel de videocassetes, serviços de consultoria para pessoa física e empresas. O sucessivo incremento de atividades



Fonte: Andrea Barcellesi

Foto 1:
uma vitrine
do Krishna
Indian Bazar

gerenciadas por estrangeiros deve ser compreendido, sobretudo, pela troca de molduras institucionais com a lei 40/1998, que previa a concessão da permissão de estadia para trabalho autônomo a cidadãos estrangeiros na Itália (Martinelli, 2002). Graças a sua implementação, os lugares do comércio étnico quase que dobraram entre 1998 e 2004, como foi colocado em evidência através de diversos estudos (Cologna *et al.*, 1999; Motta, 2005), dando vida a uma pluralização dos setores envolvidos com a presença de lojas de importação-exportação, telefonia internacional e agência de viagens especializadas. As conotações étnicas do bairro formaram-se graças às características do tecido comercial que gradualmente ia se desenvolvendo, com seus empreendedores estrangeiros, com uma nova visibilidade das vitrines, letreiros e publicidades e com a presença de novos usuários (Foto 1).

Essa realidade, constituída ao longo de algumas décadas, chegou em 2000 à sua máxima expansão. Com os anos de 1990, as dinâmicas no bairro modificaram-se com a abertura de lojas por parte de administradores asiáticos e sul-americanos e, desde o começo de 2000, com novas empresas gerenciadas por italianos. Restaurantes exóticos e lojas de artesanato com administração italiana (Granata *et al.*, 2003) mostravam um novo registro comercial étnico, que, aproveitando-se de letreiros e nomes atraentes, importavam no bairro uma “cenografia” para novos *users* (Semi, 2004, 2015), fenômeno ofuscado, suces-

sivamente, pelas novas ondas de imigração.

Entre 2013 e 2018, de fato, chegaram ao bairro milhares de imigrantes que ali “transitavam” (por isso chamados “*Transitanti*”, em italiano), a maioria formada por eritreus em fuga de seu país de origem, refugiados que paravam na cidade por pouco tempo, com a intenção de prosseguir viagem em direção ao norte da Europa (Costa, 2017). Aqui procuraram apoio por parte dos conterrâneos, vivendo em condições higiênicas precárias: muitos dormiam nos canteiros das muralhas de Porta Venezia, provocando uma forte sensação de insegurança, gerando uma situação de convivência difícil com os residentes e com os comerciantes, que os viam como uma ameaça ao bairro e às suas atividades, como demonstram muitos artigos na seção de crimes dos jornais locais⁸. Os protestos iniciais levaram a polícia e a empresa de coleta de lixo a intervirem para afugentá-los e remover seus bens em diversas ocasiões. A impressão de ausência de segurança acabou resultando, em julho de 2014, na criação de um grupo de rondas em nome da Asscomm Porta Venezia (um grupo de comerciantes e

⁸ Ver os seguintes artigos publicados entre julho 2014 e setembro 2017: <https://www.ilgiornale.it/news/milano/stranieri-miseria-e-violenza-ecco-volto-porta-venezia-1036113.html>, <https://www.ilgiorno.it/milano/cronaca/profughi-porta-venezia-1.1362692>, <https://www.milanopost.info/2017/09/24/milano-si-salva-solo-il-centro-storico-nelle-zone-con-piu-immigrati-crolla-il-valore-delle-case/>.

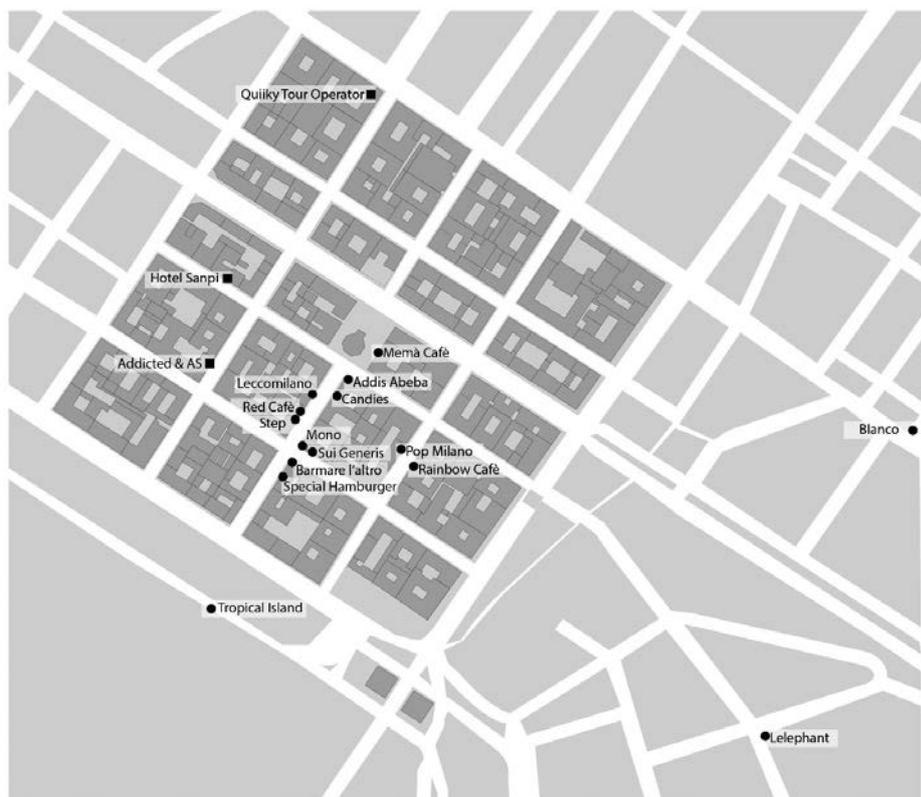
residentes da zona), que declarou a vontade de intervir quer contra a presença dos imigrantes, quer contra os excessos da *movida*⁹, fenômeno em aumento desde 2010, emerso como “problema” pela primeira vez em ocasião daquele protesto. Os grupos de ronda foram contestados pelo governo municipal, que convidou as associações do bairro a se dissociarem publicamente dessa iniciativa¹⁰.

“GAY DISTRICT”, NOVA VOCAÇÃO PARA PORTA VENEZIA E O LAZZARETTO

Nos últimos anos, o comércio do Lazzaretto tem vivido uma posterior transformação que se desenvolveu através de dois processos simultâneos e, por muitas razões, convergentes, como revela nossa pesquisa de campo. O primeiro diz respeito ao reposicionamento da área como novo bairro do *loisir*, com uma forte vocação para o *food*, uma das categorias identificáveis do consumo pós-moderno (Favarelli Clerici, 2012), que compreende bar, restaurante, *pub* e locais noturnos¹¹. O quadrilátero do Lazzaretto, atualmente (julho de 2020), hospeda 153 lojas de *food*, das quais, 58 são comércios tradicionais, e 95 (quase o dobro), de *food* pós-moderno. A forma na qual elas se apresentam é um sinal de renovação do que chamamos “gramática comercial”: uma nova linguagem, uma diferente modalidade comunicativa que apresenta novos letreiros, materiais, cores, técnicas expositivas, interior design e decoração, e estabelece uma relação com as ruas, criando uma paisagem heterogênea.

O segundo processo está relacionado com a instalação de uma oferta comercial LGBT+, principalmente de *food* (Mapa 2), chegando a definir a área como um importante ponto de referência, sobretudo

do para a comunidade gay de homens da cidade, e como um espaço que atrai grandes fluxos de clientes. Outras áreas tinham sido atingidas, sem sucesso, pela concentração de atividades comerciais LGBT+, como a avenida que percorre paralela aos trilhos da estação Central de Milão. Em 2014, a prefeitura de Milão mostra, pela primeira vez, interesse em relação à comunidade LGBT+, tendo em vista a Expo 2015, na tentativa de apresentar e reinventar (em ótica promocional) áreas pré-existent de concentração LGBT+ para favorecer uma imagem *gay friendly* da cidade. Existia, sim, um “quadrilátero gay”¹² ao redor da Estação Central, mas a área não tinha uma clara geografia, nem uma atração marcada por novos *city users*.



Mapa 2: Bares LGBT+ em Porta Venezia

Assim, a área de Porta Venezia substituiu as precedentes áreas LGBT+ da cidade graças ao *Milano Gay Pride* e à abertura de novos bares e restaurantes. O *Pride*, o mais importante evento de expressão política e de militância queer em oposição à heteronormatividade (Oswin, 2008; Soggiu, 2015; Bell, Binnie, 2004; Dacanay, 2011; Hubbard, 2001), constituiu um importante incentivo. O bairro sempre foi envolvido no *Pride*, porque ali se concluía o

9 https://milano.repubblica.it/cronaca/2014/07/15/news/milano_il_comune_contro_le_ronde_i_cittadini_di_porta_venezia_non_facciano_i_poliziotti-91674106/.

10 http://www.z3xmi.it/pagina.phtml?id_articolo=6889-No-alle-ronde-private-a-Porta-Venezia.html.

11 As outras categorias do consumo pós-moderno são *fashion*, *body-care* e *home* (Ley, 1996; Bridge e Dowling, 2001; Favarelli e Clerici, 2012).

12 <http://www.grillini.it/OLD/rss-principale/item/442-nasce-la-gay-street-di-expo-diventer%C3%A0-meta-turistica.html>



Fonte: Andrea Barcellesi

Foto 2:
O bar-lanchonete
Addis Abeba

seu desfile (depois de ter percorrido toda a cidade) e porque ali permaneciam aqueles que, ao final da passeata, iam aos bares e restaurantes para beber e comer. Tratava-se, todavia, de uma presença efêmera. Desde 2013 o trajeto do *Pride* foi modificado, partindo da Estação Central para terminar nas muralhas de Porta Venezia. O objetivo dessa mudança era transformar o *Pride* em uma verdadeira “festa de bairro” (como nos contaram), uma ocasião para que os participantes permanecessem ali mais longamente, graças também aos dois eventos àquele associados, o *Pride Week*, que anima por uma semana os espaços da cidade, e o *Pride Village*, que ocupa por três dias as ruas do bairro¹³.

Quanto à dinâmica de desenvolvimento de atividade LGBT+, percebe-se como esta foi acelerada pela atratividade da zona, que se caracteriza pela centralidade e pela acessibilidade dos valores de aluguel (até dois/três anos atrás). O primeiro “club” LGBT+ aberto em Porta Venezia, em 1999, foi o *Elephant*, ao lado oposto do Lazzaretto, um bar de aperitivos e *after dinner*, frequentado por uma clientela de perfil socioeconômico médio a médio-baixo, e que fechou somente em 2017. Em 2007, abriu-se o *Mono*, de propriedade gay; o ambiente sofisticado, tipo anos 1960-70, atraiu um novo *target* de usuários, com

13 Em 2020, o *Milano Gay Pride* foi realizado virtualmente, já que a Itália, assim como outros países, estava em *lockdown*, como efeito das políticas de combate à difusão do COVID-19.

uma clientela médio alta, definida pelos nossos entrevistados como “*radical chic*”, diversa dos frequentadores do *Elephant*. No ano seguinte, abriu-se o *Blanco*, um *cocktail bar* frequentado por gays, e em 2009 foi inaugurado o *Chiringuito Tropical Island*, que às quintas-feiras organizava a noite “Chiringay”. Num segundo momento, o *Elephant* começou a perder clientes em favor do mais procurado *Mono*, e o cruzamento no qual se localizava tornou-se um lugar de parada obrigatória e de socialização, graças aos novos bares, entre eles o *Red Café* (*gay friendly*). Em 2014 abriu o *Leccomilano – Un Buco di bar*, lugar gay dedicado a uma clientela mais jovem, que reanimou o panorama LGBT+ já consolidado e a *movida* que, como ilustramos, torna-se a partir deste ano um fenômeno conflitivo. Em 2014 foi aberto o *Indaco*, um restaurante e *lounge bar* de propriedade gay, já fechado, com um *target* gay médio-alto, profissionais que trabalham no ambiente da moda e do design. Estavam-se formando as bases do processo que, em uma década, levaria à abertura de sete bares gay e sete *gay-friendly* relacionados à categoria do *food* pós-moderno. Além desses, uma loja de roupas íntimas masculinas, um hotel e uma agência de viagens, que se autodefinem “*gay-friendly*” (Mapa 2). Dessa forma, alguns bares já presentes na zona se inseriram no próspero mercado LGBT+ *friendly* e “aproveitaram” o sucesso desta nova vocação da área. Entre eles, o bar *Addis Abeba* (Foto 2). Administrado por uma família



Foto 3:
Mono, vitral com
o logo do “Milano
Rainbow District”

eritreia, durante o dia atende a uma clientela mista e, à noite, ilumina-se, tornando-se um lugar *friendly*. Outro exemplo é o *Rainbow*, que substituiu o bar histórico *Ethiopia*.

Portanto, é assim que um modesto número de negócios de *loisir* presentes no Lazzaretto provocaram novos fluxos e criaram um espaço-tempo não discriminatório, caracterizado por uma heteronormatividade “suspensa” a partir do entardecer, coroadando a área como “bairro gay milanês” e como uma das zonas de *movida* da cidade. Tal vocação emergente da área criou, por um lado, o mau humor de alguns residentes, ao ponto de estes formarem, em 2017, um comitê *antimovida*¹⁴. Em contrapartida, ela foi suportada por interesses que se organizaram: no mesmo ano, alguns empreendedores gays de Porta Venezia deram vida ao “*Milano Rainbow District*” (Foto 3). Com o objetivo de reunir os comerciantes de atividades LGBT+ *friendly* do bairro e, assim, promover iniciativas adequadas ao relançamento da frequentação das ruas do *Pride week* durante o ano inteiro¹⁵, este grupo de comerciantes buscaram tam-

bém se apresentar como sujeito único da interlocução com o bairro, a cidade e a administração municipal, levando em consideração, entre outros fatores, a dimensão cada vez mais conflituosa da movida.

Que papel tiveram as políticas públicas neste progressivo reconhecimento da área como “*gay district*”? Apesar de Milão concentrar cerca de um terço dos bares gays masculinos da Itália (Albertini, 2019), sua administração não parece, daquilo que resulta da nossa pesquisa, ter compreendido todas as suas potencialidades no plano das políticas de marketing territorial, mesmo sendo a cidade uma das mais inclusivas do país, junto com Roma (Corbisiero, Monaco, 2017). Como acima relatado, o interesse do governo municipal pela comunidade LGBT+ expressou-se timidamente na ocasião da Expo 2015¹⁶, mas até hoje não parece ter tido uma significativa exposição pública, ainda que o município tenha suportado o *Pride* por muitos anos do ponto de vista logístico, como nos explicaram alguns entrevistados. A transformação do bairro foi em realidade favorecida por

14 Ver artigo no link: https://milano.repubblica.it/cronaca/2016/10/22/news/milano_gay_movida-150325687/, em que se mostra uma realidade que se parece com a situação atual.

15 Durante o evento Fuori Salone da *Milano Design Week* 2018, realizado com o patrocínio da municipalidade, o *Milano Rainbow District* promoveu eventos ligados ao food design,

representando a conotação do bairro e organizou uma mostra sobre Elio Fiorucci: <https://www.vogue.it/news/appuntamenti-eventi/2018/04/16/salone-del-mobile-2018-rainbow-district-milano-elio-fiorucci>.

16 A Exposição Universal ocorreu entre o primeiro de maio e o 31 de outubro de 2015 em Milão. A cidade venceu a competição de atribuição contra Esmirna em 2008 e depositou o dossier final de candidatura em 2010.

intervenções públicas no espaço urbano que melhoraram sua estética e sua usabilidade, dando assim impulso à abertura de novos bares. Em 2013, criou-se uma “zona 30” de mobilidade lenta¹⁷, abrangendo todas as ruas internas no Lazzaretto, o que permitiu, sucessivamente, em 2015, o posicionamento nelas de *dehors*, ainda que muito estreitas.

PORTA VENEZIA HOJE: UM BAIRRO MULTICULTURAL COM VÁRIAS TENSÕES

O Lazzaretto é uma realidade em forte mutação. Aqui avaliamos as transformações que ocorreram e que estão acontecendo através do tecido comercial, fruto de estratificações múltiplas e ligadas à sua história. O comércio é e foi – neste sentido – ao mesmo tempo seu artífice e seu espelho. Hoje, quem caminha pelas ruas estreitas dessa porção do bairro de Porta Venezia, observa a convivência entre as velhas lojas do lugar, os restaurantes da Puglia, aqueles da Eritreia e da Etiópia, os minimercados e os novos bares gays; atividades identificáveis do consumo pós-moderno ao lado daquelas tradicionais, étnicas ou não, que mantém uma linguagem comercial inalterada. No imaginário urbano e nas representações deste imaginário, restituídas também através da mídia, o Lazzaretto é apresentado como lugar de identidade multiétnica (ou também “*casbah*” para sinalizar negativamente a presença de imigrantes, principalmente àqueles de passagem na cidade), como a nova zona da *movida* milanese e como “*gay district*”. Na realidade, a *movida* acabou por expulsar os migrantes de passagem e outros grupos de sem teto para outras partes da cidade. A identidade de “bairro gay” terminou prevalecendo sobre as outras, constantemente atuais, graças a uma economia que deu uma nova linfa à zona. Trata-se de um “*gay district*” de caráter claramente comercial, especificamente ligado ao *food* e ao *loisir* desde o fim de tarde até a noite funda (principalmente durante a primavera e o verão), onde a clientela invade o espaço público na hora do aperitivo, rito milanês por definição. Ao contrário, durante o dia, tal vocação é muito menos visível, porque os bares estão, em sua maioria, fechados ou têm uma clientela eclética (por idade e *background* étnico). Mesmo não sendo rico de

bares e outras atividades comerciais como o Marais parisiense (Giraud, 2009), o Lazzaretto – bem como outros lugares – está emergindo como lugar da *movida* gay. Nota-se que não se trata do único lugar de vocação comercial LGBT+, já que em Milão existem outras geografias da homossexualidade, entre elas as menos visíveis, como os lugares onde ocorrem encontros sexuais que, entretanto, não estão presentes em Porta Venezia. A identidade LGBT+, agora, tem raízes estáveis, mas está sempre em evolução: observamos como o processo de abertura de vários bares gays, com a evolução do *Pride Milano*, mas também a recente inauguração do bar *Pop*. De propriedade lésbica, em um quarteirão prevalentemente gay, trata-se de um exemplo de como a clientela se diferencia em um lugar em formação. Esta vocação mais recente surgiu no arco dos últimos dez anos, graças às ações *bottom-up* que, em mais de uma ocasião, reuniram novos e velhos atores (associações de ativistas, lojistas e associações dos comerciantes). O reposicionamento do bairro na geografia municipal como lugar do *loisir* LGBT+ foi também fruto de uma tentativa – de sucesso parcial – da administração municipal de se apresentar ao cenário internacional nas proximidades da Expo 2015 como “cidade *gay friendly*”, um *atout* que faz parte das armas do marketing urbano de muitas cidades do mundo¹⁸. Condições que, de qualquer forma, permitiram que Porta Venezia se tornasse uma referência local e supralocal para a comunidade LGBT+, uma zona onde se vive a própria homossexualidade através da visibilidade do corpo, a entender-se como o vetor principal da relação entre o indivíduo e o espaço (Duncan 1996, op. cit. Leroy, 2009). Um lugar então que consente a multiplicação das possibilidades de encontro em algumas faixas horárias, um “*réfèrent géographique*” (Stock, 2006) da identidade espacial homossexual; um lugar caracterizado pela presença visível de não heterossexualidades (Ruting, 2008), uma área considerada segura e atrativa para pessoas LGBT+, sobretudo para homens gays e, sobretudo, ao anoitecer e durante a noite. Trata-se de características que começaram a ser “vendidas” também a *users* não estreitamente locais, como demonstra sua inserção em blogs, revistas e guias turísticos muito diferentes entre si.

REFERÊNCIAS

ALBERTINI, Marco. Città gay-friendly? Si può fare

¹⁸ No entanto, o que está em jogo é muito alto, já que, como acontece em outras partes do mundo, trata-se de um segmento de consumo crescente (World Tourism Organization, 2017).

¹⁷ As zonas 30 são áreas da malha viária onde o limite máximo de velocidade é de 30 km/h em vez dos 50 previstos em ambientes urbanos. A menor velocidade permite uma melhor convivência entre carros, bicicletas e pedestres: <https://www.motorbox.com/automagazine/lifestyle-auto/zona-30-allora-a-milano>.

- molto di più. *e&m*, n. 2, p. 42-46, 2019.
- BARBERIS, Eduardo; Angelucci, Alba; JEPSON, RYAN; KAZEPOV, Yuri. **DIVERCITIES: Dealing with Urban Diversity – The case of Milan**, Utrecht: Utrecht University-Faculty of Geosciences, 2017.
- BELL, David; BINNIE, Jon. Authenticating queer space: Citizenship, urbanism and governance. *Urban Studies*, v. 41, n. 9, p. 1807-1820, 2004.
- BRIDGE, Gary; DOWLING, Robyn. Microgeographies of Retailing and Gentrification. *Australian Geographer*, v. 32, n. 1, p.93-107, 2001.
- CAVENAGO, Vincenzo. **Il Lazzaretto. Storia di un quartiere di Milano**, Milano: NED, 1989.
- COLOGNA, Daniele; BREVIGLIERI, Lorenzo; GRANATA, Elena; NOVAK, Christian. **Africa a Milano. Famiglie, ambienti e lavori delle popolazioni africane a Milano**, Milano: Editrice Abitare Segesta & AIM Associazione Interessi Metropolitan, 1999.
- CORBISIERO, Fabio; MONACO, Salvatore. **Città arcobaleno. Una mappa della vita omosessuale nell'Italia di oggi**. Roma: Donzelli editore, 2017.
- COSTA, Giuliana. **Milano: prove d'innovazione sociale nel campo dell'accoglienza dei profughi e richiedenti asilo**. In LODIGIANI, Rosangela (ed.). *Milano 2017 Rapporto Ambrosianum sulla Città, Una metropoli per innovare, crescere, sognare*. Milano: Franco Angeli, 2017.
- DACANAY, Nikos. **Encounters in the sauna: Exploring gay identity and power structures in gay places in Bangkok**. In JACKSON, Peter (ed.). *Queer Bangkok: 21st Century Markets, Media, and Rights*. Hong Kong: Hong Kong University Press, 2011.
- FAVARELLI, Maria, Luisa; CLERICI, Maria, Antonietta. Commercio e gentrification in un quartiere ai margini del centro storico di Milano. *Rivista Geografica Italiana*, v. 119, p. 175-204, 2012.
- FLORIDA, Richard. **The Rise of the Creative Class: And How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life**. New York: Basic Books, 2002.
- GENTILESCHI, Maria, Luisa. Centri storici delle città sud-europee e immigrazione. Un nodo di contraddizioni. *Geotema, Organo ufficiale dell'Associazione dei Geografi Italiani*, n. 23, 2004.
- GIRAUD, Colin. Les commerces gays et le processus de gentrification. L'exemple du quartier du Marais à Paris depuis le début des années 1980. *Métropoles*, n. 5, p. 79-115, 2009.
- GRANATA, Elena; NOVAK, Christian. **Immigrazione africana e territorio**. In COLOGNA, Daniele; BREVIGLIERI, Lorenzo; GRANATA, Elena; NOVAK, Christian. *Africa a Milano. Famiglie, ambienti e lavori delle popolazioni africane a Milano*, Milano: Editrice Abitare Segesta & AIM Associazione Interessi Metropolitan, 1999.
- GRANATA, Elena; NOVAK, Christian, POLIZZI, Emanuele, **Immigrazione dall'Asia e trasformazione urbana**. In COLOGNA, Daniele; CROSTA, Marco; GRANATA, Elena (eds.). *Asia a Milano: famiglie, ambienti e lavori delle popolazioni asiatiche a Milano*. Milano: Abitare Segesta, 2003.
- HUBBARD, Phil. Sex zones: Intimacy, citizenship and public space. *Sexualities*, v. 4, n. 1, p. 51-71, 2001.
- LEY, David. **The new middle class and the re-making of the central city**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- LEROY, Stéphane. La possibilité d'une ville. Comprendre les spatialités homosexuelles en milieu urbain. *Espaces et sociétés*, v. 4, n. 139, p 159-174, 2009.
- MARTINELLI, Monica. Immigrati imprenditori: la fotografia di una realtà dinamica. **Camera di Commercio Milano Monza Brianza Lodi**, 2002. Disponível em: <https://www.milomb.camcom.it/immigrati-imprenditori>. Acesso em: 10 junho 2020.
- MARZORATI, Roberta; QUASSOLI Fabio. **Risotto and Zighini? Milano's Lazzaretto between Multiculturalism and Insecurity**. In AYART, Volkan; RATH, Jan (ed.). *Selling Ethnic Neighbourhoods. The Rise of Neighbourhoods as Places of Leisure and Consumption*. New York: Routledge, 2012.
- MOTTA, Patrizia. Il modello insediativo degli immigrati stranieri a Milano. L'evoluzione dei percorsi di inserimento e le nuove spazialità emergenti. *ACME - Annali della Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università degli Studi di Milano*, v. 58, p. 303-338, 2005.
- OSWIN, Natalie. Critical geographies and the uses of sexuality: deconstructing queer space. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 1, p. 89-103, 2008.
- RUTING, Brad. Economic Transformations of Gay Urban Spaces: revisiting Collins' evolutionary gay district model. *Australian Geographer*, v. 39, n. 3, p.259-269, 2008.
- SEMI, Giovanni. **Gentrification. Tutte le città come Disneyland?**. Bologna: Il Mulino, 2015.
- SEMI, Giovanni. Il quartiere che (si) distingue. Un

- caso di «gentrification» a Torino. **Studi culturali**, n. 1, p. 83-107, 2004.
- SOGGIU, Andrea. Gli spazi LGBTIA a Milano. **Tese de doutorado na Universidade de Pádua**, 2015. Disponível em: <http://paduaresearch.cab.unipd.it/8983/>. Acesso em: 10 abril 2020.
- STOCK, Mathis. L'hypothèse de l'habiter poly-topique : pratiquer les lieux géographiques dans les sociétés à individus mobiles. **EspacesTemps.net**, 2006. Disponível em: <https://www.espacestemp.net/articles/hypothese-habiter-polytopique/>. Acesso em: 15 outubro 2020.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION. Affiliate Members Global Reports, Volume fifteen – **Second Global Report on LGBT Tourism**, Madrid: UNWTO, 2017. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284418619>. Acesso em: 7 junho 2020.
- ZUKIN, Sharon; TRUJILLO, Valerie; FRASE, Peter; JACKSON, Danielle; RECUBER, Tim; WALKER, Abraham. New Retail Capital and Neighborhood Change: Boutiques and Gentrification in New York City. **City & Community**, v.8, n. 1, p. 47-64, 2009. ■

Giuliana Costa é “Associate Professor” em Sociologia no Politécnico de Milão, onde ensina “Análise Social e Urbana” e “Políticas Habitacionais”. Ela faz parte do Departamento de Arquitetura e Estudos Urbanos (DASTU) e é membro do Laboratório de Políticas Sociais (LPS). Seus interesses de pesquisa estão relacionados aos fenômenos de transformação urbana e às políticas de welfare a nível local, nacional e internacional. giuliana.costa@polimi.it

Andrea Barcellesi é um “Urban Planner Junior” graduado no Politécnico de Milão.

Enderson Alceu Alves Albuquerque
Miguel Angelo Ribeiro

A formação da colônia israelita e as formas simbólicas espaciais

resquícios do sagrado judaico em Nilópolis (RJ)

Resumo

A partir de 1928, judeus de origem polonesa e russa migraram para o município de Nilópolis, localizado na Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em razão de sua cultura, esses imigrantes construíram espaços sociais e religiosos para manter suas tradições. Desse modo, nosso objetivo consiste em analisar a construção desses espaços, considerando sua relação com os moradores locais. Posto isso, o artigo apontou que esses espaços, embora tenham sido marcas territoriais de relevância social e econômica da presença dessa colônia no passado, atualmente encerram apenas manifestações de natureza memorísticas no espaço nilopolitano.

Formas simbólicas espaciais

Baixada Fluminense

Nilópolis

Cultura judaica

Sagrado

Abstract

From 1928, Jews of Polish and Russian origin migrated to the municipality of Nilópolis, located in the Baixada Fluminense, Metropolitan Region of Rio de Janeiro. Due to their culture, these immigrants needed to build social and religious spaces to maintain their traditions. Thus, our goal is to analyze the construction of these spaces considering their relationship with local residents. That said, the article pointed out that these spaces, although they were territorial marks of social and economic relevance of the presence of this colony in the past, currently contain manifestations of a memorable nature only in the Nilopolitan space.

Spatial symbolic forms

Baixada Fluminense

Nilópolis

Jewish culture

Sacred

INTRODUÇÃO

Localizado na Baixada Fluminense, o município de Nilópolis teve sua gênese a partir de loteamentos iniciados em 1914. Em razão de sua geografia periférica, a localidade atraiu população de baixo status social oriunda de estados nordestinos, Espírito Santo e Minas Gerais em um primeiro momento (ALBUQUERQUE, 2017). A partir de 1920, o município passou a presenciar a chegada de migrantes libaneses e, na segunda metade desta década, de judeus (LONDON, 1999; PERES, 2015).

Tendo em vista a revisão de literatura e pesquisas a periódicos e trabalhos acadêmicos, o objetivo geral deste artigo incide em investigar como esse grupo, a partir de suas práticas socioculturais, estruturou-se territorialmente em Nilópolis e as repercussões materiais e imateriais oriundas desse processo para a dinâmica local. Essa análise será empreendida a partir do conceito da geografia de formas simbólicas espaciais, considerando as edificações semitas na localidade. Desse modo, o conceito em questão emprega geograficidade à abordagem do tema. Assim sendo, o recorte espacial deste artigo é o município de Nilópolis, e o recorte temporal selecionado compreende os anos de 1928, quando a comunidade semita iniciou sua migração para Nilópolis, até 2020, ano de escrita deste artigo.

Para responder a essas questões e atingir os objetivos propostos, este artigo se divide em duas partes. Na primeira, objetivamos estabelecer a evolução jurídica e socioeconômica do espaço nilopolitano, desde subdistrito até sua emancipação. A elevação de Nilópolis a município se deu em estreita ligação com a refuncionalização de sua dinâmica econômica. Essa alteração, por sua vez, teve como um de seus protagonistas o grupo de imigrantes judeus que se estabeleceu na localidade na década anterior. A importância desse grupo para o desenvolvimento socioeconômico de Nilópolis constitui o cerne dessa primeira seção. Além da produção material da cidade, os judeus produziram formas simbólicas espaciais na paisagem local, as quais são analisadas na segunda parte do artigo.

A FORMAÇÃO DA COLÔNIA JUDAICA EM NILÓPOLIS

O espaço nilopolitano encerrou, ainda no final do século XIX, sua principal atividade agrícola, a cana-de-açúcar. Esse processo, aliado à maior proximidade com o núcleo metropolitano, conforme menciona Oliveira (2011), antecipou a transformação do uso

de suas terras. Já em Nova Iguaçu, o uso agrícola da terra perdurou até meados do século XX com a citricultura. Desse modo, a partir de 1940 a questão da terra ganhou extrema relevância em Nilópolis. Nesse período “não havia mais terras disponíveis para loteamento na cidade, restando apenas a ocupação dos loteamentos já comercializados” (SIMÕES, 2008, p. 92). O distinto uso da terra entre a sede municipal iguaçuana e seus distritos que apresentavam maior grau de urbanização passou a gerar disputas.

De acordo com Simões (2004, p. 53), a disputa fundiária entre agricultores e promotores imobiliários seria decidida pelo início da Segunda Guerra Mundial. Esse evento histórico diminuiu sensivelmente o poder político das elites ligadas à citricultura em virtude da queda no valor de seu produto e, assim, “o fim do projeto agrário abre espaço para o projeto urbano e as forças locais dos distritos ganham novo fôlego para retomar a luta pela emancipação”. Nessa configuração histórica, fundiária e política, ocorreu a emancipação de Nilópolis. No dia 20 de junho de 1947 foi promulgado o artigo 6º da Lei Estadual Nº 67, de autoria do Deputado Andrade Figueira. A emancipação política foi efetivada em 21 de agosto de 1947, assim como a do município de São João de Meriti, este último desvinculado de Duque de Caxias.

Desse modo, as atividades comerciais em Nilópolis, em paralelo à diminuição do poder econômico e político da elite iguaçuana ligada à citricultura, possibilitaram maior força política aos promotores imobiliários e agentes da burguesia comercial e industrial nascentes na localidade. Entre esse grupo comercial que refuncionalizou o espaço econômico nilopolitano estiveram os judeus, que começaram a chegar à localidade no final dos anos 1920. Nesse período, Nilópolis ainda era distrito de Nova Iguaçu. A parada de trem inaugurada em 1914 ajudou sobremaneira a alterar a dinâmica econômica local. Sobre este processo, Segadas Soares (1962, p. 172) identifica que

a constituição espontânea de núcleos em torno das estações ferroviárias é a forma mais antiga pela qual começou a se realizar a dilatação do espaço urbano do Rio de Janeiro em direção à baixada. Ao lado de cada estação, casas iam-se dispondo espontaneamente, algumas lojas surgiam, uma praça tomava forma e aos poucos iam crescendo esses aglomerados que, de início, tinham forma longitudinal, alinhando-se às margens dos trilhos, para só depois crescerem num sentido transversal à linha férrea.

A comunidade judaica foi de notória relevância para o processo mencionado pela autora. Considerando o espaço nilopolitano, os semitas intensificaram o adensamento populacional ao mesmo tempo que promoveram o desenvolvimento de novas atividades econômicas na localidade. Baseado no historiador Nachman Falbel, Soares (2014) indica a existência de quatro ondas de imigração desse grupo étnico provenientes da Europa. A primeira de 1904 a 1914, a segunda entre 1914 e 1933, a terceira abrangendo o período de 1933 a 1945, em razão da perseguição na Europa, e a quarta onda de 1945 a 1957, no período pós-segunda Guerra Mundial. O grupo inicial que se instalou em Nilópolis adveio da segunda onda aludida pelo autor.

Entretanto, para muitos, Nilópolis não foi a primeira casa em solo fluminense. A Praça Onze, localizada na área central do Rio de Janeiro, concentrou expressiva população israelita, de forma que

ali se localizavam suas casas comerciais, oficinas e instituições religiosas, filantrópicas, culturais, sociais, recreativas e ideológicas. Os proprietários de lojas e de pequenas manufaturas em geral residiam no segundo andar dos sobrados, enquanto que os trabalhadores muito pobres moravam em cortiços [...] Estes judeus estavam acima da linha da miséria típica dos moradores dos cortiços, mas, ou eram pobres bastante para não poderem morar em locais com melhores condições urbanas, ou por não quererem abandonar a convivência com a vizinhança (EARP; FRIDMAN, 2003, p. 65).

A escritora Esther London (1999), judia-polonesa que se radicou em Nilópolis em 1939, agregando “pesquisa e lembranças dos anos vividos em Nilópolis”, escreveu o livro *Vivência judaica em Nilópolis*. Para ela, a partir da inauguração da parada de trem em Nilópolis no ano de 1914, os semitas que aportavam na cidade do Rio de Janeiro “passaram a ter mais uma opção de vida ao lado dos generosos trilhos da Central do Brasil: Nilópolis. Mas Nilópolis não foi apenas uma réplica da Praça Onze [...] Era uma cidadezinha onde os judeus gostavam de morar e se sentiam em casa” (LONDON, 1999, 40). Ainda no início de sua urbanização, Nilópolis apresentava características eminentemente rurais, de modo que alguns judeus residentes na referida localidade carioca passavam “uns dias de férias em Nilópolis” (RIBEIRO, 2008, p. 243). Mery Baran, em seu relato ao documentário *Novos Lares – A História dos judeus em Nilópolis*, lembrou a impressão de sua mãe ao chegar à localidade: “ela ficou muito decepcionada quando

chegou ao Porto do Rio, [ainda mais] que depois ela veio pra Nilópolis. Nilópolis naquela época era uma cidade sem luz, era uma cidade quase que rural, eu diria. Era roça. Eu me lembro de boiada passando na rua” (VIEIRA, 2009).

Considerando a atual configuração territorial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, conforme alude a Figura 1, Nilópolis é a primeira parada de trem após a cidade do Rio de Janeiro e, em razão do preço dos lotes e de suas dimensões, permitia a construção de moradia mais digna que os cortiços da Praça Onze, já densamente ocupados. London (1999, p. 105) compilou depoimentos dos primeiros judeus que se fixaram na cidade baixadiana e, em relação a essa questão, Frida Buksman relatou que

os anúncios da venda de terrenos em Nilópolis, por preços módicos e a prazo, atraiu muitos recém-chegados imigrantes judeus, como meu pai. Com a ajuda das sociedades beneficentes e com um empréstimo da “Lai e Spar Casse”, meu pai, levado para Nilópolis por um conhecido, achou que ali ele poderia realizar o seu sonho: construir um teto sobre a cabeça. Comprou um lote de terreno e como de profissão era carpinteiro, arrumou dois ajudantes e em pouco tempo nossa casa estava pronta. Eu e minha mãe ficamos felicíssimas. Saímos do cortiço da Praça Onze para morar mais humanamente em Nilópolis, que já tinha muitos habitantes judeus.

Judeus oriundos da terceira onda (1933-1945), período no qual o antissemitismo grassou na Europa, também se destinaram a Nilópolis. Sobre essa conjuntura, Rachel Morgenstern relatou que “na Polônia a crise era constante e o medo do nazismo crescente apavorava os judeus. Com dinheiro no bolso e endereço decorado, chegamos ao cais do porto do Rio de Janeiro, onde nossos tios nos esperavam. Fomos direto para Nilópolis” (LONDON, 1999, p. 107).

A integração dessa comunidade estrangeira à comunidade local se efetivou sem problemas de ordem xenofóbicas. Excetuando-se algumas provocações de grupos integralistas e as campanhas difamatórias, esse agrupamento étnico passou a estabelecer relações de natureza simbólica e material com Nilópolis, passando a contabilizar cerca de 300 famílias na cidade. Quanto à sua origem, além de judeus oriundos de países como a Hungria, Áustria, Romênia, Ucrânia e Alemanha, a comunidade hebraica local “foi formada em grande parte por imigrantes judeus de origem polonesa e russa, pertencentes ao grupo dos asque-

Figura 1:
Trajeto da linha
férrea sentido
Central do
Brasil-Japeri



Fonte: Elaborado pelos autores.

nazitas, maior contingente de imigrantes judeus para terras brasileiras” (RAPOSO, 2014, p. 29).

Para Claval (2012, p. 105), “ao se congregarem em torno de preceitos comuns, os grupos abolem as distâncias psicológicas que existem entre os seus membros, o que lhes permite triunfar sobre a dispersão associada frequentemente às necessidades da vida”. Desse modo, considerando a natureza simbólica dessa relação, essa população que necessitou emigrar por imposições alheias à sua vontade pôde manifestar livremente sua religião, língua e tradições em Nilópolis e, por esse motivo, recriaram na cidade baixadiana a atmosfera de seus vilarejos de origem. As notícias que chegavam à Polônia referindo-se a Nilópolis enfatizavam que “lá, diziam muitos, tudo é ídiche. Quem mora em Nilópolis não sente saudades do *shtetl* na Polónia” (LONDON, 1999, p. 110).

Em ídiche, a palavra *shtetl* significa cidadezinha, porém, “quando um judeu se refere a um espaço como um *shtetl*, isso quer dizer que ele está impondo uma conotação emocional, pois esse espaço o faz lembrar de seu lugar de origem” (RAPOSO, 2014, p. 30). Esse sentimento de “sentir-se em casa” também se devia, em larga medida, às estruturas culturais construídas pela comunidade semita, entre as quais constavam, além da Sinagoga e do Cemitério Israelita, fixos sociais analisados neste artigo, uma “escola israelita S. An-Ski e um centro comunitário. Mais tarde uma filial do clube Macabi também se instalou em Nilópolis” (NOGUEIRA, 2009, p. 190). Desse modo, o centro Israelita “era um teto protetor para todas as faixas etárias da comunidade. Sinagoga para

os mais velhos, Clube para a juventude e Escola para as crianças” (LONDON, 1999, p. 59). Cumpre ainda registrar que o primeiro livro em ídiche do Brasil – “Novos Lares” – escrito por Adolfo Kischinhevsky em 1932, foi editado e publicado em Nilópolis (SOARES, 2014, p. 69).

Embora no distrito de Olinda houvesse lojas de proprietários hebreus, a coletividade judaica se concentrou na rua então nomeada Lázaro de Almeida, e, pelo fato de os estabelecimentos de propriedade dos semitas ficarem na parte de baixo e as famílias residirem nos sobrados ou nos fundos, esse logradouro ficou conhecido popularmente como a rua dos judeus, pois

a experiência dos judeus na cidade qualificou essa rua, na qual viviam, moravam, trabalhavam, como ponto de convergência entre os membros da comunidade, atribuindo-lhe, assim, uma funcionalidade cuja missão era alicerçar a memória coletiva, já que se parecia com uma réplica dos seus antigos povoados europeus, as chamadas *“shtetlech”* [plural de cidades judaicas] (RAPOSO, 2014, p. 31).

Entretanto, apesar dessa identificação com o espaço e da criação de estruturas e ambientes condizentes com suas práticas religiosas, ao conseguirem melhorias financeiras, os membros da comunidade judaica foram paulatinamente deixando o município. Soares (2014, p. 81) indica que, em virtude do êxodo verificado em Nilópolis, a comunidade local deixou de ter

Fonte: SOARES (2014, p. 66 e 82).



Figura 2:
Fachada
e interior
da Sinagoga
Tiferet Israel

rabino e pessoas contratadas “para officiar as orações e não se tinha mais o serviço prestado de nenhum dos três shoichet¹ que havia na “rua dos judeus”. Com isso, tornou-se uma tarefa muito difícil manter a tradição judaica sem todo suporte que antes houvera”.

Os judeus passaram a se dirigir para bairros das zonas sul, norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo aqueles de melhor infraestrutura. Alguns, após o fim da perseguição antissemita, retornaram à Europa, e outros migraram para Israel após a criação desse Estado. O último estabelecimento comercial de um judeu em Nilópolis encerrou suas atividades em 2007.

Judeus ilustres viveram em Nilópolis. Entre eles se destacaram a artista plástica Fayga Ostrower, nascida na Polônia, que passou a residir no município em 1934, e o cantor e ator Agnaldo Rayol, que nasceu no bairro de Bonsucesso, zona norte do Rio de Janeiro, e posteriormente se mudou com a família para a cidade da Baixada Fluminense. Entre os judeus nascidos em Nilópolis, três se destacaram na arte e na sociedade, o médico oncologista Jacob Kligerman, o estilista Tufi Duek – proprietário das marcas Forum e Triton – e a atriz Tereza Rachel. A atriz está sepultada no Cemitério Israelita de Nilópolis.

Além dessa necrópole semita na qual a ilustre nilopolitana está sepultada, os judeus locais também construíram uma Sinagoga para ser centro de suas atividades religiosas. As duas edificações são exemplos de formas simbólicas espaciais, as quais, entre outros atributos, consistem em “criar ‘lugares de memória’, cuja função é a de estabelecer ou manter a coesão social em torno de um passado comum” (CORRÊA, 2007, p. 10). A discussão sobre o conceito geográfico de formas simbólicas espaciais contemplando os dois

monumentos citados será empreendida na parte seguinte deste trabalho.

GEOSSÍMBOLOS JUDAICOS NO ESPAÇO/PAISAGEM NILOPOLITANO

Diferentemente dos libaneses cristãos que chegaram a Nilópolis na década de 1920, os judeus, em virtude das suas práticas religiosas, registraram sua presença no município por meio da construção dos dois fixos religiosos citados. A Sinagoga Tiferet Israel – em português, Glória de Israel ou Beleza de Israel –, começou a ser construída em 1928, ano da chegada dos primeiros semitas à localidade, e foi inaugurada em 1936.

A partir do início de suas atividades, a Sinagoga passou a centralizar “o exercício da fé judaica, fomentando o equilíbrio espiritual e mantendo viva a tradição através do ensino da torá e hebraico, atividades culturais, fala do idioma idiche numa religiosidade etnicizada” (SOARES, 2014, p. 78). Em 1984 houve a última celebração no templo (PERES, 2015). Após esse período, o espaço sagrado foi abandonado, conforme atesta a Figura 2.

Em contraste com o precário estado de conservação da Sinagoga, a necrópole judaica de Nilópolis está em perfeitas condições de conservação (Figura 3). Construído em 1934, o Cemitério Comunal Israelita “foi uma doação do Sr. Motel Zweiter que comprou o terreno com esta finalidade ao lado do cemitério público local [...] A iniciativa facilitou a vida da comunidade, ou melhor, amenizou os percalços na hora da morte para familiares e amigos” (SOARES, 2014, p. 87).

Para Claval (2012, p. 103), “os homens inscre-

¹ Especialista que abate galinhas segundo os ritos judaicos.

Figura 3:
Fachada do
Cemitério
Comunal Israelita
construído por
Judeus em
Nilópolis na
década de 1930



Fonte: Os autores (2020).

vem, nos monumentos que erigem e nas inscrições que fazem aqui e ali, a ordem de significações que os motivam”. Nessa perspectiva, as duas edificações constituem-se em formas simbólicas em grande medida devido aos significados que elas transmitem. Dessa maneira, tanto a Sinagoga quanto o Cemitério compreendem “signos construídos a partir da relação entre as formas, os significantes, e os conceitos, os significados” (CORRÊA, 2018, p. 224). Todavia, todo objeto é, em maior ou menor grau, uma forma simbólica, uma vez que ele pode produzir intentos que transcendem sua funcionalidade. Nesse sentido, “um dos desafios da análise geográfica reside em identificar processos visíveis correlatos aos valores simbólicos que presidiriam à estruturação funcional de tais lugares” (MACIEL, 2015, p. 10).

Em termos geográficos, essas construções materiais dotadas de simbolismo se metamorfoseiam em formas simbólicas espaciais

quando constituídas por fixos e fluxos, isto é, por localizações e itinerários, apresentando, portanto, os atributos primeiros da espacialidade. Palácios, templos, cemitérios, memoriais, obeliscos, estátuas, monumentos em geral, shopping centers, nomes de logradouros públicos, cidades e elementos da natureza, procissões, desfiles e paradas, entre outros, são exemplos correntes de formas simbólicas espaciais (CORRÊA, 2007, p. 8).

Cumprir mencionar que o conceito de formas simbólicas espaciais emprega a dimensão geográfica ao fenômeno em tela e, assim sendo, “as relações entre formas simbólicas e espaço são complexas, de mão

dupla. Como tais, as formas simbólicas espaciais se realizam, em grande parte, em razão da localização ou do itinerário que cada uma apresenta” (CORRÊA, 2018, p. 227-228). Nesse sentido, a partir de sua localização, essas edificações ganham sua geograficidade tornando-se geossímbolos (BONNEMAISON, 2002). Centrando-se na questão locacional aludida por Corrêa (2018), o autor aponta que os geossímbolos apresentam uma dimensão relativa e relacional. Considerando a Sinagoga e o Cemitério, essas formas simbólicas espaciais possuem notáveis distinções entre si.

A Figura 4 expõe a centralidade da localização da Sinagoga construída pela comunidade hebraica. Edificada a cerca de 220 metros do “marco zero” do então distrito iguaçuano, o templo judaico exprime sua condição de localização relativa, que, segundo Corrêa (2007, p. 9), associa-se “à visibilidade, mas, sobretudo, à acessibilidade face a toda a cidade ou espaço regional ou nacional”. Com efeito, a escolha espacial da Sinagoga considerou sua visibilidade e acessibilidade para a sociedade local.

Conforme mencionado, a parada de trem inaugurada em 1914 ajudou sobremaneira o processo de adensamento populacional da localidade ao gerar, em seu entorno, o núcleo comercial da cidade. Por essa razão, os judeus que chegaram a Nilópolis na segunda metade da década de 1920 se instalaram na incipiente área central da localidade e, com suas atividades, ajudaram a fortalecer a centralidade das ruas locais. Com essa localização, os hebreus marcaram na paisagem nilopolitana sua identidade e, para esse propósito, a acessibilidade do local de culto consiste em “um dos meios mais importantes para que as formas simbólicas possam transmitir as mensagens que

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do site Google Earth.



Figura 4: Área central histórica de Nilópolis

delas se espera” (CORRÊA, 2007, p. 9).

Corrêa (2018, p. 228-229) menciona ainda que os geossímbolos

apresentam uma localização de natureza relacional, isto é, a localização delas se faz, de um lado, em áreas da cidade dotadas de certos atributos sociais e políticos, visando à emissão de mensagens dirigidas para certos grupos sociais. De outro lado, a localização se dá em relação a outras formas simbólicas localizadas em outros locais e que refletem interesses semelhantes ou divergentes. A natureza relacional da localização associa-se à prática da repetição em locais distintos, de formas simbólicas

emitindo mensagens semelhantes, ou em prática de constração, com formas simbólicas emitindo mensagens antagônicas e situadas em locais próximos.

A condição relacional das formas simbólicas explica a espacialidade do “Cemitério dos judeus”. No contexto nilopolitano, os espaços cemiteriais estão instalados em um bairro periférico, precisamente o bairro do Paiol. Desse modo, o cemitério judeu foi instalado ao lado do cemitério público municipal cristão, conforme atesta a Figura 5. Assim, o Cemitério Israelita, enquanto forma simbólica, emite uma mensagem de “interesse semelhante”,



Figura 5: Cemitérios cristão e judeu - geossímbolos “semelhantes” e “constratantes”

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do site Google Earth.

assim como alude Corrêa.

O Cemitério judaico exprime sua condição de semelhança em relação ao cristão considerando sua espacialidade e sua temporalidade: a necrópole cristã foi inaugurada em 12 de novembro de 1932, e a judaica iniciou suas obras em 17 de dezembro de 1933 (CARDOSO, 1938). Ao mesmo tempo, o geossímbolo hebraico reafirma uma forma simbólica espacial “divergente”, pois, conforme sustenta Figueiredo (2019, p. 156), “o cemitério reflete os costumes funerários, mentalidades a respeito da morte, valores, identidades, religiosidade, estilo arquitetônico e memória das comunidades que os criaram”.

Na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX existiam cinco necrópoles nas quais os israelitas poderiam ser sepultados. Os Cemitérios dos Ingleses (Santo Cristo), o do Catumbi, o São João Batista (Botafogo), o de São Francisco Xavier (Caju) – no qual foi criada uma quadra para “não católicos” – e o de Inhaúma – primeiro destinado exclusivamente para sepultamento de mulheres judias e denominado de “cemitério das polacas”, em referência ao fato de ter sido fundado a partir de uma instituição criada por mulheres judias rejeitadas pela comunidade israelita por exercerem a prostituição. Até 1916 as “polacas” eram sepultadas em uma parte separada no São Francisco Xavier (ROITBERG, 2015).

Desse modo,

até 1920 estas eram as opções para enterros judaicos: ao lado das prostitutas e cafetões, figuras tratadas como párias em vida, ou junto de cristãos. Então para os imigrantes europeus as opções existentes eram inaceitáveis e se tornava necessário um cemitério próprio. Tentaram obter um terreno junto à prefeitura do Rio de Janeiro, que respondeu negativamente, declarando que já existia um cemitério judaico municipal, o de Inhaúma (ROITBERG, 2015, s.p).

Diante desse impasse com a prefeitura do Rio de Janeiro, um segmento da comunidade judaica adquiriu em 1920 um terreno no bairro de Vila Rosali, atualmente pertencente ao município de São de Meriti na Baixada Fluminense. A construção desse cemitério é anterior à chegada de judeus em Nilópolis e, dessa forma, diferentemente da necrópole judaica nilopolitana, que foi construída para atender a comunidade hebraica local, o espaço cemiterial da Vila Rosali se destinava aos sepultamentos de judeus sediados na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que não havia colônia judaica no referido bairro.

Com efeito do rito diferente no momento da

morte, a comunidade judaica em Nilópolis necessitou ter seu próprio espaço cemiterial para atender suas tradições. Por esse motivo, essa forma simbólica espacial exprime uma condição contrastante. A análise comparativa entre os dois geossímbolos retratados na Figura 5 indica parte dessas distinções.

A primeira diferença explicitamente notada refere-se às dimensões físicas. A área ocupada pelo cristão corresponde a quatro vezes à área do Cemitério Israelita. Apesar dessa extensão destoante, o adensamento de uso do Cemitério cristão é superior ao verificado na necrópole israelita. Com efeito, toda a área da forma simbólica cristã é usada – onde o solo está exposto, são as chamadas covas rasas. Por outro lado, o espaço judeu ainda está subutilizado, apresentando apenas cerca de um terço da área ocupada pelas sepulturas e, diferentemente da necrópole cristã, os jazigos judaicos nesse cemitério são perpétuos.

Outra distinção entre os espaços cemiteriais diz respeito à espacialização e arquitetura dos jazigos. Figueiredo (2019, p. 150) lembra que

nas sociedades cristãs europeias, desde a idade média os sepultamentos ocorriam no interior das igrejas, em seus pisos ou paredes, nos muros externos ou ao redor do templo (no pátio). Os locais de sepultamentos obedeciam a uma hierarquia, isto é, existiam áreas mais privilegiadas para os sepulcros. Os altares e o vestíbulo da igreja eram destinados aos nobres e às autoridades políticas e eclesiásticas.

Essa hierarquia social pautada na espacialidade aludida pela autora manteve-se com a criação dos cemitérios públicos distantes “do núcleo habitacional da urbe” (FIGUEIREDO, 2019, p. 151). O espaço cemiterial cristão apresenta um processo de segregação espacial, pois quanto mais próximas da entrada principal estão as sepulturas, mais elevado o seu preço, além de um processo de distinção social, aferida pela arquitetura comparativa entre os jazigos. Assim, os cemitérios cristãos refletem a própria segregação e desigualdade das cidades. Nas necrópoles judaicas não há essas distinções, pois as sepulturas apresentam maior uniformidade e simplicidade.

Outra questão destoante entre essas formas simbólicas religiosas no contexto nilopolitano diz respeito à conservação. O cemitério cristão, apesar de ser o segundo local mais sagrado para essa religião, tem sua fachada, seus muros e a parte interna extremamente mal conservadas pela municipalidade. Em contrapartida, o geossímbolo israelita apresenta-se impecavelmente conservado, possuindo cerca elétrica em seus muros e vigilância patrimonial 24 horas por dia.

Para Claval (2012, p. 99), “se a geografia cultural se dedica à experiência que os homens têm do mundo, da natureza e da sociedade, ela deve partir daquilo que os seus sentidos lhes revelam”. Partindo desse pressuposto, a necrópole judaica revela um sentido de “distanciamento” entre a população do seu entorno. Essas diferenças, mais que uma distinção imaterial sugerida pelas questões sagradas associadas a essa forma simbólica, expõe também uma conotação material, pois o Cemitério Comunal Israelita destoa da infraestrutura das imediações, seja pela ostensividade de sua segurança, seja pelo impecável estado de conservação de sua edificação, a qual está instalada em um dos setores censitários de menor renda domiciliar média do município, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Assim sendo, devido à sua imponência relativa, o Cemitério judaico comunica, em alguma medida, uma espécie de “enclave” aos moradores locais, tanto assim que para alguns residentes o critério diferencial entre os dois espaços cemiteriais é o social e não o religioso. As duas formas simbólicas, judaica e cristã, respectivamente, são popularmente alcunhadas como cemitério dos ricos ou dos gringos e cemitério dos pobres.

PARA NÃO CONCLUIR

Considerando os imigrantes que aportaram no município nilopolitano, embora os libaneses tenham vindo em menor número – apenas duas famílias, os Abraão David e os Sessim David –, esse grupo étnico deixou registros mais notórios na paisagem da cidade do que a colônia judaica. Essa constatação deriva do fato de eles terem se entranhado na política e terem permanecido em Nilópolis após obterem ascensão econômica. Para efeito de comparação, de acordo com Albuquerque e Ribeiro (2018), na municipalidade existem onze logradouros públicos em homenagem a personalidades de origem libanesa e apenas dois em referência a judeus que viveram na cidade: a escola pública de artes plásticas Fayga Ostrower e a rua Julio Berkowitz, proprietário da gráfica onde foi impresso o primeiro jornal local.

Em que pese essas homenagens e o fato de algumas residências da “rua dos judeus” manterem em sua fachada a estrela de Davi, a cultura judaica agoniza na memória da população local. O território cultural nilopolitano é notadamente marcado pela presença da Escola de Samba Beija-Flor no campo profano e pela massiva presença cristã (evangélica e católica) no campo do sagrado. Territorialidades simbólicas robustas que “sufocam” identidades culturais

pretéritas, concorrendo para o apagamento das contribuições semitas para a localidade.

A esse quadro de âmbito simbólico se somam a inoperância da administração municipal e a indiferença da própria comunidade judaica em relação ao estado precário de conservação da Sinagoga. Considerando a necrópole judaica, o Cemitério nilopolitano provavelmente não se configura hodiernamente como a primeira opção para as famílias israelitas mais abastadas e, por essa razão, os judeus sepultados em Nilópolis correspondem, em última instância, àqueles que os ascendentes tiveram alguma relação com a comunidade local ou àqueles que não possuem jazigos próprios em cemitérios da cidade do Rio de Janeiro e no de Vila Rosali.

Tal fato sugere que, assim como a Sinagoga nilopolitana, a necrópole judaica é preterida por essa comunidade. Todavia, uma vez que a Sinagoga encerrou suas atividades na década de 1980, apelando a um jogo semântico contraditório, é na forma simbólica espacial reservada à morte que a tradição judaica permanece viva em Nilópolis na conjuntura atual..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Enderson. De povoado a município: transformações socioeconômicas em Nilópolis. In: MARAFON, Gláucio; RIBEIRO, Miguel Aneglo (orgs.). Revisitando o território fluminense. Rio de Janeiro, Eduerj, 2017, pp. 189-208.
- ALBUQUERQUE, Enderson; RIBEIRO, Miguel Angelo. Apropriações simbólicas dos espaços públicos: territorializações por meio de toponímias em Nilópolis. *E-metropolis*, v. 9, n. 35, dez. de 2018. pp.7-16.
- BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Org.). *Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2002.
- CARDOSO, Ernesto. Nilópolis de Hontem e de Hoje. Nilópolis: L & J. Berkowitz, 1938.
- CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações Geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. pp. 89-117.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço – algumas considerações. *Revista GEOgraphia*. Ano 9, n. 7, 2007.
- _____. *Caminhos paralelos e entrecruzados*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

- EARP, Fábio; FRIDMAN, Fania. Crédito e cartões, os ambulantes judeus no Rio de Janeiro. *Revista História econômica & história de empresas*. v.2, 2003. pp. 57-73
- FIGUEIREDO, Olga Maíra. Turismo e lazer em cemitérios: algumas considerações iniciais. In: RIBEIRO Miguel Angelo; FERNANDES, Ulisses da Silva (orgs.). *Geografia e turismo: reflexões interdisciplinares*. Curitiba: Appris, 2019. pp. 149-162
- LONDON, Esther. *Vivência judaica em Nilópolis*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- MACIEL, Caio. Espaços públicos e geo-simbolismos na “cidade-estuário”: rios, pontes e paisagens do Recife. *Revista de Geografia (Recife)* V. 22, Nº. 1, 2015.
- NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro. *Memorial Nilopolitano*. Nilópolis: Prefeitura de Nilópolis, 2009.
- OLIVEIRA, Rafael da Silva. Da produção de laranjas à febre dos loteamentos: as transformações na organização espacial do município de Nova Iguaçu ao longo do século XX. *Revista Pilares da História*, 2011, v. 10, n 11, pp. 33-45.
- PERES, Guilherme. O Processo de Urbanização: a Estrada de Ferro D. Pedro II. In: TORRES, Gênesis (org). *A contribuição de uma história*. São João de Meriti-RJ: IPAHB, 2004.
- _____. Nilópolis, Seu Povo, Sua História. *Diário Fluminense*. Nilópolis, nov.2010/mar. 2011.
- _____. Presença judaica na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*, 2015, v. 14, n 15, pp. 95-99.
- RAPOSO, Fernanda Capri. Nilópolis judaica: de cidade imaginada à tradição inventada *Revista Periferia educação, cultura e comunicação*. v.6 n.1 jan-jun, 2014.
- RIBEIRO, Paula. *Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980)*. 2008. 289f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ROITBERG, José. *História do Cemitério Israelita da Vila Rosali - O Rio Judeu que o Povo Esqueceu*. Roitblog [on line]: Rio de Janeiro, 2015. Acesso em 05 de jul. 2020. Disponível em <http://roitblog.blogspot.com/2015/07/historia-do-cemeterio-israelita-da-vila.html>
- SOARES, Hebert Quaresma. *Sinagoga Abandonada: história, etnicidade e identidade judaica em Nilópolis – RJ*. 2014. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- SEGADAS SOARES, Maria Therezinha de. *Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro*. *Revista brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Ano 24, Nº 2, pp.157-241, Abr/jun. 1962.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. *Da Grande Iguaçu a Baixada Fluminense: a emancipação política e reestruturação espacial*. In: OLIVEIRA, Rafael da Silva (org). *Baixada Fluminense: novos estudos e desafios*. Rio de Janeiro: Paradigma Editora, 2004.
- _____. *A Cidade Estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita-RJ: Entorno, 2008.
- VIEIRA, Radamés. *Novos Lares – A História dos Judeus em Nilópolis*. Documentário. ProSol Produções Audiovisuais. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Mc8bBIH>. Acesso em 21 de junho de 2020. ■

Vivian Alves da Costa Rangel Gomes

O remocionismo e seus reflexos na metropolização do Rio de Janeiro

uma análise sobre os programas habitacionais das décadas de 1960 e 1970

Resumo

Dentre o contexto e os propósitos dos programas de remoção de favelas no Rio de Janeiro, nas décadas de 1960 e 1970, análises progressas sinalizaram como objetivo principal a prática de uma operação antifavela sem precedentes na metrópole. Este artigo se propõe a analisar a estruturação socioespacial e as articulações entre as políticas de remoção habitacional e o respectivo processo de remanejamento espacial da população em forma de mobilidade residencial compulsória, assim como sua contrapartida no avanço do processo de metropolização vigente na região metropolitana do Rio de Janeiro no período especificado. Destacamos as relações existentes nessas práticas com a indução de mobilidade residencial na região metropolitana, para então discutirmos os possíveis pontos e contrapontos de intervenções das políticas públicas habitacionais e os processos de fragmentação e segregação socioespacial.

Remoção de favelas

Segregação socioespacial

Metropolização

Abstract

Among the context and purposes of Rio de Janeiro's favela removal programs in the 1960s and 1970s, previous analyzes signaled the practice of an unprecedented anti-slum operation in the metropolis. This article aims to analyze the socio-spatial structuring and the articulations between the housing removal policies and the respective process of spatial relocation of the population in the form of compulsory residential mobility, as well as its counterpart in the advancement of the metropolization process in force in the Rio de Janeiro Metropolitan Region in the specified period. We highlight the existing relations in these practices to the induction of residential mobility in the metropolitan region and then discuss the possible points and counterpoints of housing public policy interventions and the processes of fragmentation and socio-spatial segregation.

Slum removal

Socio-spatial segregation

Metropolization

INTRODUÇÃO

Dentre o contexto e os propósitos dos programas de remoção¹ de favelas no Rio de Janeiro, nas décadas de 1960 e 1970, análises pregressas sinalizaram como objetivo principal a prática de uma operação antifavela sem precedentes na metrópole. A Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), junto ao Banco Nacional de Habitação (BNH) e a Companhia de Habitação Popular (COAHAB-GB) representaram os principais órgãos governamentais responsáveis pela execução e financiamento da política habitacional remocionista que ocorreu ainda antes da fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara (VALLADARES, 1978).

Para além de todos os fatores circunscritos no processo de remoção das favelas no Rio de Janeiro na segunda metade do século XX, a proposta deste artigo é lançar um olhar específico sobre o que há de relevante nessas práticas para o legado da estruturação socioespacial da região metropolitana dentro de uma lógica de (re)distribuição populacional no que tange aos processos de fragmentação e segregação espacial.

Este artigo tem o objetivo de apresentar as articulações entre as políticas de remoção habitacional e o respectivo processo de remanejamento espacial da população em forma de mobilidade residencial compulsória, assim como sua contrapartida no avanço do processo de metropolização da região no período especificado das décadas de 1960 e 1970.

Na primeira parte apresentamos um breve histórico da produção do espaço urbano do Rio de Janeiro e a distribuição espacial da população. Na segunda, abordamos as práticas de remoção de favelas na segunda metade do século XX. Na terceira parte, relacionamos tais práticas à indução de mobilidade residencial na região metropolitana e, na quarta parte, por fim, discutimos os possíveis pontos e contrapontos de intervenções das políticas públicas habitacionais e os processos de fragmentação e segregação socioespacial no contexto de metropolização.

ANTECEDENTES DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DO RIO DE JANEIRO

Entender a produção espacial é um veículo para a compreensão da dinâmica social presente no espaço

ocupado. A distribuição espacial da população reflete assim transformações abrangentes na estrutura da sociedade (ALVES, 2011; CORRÊA, 2007; MARTINE, 1994). A produção do espaço urbano do Rio de Janeiro, cuja evolução foi tratada por Abreu (2013) com total embasamento acadêmico, mostra em sua contextualização histórica como a sociedade é protagonista das formas e conteúdos presentes na estrutura espacial.

A dinâmica de expansão apresenta elementos como a diferenciação do lugar de moradia da população de mais alta renda em relação à população de baixa renda como um dos pontos propulsores do estiramento do tecido urbano, criando vetores orientados para direções espaciais que estavam associadas à capacidade econômica da população residente. É dessa forma que o “poder de mobilidade” passou a influenciar as decisões de “onde morar” para aquela população que tinha a escolha como opção, e assim a população de alta renda passou a ocupar espaços mais ao sul da cidade, portanto, mais distantes do centro de negócios, o que gerou o crescimento da demanda por transportes para deslocamentos e manutenção das práticas diárias no centro como, por exemplo, o deslocamento entre bairros como Botafogo, Flamengo, Copacabana e o Centro da cidade.

Diante de sua escassez, o serviço de transportes exigia que valores elevados fossem pagos pela população que o utilizava, logo, não era possível que toda população tivesse condições de arcar com os custos de deslocamento intraurbano, o que fez a manutenção da residência da população de baixa renda mais próxima possível do centro ser a melhor das opções disponíveis (ABREU, 2013).

Nesse contexto, a economia brasileira passava por transformação e seu modelo produtivo mudou de uma economia agroexportadora para uma economia industrial, alterando também sua inserção na economia mundial, no início do século XX, o que gerou impactos para o espaço urbano. Seja pela multiplicação de fábricas no Rio de Janeiro, seja pelo elevado crescimento demográfico fomentado pela migração rural-urbana, a distribuição espacial da população começou a ganhar contornos cada vez mais diferenciados.

A maioria das indústrias de baixo nível de mecanização se localizava no centro, e a forma de residir na cidade se tornou cada vez mais caracterizada pelo adensamento e pela insalubridade. Para assumir o controle das condições de habitação na cidade, o poder público isentou de impostos as indústrias que oferecessem moradias populares para seus operários e, nesse contexto, proliferaram as vilas operárias no espaço urbano do Rio de Janeiro, como bairros intei-

¹ Referimo-nos com prioridade aos programas executados no período de 1962 a 1975 sob a regência da COHAB-GB e CHISAM.

ros de operários (OLIVEIRA, 2006).

Ainda no início do século XX, segundo Abreu (2013, p. 59), as grandes transformações ocorridas na cidade serviram para adequação da forma urbana às necessidades do novo modelo de acumulação capitalista. Nesse sentido, a cidade passou por um processo de “organização espacial”, cuja maior evidência foi a reforma sanitária de Pereira Passos que trouxe melhoria na acessibilidade para a zona sul, embelezamento do espaço público, mas teve como principal impacto a realocação da população de baixa renda no espaço carioca. Após a demolição maciça da maioria dos cortiços localizados no centro, a população buscou ocupar as encostas e os subúrbios e, por isso, podemos perceber a elevação da população relativa nos subúrbios no gráfico 1.

A organização social no Brasil ganhou uma lógica mais urbana, e o Decreto de nº 1.185/18² é um bom exemplo da iniciativa de elaboração de uma legislação urbanística no que tange à regulamentação e à configuração da ocupação do espaço urbano. A partir desse momento, a intervenção pública no espaço urbano foi enfatizada ao longo do tempo.

A INTERVENÇÃO PÚBLICA NO ESPAÇO URBANO

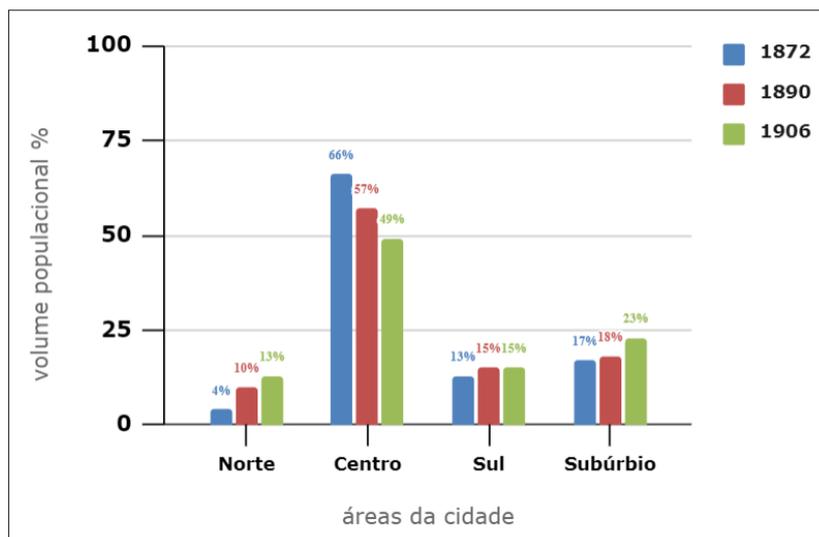
Inicia-se a intervenção pública direta no espaço, que promoveu a “divisão” de usos e classes. Nesse sentido, como Ferreira (2011, p. 59) observou, “o Estado veio acelerar o processo de estratificação espacial que já era característico na cidade desde o século XIX”.

Durante a primeira metade do século XX, desde Pereira Passos³ e seguindo pela administração Carlos Sampaio⁴, a cidade foi transformada, e “áreas nobres” foram anexadas. Simultaneamente, a ocupação das localizações suburbanas sinalizava a extensão do tecido urbano. Nessa época, as ocupações irregulares, as favelas, já eram interpretadas como um “problema social estético” que o poder público deveria erradicar. Diante disso, após a Revolução de 1930, as intervenções do Estado nesse sentido foram intensifica-

2 Esse Decreto representou o zoneamento que ampliava as zonas municipais para urbana, suburbana e rural, como zonas “distintas” e “determinadas”, estabelecendo dentro do município uma abordagem hierárquica de sua dinâmica. Representou também a visão que a Administração Pública tinha do território.

3 Prefeito no período 1902-1906.

4 Prefeito de junho de 1920 a novembro de 1922.



OBS: Em cada ano de referência o total da população atinge o valor relativo aproximado de 100%. Fonte: Elaboração própria a partir de Abreu (2013).

Gráfico 1: Distribuição relativa da população residente segundo áreas da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1872, 1890 e 1906.

das. Assim, a produção do espaço entre as décadas de 1930 e 1970 foi marcada pelo aumento das distâncias entre o local de trabalho e a moradia, com estratificação e diferenciação espaciais fomentadas pela ação pública concentrada em transformar o centro da cidade.

Surge então no cenário de governo as políticas públicas de habitação com a construção dos conjuntos habitacionais nos subúrbios, e com a transferência da localização da atividade industrial, o que interferiu no padrão de distribuição populacional. As áreas industriais foram oficializadas pelo Decreto-Lei nº 6.000/37⁵, que transferiu as unidades industriais para localidades que atualmente são identificadas como a zona norte e a zona oeste, enquanto suas antigas localizações na zona sul se tornaram áreas residenciais nobres, e as favelas se tornaram um “problema” a ser solucionado.

Com a aprovação do Código de Obras da cidade, as primeiras diferenciações no zoneamento residencial se dirigiam ao centro e à zona sul, que foram os espaços mais beneficiados em termos de infraestrutura. A década de 1940 é considerada como o período de expansão das favelas coincidindo com o avanço da verticalização e a transformação das moradias unifamiliares em multifamiliares, (ABREU, 2013;

5 O Código de Obras do Distrito Federal de 1937, elaborado e editado pelo Serviço de Propaganda Urbanística da Secretaria Geral de Viação e Obras da Prefeitura do Distrito Federal. Pela primeira vez reconhece a existência das favelas e proíbe a criação de novas favelas. Entende-se que a favela é um problema passível de administração e controle de seu crescimento. Para Valladares (1978), o código de obras condena a favela e pode ser compreendido como primeira política formal relativa a esse tipo de assentamento humano e social.

VILLAÇA, 2010; LAGO, 2000).

A década de 1960 trouxe mais uma transformação de grande importância no sentido político-administrativo. Trata-se da transformação da cidade do Rio de Janeiro em Estado e da realização do “Plano de Desenvolvimento para o ano 2000”, o Plano Doxíadis. Como resultado, obteve-se a ocupação dos municípios periféricos com empreendimentos imobiliários cada vez mais distantes do centro. É anunciada então a crise habitacional marcada pela multiplicação da população favelada e da casa de cômodo (BONDUKI, 2004), pois a população de baixa renda que se manteve no centro metropolitano residia de forma cada vez mais precária nas favelas. A estratificação social no espaço urbano perdeu nitidez diante do surgimento e do adensamento das favelas nas áreas nobres da cidade, isto porque o distanciamento entre a moradia da população carente e a população de mais alta renda já não era considerado tão significativo.

O SIGNIFICADO DO REMOCIONISMO DE FAVELAS NO SÉCULO XX

No período pós-1964, as políticas urbanas foram representadas por elevados investimentos para intervenção nas áreas mais valorizadas da cidade, acarretando efeitos que passam pela remoção de favelas da zona sul e pela especulação imobiliária responsável pela expansão da área rica da cidade na direção da Barra da Tijuca.

Conforme Lago (2000), a ocupação das favelas na cidade desde a década de 1940 está muito mais associada ao acirramento da pobreza, às condições geradas pela industrialização, à perda contínua do poder de compra do trabalhador, resultante da política restritiva de controle inflacionário, do que com o incremento da imigração. De uma forma geral, a favela inflava, porque a população estava cada vez mais pobre e com menos condição de custear uma forma melhor de moradia.

Nessa perspectiva, a remoção das favelas e a valorização exacerbada do solo nas áreas centrais são os fatores principais, essenciais, para a compreensão do direcionamento da população para a fixação de moradias mais distantes do centro, na periferia metropolitana, “espaços não metropolitanos”⁶ que seriam conurbados ainda mais adiante quando a dinâmica metropolitana se intensificasse.

A política de remoção de favela já fazia parte da

intervenção na distribuição espacial da população no Rio de Janeiro desde a “Política do Bota Abaixo” da administração de Passos (1902-1906), com a transferência da população carente que habitava o centro. No governo Vargas, o código de obras da cidade previa a demolição de favelas desde o ano de 1937, e a necessidade de transferência era fundamentada nos mesmos argumentos anteriores de que a favela representava uma verdadeira ameaça à saúde pública. Assim como no período 1937-1945, a remoção dirigia a população para parques proletários que eram locais de moradia com regras rígidas, à maneira de uma fábrica, com toque de recolher obrigatório aos moradores, por exemplo.

No entanto, é na década de 1960 que o remocionismo ganha força e intensidade no tratamento dominante dado às favelas do Rio de Janeiro. Na lógica de uma cidade planejada, os conjuntos habitacionais figuram como solução para o “problema das favelas” em relação aos espaços valorizados da cidade, além de representarem garantia de moradia digna para a população mais pobre. Conforme Brum (2011, p. 82), “os programas habitacionais não se dirigiram à população de baixa renda, mas especificamente, às favelas”. As localidades reservadas para o projeto, pela CHISAM⁷, estavam concentradas prioritariamente na zona oeste em níveis de extensão para a construção de conjuntos habitacionais.

Nesse período, a favela já havia se tornado um símbolo reificado da desordem e do atraso. Assim, tanto a remoção quanto a construção de conjuntos habitacionais se constituem, segundo a concepção do Estado, na elaboração e execução de políticas públicas resultantes da demanda gerada pelo rápido processo de urbanização pelo qual a cidade passou, com consequências sociais que marcariam a estrutura espacial residencial.

Podemos afirmar que a política de remoção de favelas representa, demograficamente, uma espécie de mobilidade residencial compulsória, cujo destino se circunscreve em localidades menos valorizadas, entre outras características, e a origem é bem demarcada nas áreas mais valorizadas na cidade, conforme Figura 1, com o exemplo da transferência da população carente da zona sul para a zona norte.

Na Tabela 1, observamos que a zona norte da cidade apresentava maior concentração de conjuntos habitacionais, mas foi superada pela zona oeste que apresenta o maior número de unidades habitacionais,

⁶ Aproveitando a concepção de Bernard Kayser (1969) sobre “espaços metropolitanos” e “espaços não metropolitanos”.

⁷ CHISAM – Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana. Autarquia que assegurava que a política para as favelas na Guanabara e na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro ficaria sob o controle do Governo Federal.

Fonte: Adaptação a partir de Brum (2011, p. 126).

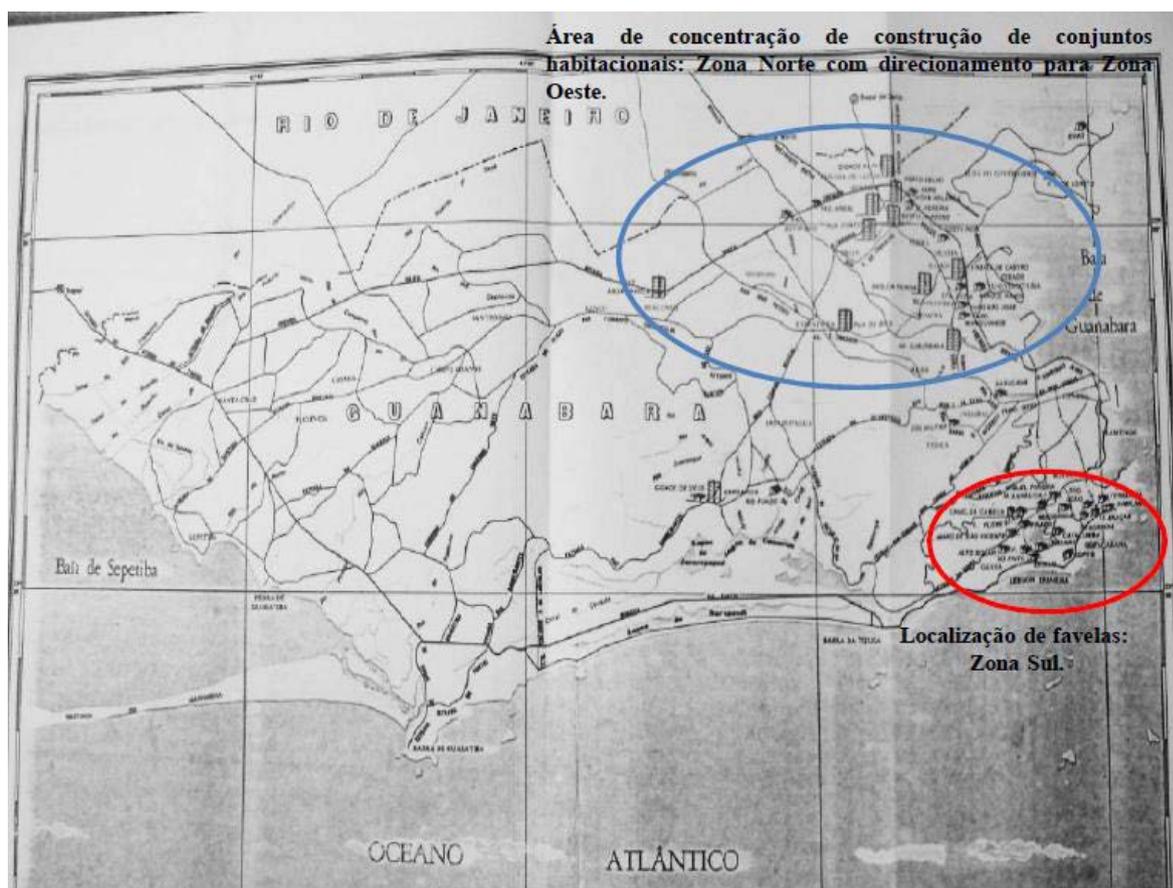


Figura 1: Imagem do mapa original do CHISAM sobre favelas removidas e locais dos conjuntos habitacionais construídos - Rio de Janeiro - 1971

representando 63% das unidades construídas no período 1962-1975.

Por fim, para Villaça (2010, p. 328), através da história da cidade, é possível perceber que o processo de segregação que se iniciou no final do século XIX foi acentuado no século XX. Segundo o autor, a alteração que a cidade passou com a concentração crescente da população de mais alta renda na zona sul e a de mais baixa renda nas zonas norte e oeste é, de fato, reestruturação urbana, pois novas localizações foram criadas, diferentes valores foram atribuídos e, tudo isso, significa que a população residente passa a interagir diferentemente no espaço.

ARTICULAÇÕES ENTRE O REMOCIONISMO E A METROPOLIZAÇÃO

São indispensáveis as reflexões sobre a relação entre a produção do espaço do Rio de Janeiro e a metropolização. Nesse contexto, abordamos a convergência entre o processo de metropolização, a estruturação interna da metrópole e sua integração com os municípios periféricos que se tornariam parte da composição da região institucionalizada.

Este ponto da relação entre cidade e região não é inédito, já muito explorado pela teoria da polari-

Área da cidade	Nº total de conjuntos habitacionais	Nº total de unidades	% unidades	População estimada
Zona Norte	20	16.392	33	81.960
Centro	1	700	1	3.500
Zona Sul	4	1.053	2	5.265
Zona Oeste	10	31.540	63	157.700
Total	35	49.685	100	248.425

Tabela 1: Área da cidade segundo número de conjuntos habitacionais, população estimada e número de unidades - Estado da Guanabara - 1962 a 1975

Fonte: Gomes (2016, p. 20). OBS: População estimada pelo número médio de pessoas por família igual a 5.

zação⁸, entre outras, mas que através de constatações podemos compreender o Rio de Janeiro, o centro, como uma metrópole com território de influência relevante na hierarquia urbana (LENCIONI, 2004). No entanto, questionamos qual é a articulação presente entre as políticas habitacionais de cunho remocionista das décadas próximas à institucionalização da região metropolitana e o avanço da metropolização?

Nessa perspectiva, há preocupação com os significados que podem ser apreendidos a partir desse processo socioespacial com ênfase na metropolização. Os programas de remoção de favelas no Rio de Janeiro ganharam nuances no processo de desenvolvimento urbano seguindo o vetor de expansão e incluindo espaços na dinâmica metropolitana, promovendo adensamento demográfico sem, no entanto, sanar a descontinuidade no padrão de ocupação do solo. Nesse contexto, a segregação e a fragmentação socioespaciais assumiram os contornos de tentativa de invisibilização da população mais carente na metrópole.

Em sua análise sobre os programas de remoção, Valladares (1978) atestou, por meio dos documentos estudados e entrevistas realizadas, que a deficiência das políticas habitacionais da época reside exatamente no não tratamento das “causas” do crescimento das favelas. As intervenções governamentais trataram as favelas como “questão estritamente habitacional e de uso do solo”, e com isso não foram observados elementos tangentes como a característica da população residente nas favelas nos seus aspectos sociais e demográficos, sua demanda por emprego e moradia, entre outros. Por um lado, a favela se constituiu uma oportunidade para a população pobre, seja de moradia, seja pela localização próxima ao trabalho, e, por isso, pode ser percebida como uma “solução orçamentária” fundamental para essa população se manter na cidade diante da restrição que enfrentava. Para a autora, foram diversas as variáveis que promoveram o crescimento das favelas e os programas de remoção não visaram atingir nenhuma delas. Logo, nada foi feito para melhorar as condições materiais da vida da população carente no que tange à sua renda.

Mais além, os programas de remoção parecem ter sido apenas paliativos, visto que seu efeito foi mais “propulsor que regressivo” (VALLADARES, 1978, p. 45). A remoção como um processo longo, que contava com várias etapas, culminando na realocação da população nos conjuntos habitacionais e na sua inserção no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), também promoveu o maior adensamento das

favelas, pois passou a representar uma oportunidade de acesso a uma unidade habitacional, o que acabou atraindo a população para estes locais. Um dos argumentos principais do programa era a oportunização da aquisição da casa própria por uma população cujas perspectivas nesse sentido eram remotas.

Vale ressaltar que a favela também representava uma realidade estruturada no espaço. Sua remoção era lenta e planejada de forma a convencer o morador a aceitar sua transferência. O poder local das associações dos moradores era uma peça relevante desse processo. A remoção tinha que parecer um “bom negócio” aos olhos da população, também deveria representar oportunidade de moradia com acesso a serviços de infraestrutura, deveria representar dignidade, a superação do estigma de “favelado”.

O programa de remoção, em síntese, deslocava para áreas mais afastadas do centro uma população marcada pela baixa renda, heterogênea, pois entre os “removidos” estavam aqueles que podemos considerar “compulsórios”, porque eram moradores das favelas demolidas, mas também havia um contingente de “inscritos”, portanto, voluntários na adesão ao programa habitacional, além dos “invasores”, que muitas vezes não tinham como comprovar a renda mínima para participar do programa e, por isso, se inseria através da invasão de unidades vagas nos conjuntos habitacionais.

O que cabe destacar é que a remoção consistia na comercialização de habitações populares que após um tempo poderiam até ser revendidas. Os habitantes passaram a mutuários do SFH com todos os elementos burocráticos possíveis que envolvem a formalização e a legalização de um imóvel. Como em todo sistema de compra e venda, existia um valor a ser pago, que, apesar de ser um valor muito abaixo do padrão do mercado, tratava-se muitas vezes de um valor acima das condições orçamentárias dos habitantes.

Dessa forma, a inadimplência cresceu. Muitas vezes, pagar a mensalidade do financiamento da unidade habitacional ficou cada vez mais difícil para uma população que, além de pagar pela unidade que habitava, tinha que lidar com os custos relativos ao deslocamento diário para o trabalho, que, na maioria das vezes, permaneceu próximo à localidade de origem da remoção, sugerindo uma ampliação drástica do “hiato casa-trabalho” após a mobilidade residencial

8 Desde a teoria dos Polos de Crescimento de François Perroux de 1955, por exemplo.

9 Emprego esse termo na tese de doutoramento que estou desenvolvendo na área de Demografia que trata da Mobilidade Pendular e da constituição de Centralidades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Este “hiato” é exatamente o que se pretende que seja, um distanciamento entre a moradia

para o conjunto habitacional. Tal comprometimento da renda familiar fez da inadimplência uma realidade e a reação dos órgãos governamentais foi deflagrar uma série de despejos judiciais que retiravam as famílias inadimplentes, desligando-as do programa e disponibilizando a unidade habitacional para outra família habilitada no programa. Uma família poderia deixar o conjunto habitacional de forma compulsória ou, ainda, de forma voluntária. No entanto, ambas representavam formas de rompimento com o SFH.

De “removidos a despejados”, ou apenas “transseuntes”, essa população tinha que praticar mais um deslocamento para fixar moradia em outro lugar. Esses deslocamentos tinham destinos voltados para a favela (geralmente próxima da sua origem), configurando uma espécie de “retorno”, mas na maioria dos casos ocorreu o deslocamento para uma das áreas do “Grande Rio”, no sentido do avanço da metropolização. Uma pequena parte dessa população chegou a mudar-se para outros estados (VALLADARES, 1978).

Há indícios¹⁰ de que o retorno à favela foi importante. No entanto, não era mais uma opção viável para a maioria da população, visto que tal retorno não significava encontrar as mesmas condições vividas anteriormente, principalmente, no que tange ao acesso à moradia, que, diante do crescimento e adensamento ocorridos, teve seu valor elevado, o que dificultou a reinserção dessa população. Aqueles que saíram voluntariamente ainda puderam contar com os recursos irrisórios da venda dos direitos da habitação que ocupavam nos conjuntos, mas, para aqueles que foram despejados, a situação foi ainda mais agudizada, fazendo com que, em sua maioria, buscassem moradia na “expansão periférica” da cidade, prioritariamente nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, além de Niterói. O distanciamento em relação ao centro metropolitano se ampliou para essa população (VALLADARES, 1978, p. 81).

Anos depois, os conjuntos habitacionais puderam ser interpretados como “área de trânsito” ou “rotatividade da moradia”, devido ao deslocamento de um contingente expressivo da população que habitou esses espaços durante a inauguração, ou seja, é como se tivesse ocorrido a substituição da população original dos conjuntos habitacionais.

De forma geral, a remoção e os programas de habitação popular proporcionaram a “concentração espacial de grupos sociais em áreas relativamente ho-

mogêneas e distantes entre si no território da cidade” (MARQUES, 2010, p. 31). Apesar de proporcionar acesso à casa própria, tais programas não desconstruíram os estigmas sociais e territoriais ligados à população residente em favelas e ainda romperam com o vínculo dessa população com o lugar de habitação. Não cabe a este texto tratar dessa temática, mas é inevitável identificar o processo de segregação socioespacial instalado diante da separação espacial dessa população.

PROCESSOS SOCIAIS SINGULARES

Em meio ao processo de metropolização em curso, a financeirização das unidades habitacionais nesses conjuntos impactou o valor do solo. Mas, antes de adentrar a discussão, temos a necessidade e a obrigação de lançar luz sobre os processos sociais singulares associados a esse contexto. Optamos por refletir sobre os sentidos e significados dos processos sociais, pois, conforme Valladares (1978), os dados desse “pós” remocionismo, da implantação dos conjuntos habitacionais, assim como sobre a circularidade dos residentes originais, são dados muitas vezes inexistentes. No entanto, o foco da análise se dirige aos mecanismos associados aos fenômenos, sem que se tenha que criar regularidades empíricas para explicá-los, visto que entendemos que tais regularidades derivam do próprio processo que se desenvolveu. Diante disso, a explicação está na dinâmica de seu desenvolvimento e não nos dados. Estes nos auxiliam na visualização e no estudo, mas a análise que desenvolvemos nos dá azo a entender as singularidades causais.

Dessa forma, buscamos reconhecer os reflexos do remocionismo no processo de metropolização, principalmente no que tange ao adensamento dos municípios periféricos contíguos ao Rio de Janeiro que começaram a ter importância intensificada e passaram a compor a região metropolitana. São fatores que não estão soltos a esmo. Existem contribuições que surgem a partir dos fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais, além dos fluxos intermunicipais, mas acreditamos que a população removida e que, a posteriori, deixou os conjuntos habitacionais, segundo as condições que mencionamos, também constituiu um contingente importante nesses principais municípios contíguos à metrópole.

Para Corrêa (2016), toda vez que distâncias são estendidas e a articulação entre as áreas da cidade se tornam mais complexas, do ponto de vista da localização residencial e do deslocamento diário, por exemplo, estamos diante da fragmentação do espaço

e o trabalho.

¹⁰ Valladares (1978) destaca a inexistência de dados que dimensionem o peso de cada destino.

urbano que o autor afirma derivar da segregação socioespacial. Em síntese, o remocionismo, ou seja, a mobilidade residencial compulsória de maior parte da população de baixa renda para as áreas mais distantes confirma a manifestação espacial da fragmentação, mais um reflexo na metropolização. Isto se realiza, pois a dificuldade de deslocamento, a distância, o custo com transporte, diversos fatores em conjunto podem constituir um desincentivo para essa população participar dos espaços mais centrais.

Sendo assim, tanto a segregação quanto a fragmentação socioespacial que apontamos enquanto um reflexo das políticas habitacionais precisam ser examinadas adotando-se balizas teóricas e conceituais fundamentais, pois, conforme a observação de Sposito (2016, p. 64), “nem todas as formas de diferenciação e de desigualdade são, necessariamente, formas de segregação”. Exatamente por isso é que buscamos uma explicação para o processo, pois para aqueles que se interessam por investigar a complexidade da relação da população com o espaço urbano, devem acautelar a aplicação automática e imediata de conceitos já que as realidades divergem, assumem diferentes facetas de um fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto que exploramos, podemos considerar que as favelas existentes nas áreas nobres da metrópole como Copacabana e Lagoa, por exemplo, representavam muito mais diferenciação no espaço urbano de acordo com Lefebvre (1983, apud SPOSITO, 2016), pois a própria proximidade emoldurava as relações sociais existentes no espaço. Já o processo de remoção e a transferência da população para áreas mais distantes, menos valorizadas e muito mal articuladas quanto a sua acessibilidade, representaram um rompimento, uma separação espacial, uma segregação dessa população que viu suas opções de acesso cada vez mais complicadas em termos de deslocamento para as áreas mais nobres da metrópole. Essa apreensão provém da visão de Lefebvre (1983) sobre segregação, por afirmar que a segregação rompe, relativamente, as relações entre a parte segregada e o espaço urbano (apud SPOSITO, 2016). Isso é notório quando se entende que a remoção dificultou as relações e as articulações da população instalada nos conjuntos habitacionais com a vida urbana que levavam. Esse é mais um significado do remocionismo para a metropolização que avançava.

Tal processo interferiu na forma como essa população se apropriava e usava o espaço e ganhou

significado de “periferização dos mais pobres”, atinente à complexificação da estruturação espacial que no século XX seguia uma tendência de separação da população menos favorecida socialmente, tendência identificada nas grandes cidades da América Latina.

Nesse sentido, o processo de metropolização seguia ampliando o tecido urbano de forma que a lógica das desigualdades socioespaciais se manifestasse, principalmente, para aquela população que apresentava baixo grau de mobilidade urbana. Dessa forma, a aplicação dos recursos públicos para propiciar a aquisição da moradia foi orientada de forma a periferizar uma população característica, trazendo o afastamento socioespacial dessa população de baixo poder aquisitivo que, em vez de solucionar o problema da moradia, para muitos, resultou num afastamento ainda maior e, até mesmo, na precarização da moradia.

Os conjuntos habitacionais foram alocados em descontínuo ao tecido urbano e sua localização manifestava a distância dos centros assim como dos equipamentos públicos e privados. No âmbito da produção contemporânea do espaço, novos ingredientes foram acrescentados, e a fragmentação socioespacial supera a segregação, sem anulá-la, mas é reforçada pelas dificuldades de acessibilidade que agravaram as distâncias sociais.

Entendemos que tanto a fragmentação quanto a segregação socioespacial são manifestações das desigualdades existentes, mas foram singulares enquanto processos sociais que brotaram como reflexos da política remocionista e da política habitacional nas décadas de 1960 e 1970, por criarem acessos diferenciados dos cidadãos à metrópole. A eclosão da população concentrada na metrópole para os municípios periféricos encontra nesse contexto também uma via de extravasamento. Aqueles que não conseguiram se manter no programa, passam por mais um remanejamento, que não pode ser compreendido completamente como voluntário, mas um remanejamento que vai orientar essa população para um local de moradia que esteja mais de acordo com suas “condições orçamentárias” e uma área que ofereça melhor articulação espacial.

Por fim, enquanto significado geral que podemos depreender dessas reflexões que foram expostas aqui é que as políticas urbanas e habitacionais muitas vezes, redundantemente, resultam no reforço do que Carlos (2016, p. 95) chama de “contradição da produção do espaço urbano”, em que a sua produção se dá em âmbito público, mas sua apropriação é mantida no âmbito privado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ª edição. Rio de Janeiro: IPP, 2013. 156p.
- ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade /imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão(Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. 344p.
- BRUM, Mário. **Favelas e Remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. O social em questão – Ano XVI – nº 29 – 2013- pp. 179-208**. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/8artigo29.pdf>
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o “Direito à Cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato e PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 95-110.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. IN: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato e PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 39-60.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Diferenciação Socio-espacial, escala e práticas espaciais**. CIDADES, v.4, n.6, 2007, p.62-72.
- FERREIRA, Álvaro. **A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- GOMES, Vivian Alves da Costa Rangel. **Breve histórico da produção do espaço intraurbano e da distribuição da população na cidade do Rio de Janeiro**. XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Foz do Iguaçu, outubro, 2016.
- LAGO, Luciana Corrêa do. **Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2000.
- LENCIONE, Sandra. O Processo de Metropolização do Espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização. In: SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **Globalização e estrutura urbana/São Paulo**, Hucitec: Fapesp, 2004.
- MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010. 216p.
- MARTINE, George. **A Redistribuição Espacial da população brasileira durante a década de 80**. Texto para discussão nº 329, IPEA: Rio de Janeiro, 1994. 46p.
- OLIVEIRA, Catarina Pinto de Albuquerque. **Shopping Center: a variedade na exploração do espaço de negócio**. Rio de Janeiro: UVA, 2006.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. IN: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato e PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.
- VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. Zahar Editores, 2ª edição, 1978.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2010. ■

Vivian Alves da Costa Rangel Gomes é doutoranda em Demografia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) UNICAMP. Mestre em Estudos populacionais e Pesquisa social pelo ENCE. Especialista em Análise Ambiental e Gestão do Território pelo ENCE. Bacharel em Economia pela UFRRJ. Licenciatura em História pela UNIRIO. viviankostarangel@gmail.com

Heibe Santana da Silva
Gilberto Corso Pereira

Índice de justiça espacial na Região Metropolitana de Salvador

cartografia das diferenças socioespaciais

Resumo

O presente artigo analisa o espaço urbano da Região Metropolitana de Salvador (RMS), através do Índice de Justiça Espacial. Criado a partir de seis indicadores que espacializam as características dos domicílios e logradouros, localizam equipamentos públicos, infraestrutura urbana e serviços digitais, apresentando a mobilidade intrametropolitana da RMS. O levantamento é um importante retrato do tecido urbano de uma RM de 3.5 milhões de habitantes. Utiliza dados do IBGE, do Governo Federal, do Governo do Estado da Bahia e de entes particulares, para retratar as diferenciações do espaço urbano. Por meio deste, identificou-se que a Região Metropolitana de Salvador é fortemente marcada pela presença da injustiça espacial. A justiça espacial, quando existe, está concentrada em áreas centrais, ocupadas por uma população de alta renda, elevado nível de escolaridade e com ocupação laboral de importância destacável.

Justiça espacial

Espaço urbano metropolitano

Região Metropolitana de Salvador

Índices e indicadores

Abstract

The present paper analyzes the urban space of the Metropolitan Region of Salvador (MRS), through the Spatial Justice Index. Created from six indicators that spatialize the characteristics of households and public places, they locate public equipment, urban infrastructure and digital services, presenting the intrametropolitan mobility of the MRS. The survey is an important portrait of the urban fabric of an MR of 3.5 million inhabitants. It uses data from IBGE, the Federal Government, the Government of the State of Bahia and from private entities, to portray the differentiations of the urban space. Through this, it was identified that the Metropolitan Region of Salvador is strongly marked by the presence of spatial injustice. Spatial justice, when it exists, is concentrated in central areas, occupied by a high-income population, that is highly educated and with occupational occupations of great importance.

Spatial justice

Metropolitan urban space

Metropolitan Region of Salvador

Indices and indicators

INTRODUÇÃO

Como propulsor da urbanização moderna, ou seja, aquela observada a partir de meados do século XIX e vigente até os dias atuais, a industrialização, nas palavras de Lefebvre (2009), é o elemento indutor do desenvolvimento das grandes cidades. A industrialização deve ser vista como a principal característica na formação da sociedade moderna, por ser o ponto inicial da formação dos centros urbanos de grande porte. Para Lefebvre (2009, p. 3), “[...] a cidade [somente] preexiste à industrialização [...]”, sendo que, a partir desta, transforma-se no local de acumulação de conhecimento, técnica, obras, riquezas, vida social e política.

Contudo, esse mesmo espaço urbano também é local de acumulação de diferenças socioespaciais, desigualdade, segregação urbana e precariedade da estrutura urbana. A justiça espacial, ou a falta desta, é uma consequência do processo da urbanização em que é comum identificar exemplos de injustiças espaciais, muitas vezes relativizadas pela população. Soja (2009) apresenta a discriminação socioespacial da população a partir do local de moradia, da raça, e de sua situação financeira, como exemplos da inexistência da justiça espacial na cidade.

Nesse sentido, Soja (2009) afirma que a noção de justiça, na sua origem, está conectada às cidades gregas a partir da ideia de Aristóteles de que ser um cidadão urbano tinha um significado político. Essas ideias fomentaram o surgimento da Era das Revoluções e defendiam que houvesse mais direitos humanos, igualdade entre os homens e a soberania da população. Assim, a justiça espacial pode ser, atualmente, caracterizada através da apropriação e domínio do espaço urbano, o que influencia a ocupação da cidade pelos grupos sociais, a partir da luta de classes. Já a injustiça espacial está vinculada às delicadas questões sociais, não sendo possível analisar o espaço sem considerar a sociedade que o ocupa. (MARCUSE, 2009). Essas injustiças espaciais não podem ser isoladas dos diferentes contextos que a formam, sejam de cunho histórico, social, econômico ou político.

Assim, o estudo apresentado neste texto atrela as condições urbanísticas observadas nas áreas de expansão demográfica (AED) analisadas à presença da justiça espacial. Embora este seja um conceito amplo e com um número considerável de possibilidades para análise, neste texto a discussão está restrita à distribuição espacial das amenidades, infraestruturas, serviços e equipamentos existentes na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A justiça espacial na RM Salvador foi identificada

a partir de um levantamento realizado com o objetivo de mensurar as características do espaço urbano e metropolitano, e fundamentar a criação de um Índice de Justiça Espacial. Com base no Censo Demográfico de 2010, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a RMS é a terceira maior Região Metropolitana (RM) do Nordeste brasileiro e a oitava maior RM do Brasil, em termos populacionais. Com base nos dados da estimativa populacional realizada em 2019, Salvador, núcleo da RM em análise, é o quarto município mais populoso do Brasil, com 2.8725.347 milhões de habitantes, e influencia uma vasta rede urbana no estado da Bahia.

MATERIAIS E MÉTODOS

O Índice de Justiça Espacial é composto por 25 variáveis agrupadas em seis indicadores (Quadro 1) que, respectivamente, espacializam as características dos DOMICÍLIOS e LOGRADOUROS, a localização dos EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, as possibilidades de deslocamento da população na MOBILIDADE INTRAMETROPOLITANA, e o acesso às INFRAESTRUTURAS URBANAS e aos SERVIÇOS DIGITAIS. Os dados a este respeito foram obtidos a partir de diferentes fontes, como o Censo Demográfico (IBGE, 2010), a Secretaria de Educação da Bahia, o Portal do Ministério da Educação (E-MEC), o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, os *websites* das quatro maiores operadoras de telefonia celular do Brasil (Oi, Claro, Tim e Vivo) e o *website* Explica Telecom.

Os indicadores e as variáveis anteriores foram adotados por conseguirem mostrar, de modo adequado, as desigualdades existentes no espaço urbano. Além disso, indicam diferentes elementos presentes na cidade, como a residência das famílias e suas características, os logradouros e como eles estão estruturados, além da necessidade de maior atenção quanto à disponibilidade dos equipamentos públicos para a população.

Além disso, a escolha pelo mapeamento da mobilidade urbana e metropolitana reforça a discussão sobre as dificuldades de deslocamento enfrentadas pela população. Acrescido a isso, ilustram as deficiências do transporte público e a localização das classes de menor poder aquisitivo distantes dos equipamentos, serviços e áreas mais bem estruturadas da cidade. Por fim, as infraestruturas urbanas e os serviços digitais analisados mostram como elementos populares da vida do cidadão (internet, coleta de lixo, TV a cabo) são marcados por uma presença desigual no espaço urbano.

Os indicadores DOMICÍLIO, LOGRADOUROS, MOBILIDADE INTRAMETROPOLITANA (variável deslocamento de até 30 minutos casa-trabalho), INFRAESTRUTURA URBANA e SERVIÇOS DIGITAIS tiveram variáveis oriundas do Censo Demográfico. Os valores foram calculados a partir da porcentagem dos domicílios com acesso aos referidos elementos, por meio da fórmula $E = DA/DE \times 100$, em que DA representa o número de domicílios atendidos e DE significa o número de domicílios existentes. O resultado obtido pela fórmula anterior foi adicionado à fórmula $V = E/100$, em que E corresponde ao percentual anterior e V ao valor da variável.

Há também as variáveis presentes no indicador

SERVIÇOS DIGITAIS, no qual os dados da variável internet 4G foram obtidos através do georreferenciamento das telas do mapeamento público da cobertura do sinal das operadoras, presentes nos *websites* da Oi, Claro, Tim e Vivo. Os valores da variável internet a cabo/TV a cabo foram baseados nas informações do *website* Explica Telecom e pesquisados através do código de endereçamento postal (CEP).

Em relação às variáveis do indicador EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, os estabelecimentos foram espacializados manualmente, e depois foi gerado um mapa de densidade em *kernel* que, ao ser tratado, identificou valores que variaram de 0,000 a 1,000. Sobre o tratamento do indicador MOBILIDADE INTRAMETROPOLITANA, as variáveis captura-

Quadro 1: Síntese das variáveis e indicadores que participaram desta pesquisa

Indicador	Variáveis
Domicílios	Domicílios com 2 ou mais banheiros
	Domicílios com moradia adequada
	Domicílios com 5 ou mais cômodos
	Domicílios com alvenaria com revestimento
	INDICADOR DOMICÍLIOS
Logradouros	Existência de calçada no entorno do domicílio
	Existência de iluminação no entorno do domicílio
	Existência de pavimentação no entorno do domicílio
	Existência de bueiro/boca-de-lobo no entorno do domicílio
INDICADOR LOGRADOUROS	
Equipamentos Públicos	Instituições de ensino básico
	Instituições de ensino superior
	Bibliotecas
	Estabelecimentos de Saúde
	Teatros
	Cinemas
INDICADOR EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	
Mobilidade Intrametropolitana	Mobilidade Urbana - até 30 minutos
	Deslocamento até o centro político
	Deslocamento até o centro econômico
	Deslocamento até o centro educacional
INDICADOR MOBILIDADE INTRAMETROPOLITANA	
Infraestrutura Urbana	Lixo coletado por serviço de limpeza
	Esgotamento sanitário por rede geral
INDICADOR INFRAESTRUTURA URBANA	
Serviços Digitais	Internet 4G
	Existência de celular
	Existência de telefone fixo
	Internet a cabo/TV a Cabo
	Microcomputador com internet
INDICADOR SERVIÇOS DIGITAIS	
ÍNDICE DE JUSTIÇA ESPACIAL	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

das a partir do *Google Maps* foram baseadas no tempo de deslocamento entre as Áreas de Expansão Demográfica (AED) até os centros político (Prefeitura Municipal de Salvador), econômico (Avenida Tancredo Neves) e educacional (Universidade Federal da Bahia) da RMS.

Desse modo, os valores dos indicadores foram baseados na atribuição de notas que consideravam a disponibilização de cada elemento no espaço urbano. As maiores notas eram atribuídas às variáveis com maior presença na área urbana. Por outro lado, as variáveis com menor nota eram aquelas com menor presença na cidade. No cálculo do Índice de Justiça Espacial para a RMS, os valores foram mensurados através da média aritmética dos seis indicadores citados nos parágrafos anteriores. O método estatístico de controle dos resultados, que teve o objetivo de observar a diferença entre o dado real (o Índice utilizado nos resultados) e o Índice produzido a partir da exclusão de cada um dos indicadores, corroborou com os resultados do Índice de Justiça Espacial, que mostrou que apenas 19,50% dos resultados testados apresentaram uma variação positiva ou negativa acima de 10% ao excluir um indicador¹.

1 Esse percentual é influenciado pelo indicador EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, que é fortemente concentrado nas áreas centrais de Salvador.

O ÍNDICE DE JUSTIÇA ESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Estruturado a partir dos seis indicadores supracitados, o Índice de Justiça Espacial para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) é um instrumento que permite verificar as condições socioespaciais do espaço intraurbano dos municípios que compõem a RMS. Como vimos, o primeiro indicador discutido foi denominado DOMICÍLIO (Figura 1) e é formado por quatro variáveis resultantes do levantamento censitário de 2010, realizado pelo IBGE: domicílios com dois ou mais banheiros, moradia adequada², domicílios com cinco ou mais cômodos e domicílios com alvenaria com revestimento.

As quatro variáveis estão concentradas nas Áreas de Expansão Demográfica (AED), localizadas na Orla Atlântica de Salvador (Itaigara, Barra, Patamares), no Centro Tradicional da Capital (Graça,

2 A variável moradia adequada está na tabela “Entorno 2” do Censo Demográfico 2010, na Pesquisa Universal. Foi computada (e adaptada) a partir da soma das variáveis 202 e 203, que computam os “domicílios particulares permanentes com moradia adequada – existência de identificação do logradouro (v202) e não existência de identificação do logradouro (v203)”. A soma das variáveis indica quantos domicílios eram considerados como “moradia adequada” pelo IBGE.

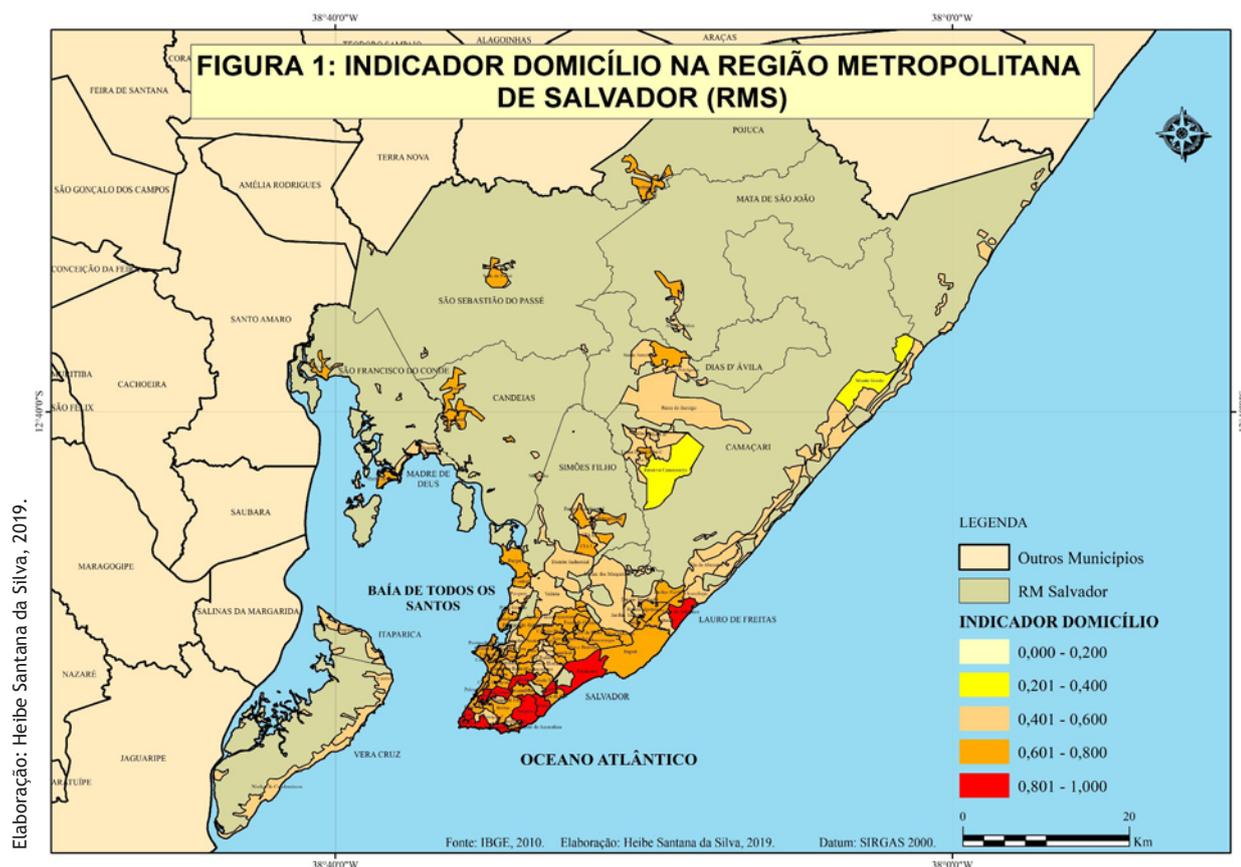


Figura 1: Indicador DOMICÍLIO na Região Metropolitana de Salvador

Barris), e em algumas AEDs de outros municípios da RMS, como Vilas do Atlântico, Lauro de Freitas. Na variável domicílios com dois ou mais banheiros, identificou-se a carência deste tipo na periferia social de Salvador (Coutos, Valéria, São Cristóvão, Plataforma, Cajazeiras, Fazenda Grande, Boca da Mata) e nas AEDs pertencentes aos municípios localizados na franja da Região Metropolitana (Mata de São João, Pojuca e São Francisco do Conde).

Assim, o indicador DOMICÍLIO é o reflexo das dificuldades encontradas no espaço intraurbano. Nesse sentido, o indicador confirma a concentração de melhores condições habitacionais na Orla Atlântica e no Centro Tradicional (e entorno) de Salvador, enquanto as áreas do Subúrbio Ferroviário e Miolo concentram condições inferiores às áreas centrais. Essa situação é reflexo da formação do tecido urbano que, marcado pela falta de equidade na distribuição de recursos, concentra os domicílios com melhor estrutura nas áreas de expansão demográfica, ocupadas pela classe média/alta. Ao mesmo tempo, a população de menor renda está instalada em locais insalubres, com riscos constantes de violência, desabamentos e, em muitos casos, em residências carentes de investimentos.

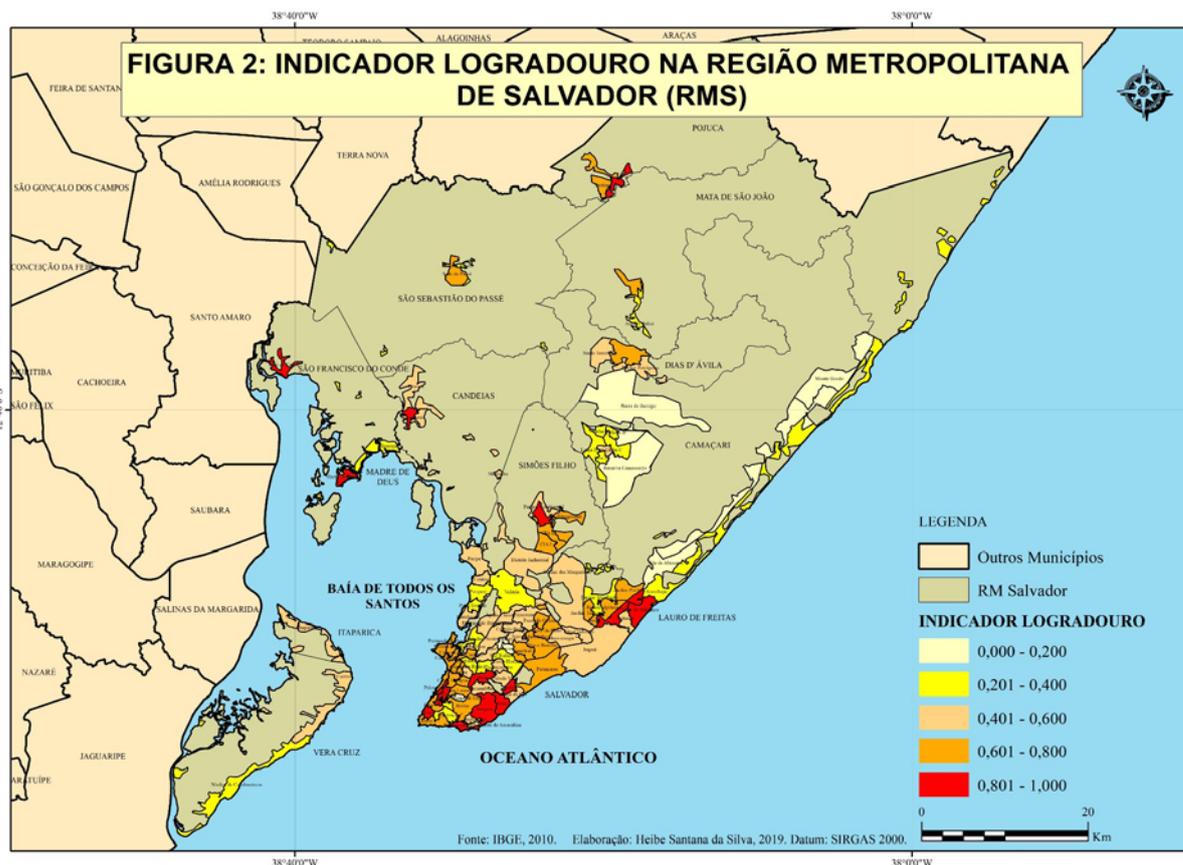
Sobre os outros municípios da RMS, a AED de Vilas do Atlântico, em Lauro de Freitas, apresentou o maior valor da Região Metropolitana (excluídas as áreas de Salvador) no indicador DOMICÍLIO

(0,943). Além de Vilas do Atlântico, outros resultados satisfatórios foram identificados nos centros urbanos de Candeias, Lauro de Freitas e Pojuca, com valores acima de 0,700. As AEDs com baixos valores foram Reserva Camassarys (0,393) e Monte Gordo (0,398), ambos no município de Camaçari, com deficiência na qualidade do ambiente construído, como a baixa proporção de domicílios com dois ou mais banheiros, e de moradia adequada.

O segundo indicador do Índice de Justiça Espacial foi denominado LOGRADOURO (Figura 2). Nele estão contidas as informações sobre o entorno dos domicílios, embasadas no Censo Demográfico de 2010. Dentre as variáveis que compõem o indicador, os dados sobre a existência de calçada e bueiro/boca de lobo no entorno dos domicílios são os mais preocupantes, pois são poucos os logradouros que dispõem de infraestrutura adequada na RMS. Mesmo no caso das áreas centrais de Salvador, no que concerne à existência de bueiros e bocas de lobo, somente a Graça teve resultados acima de 0,801, classe considerada adequada e em que prevalece a presença da justiça espacial.

Como resultado da ineficiência estrutural dos logradouros (como pavimentação e iluminação, complementando as quatro variáveis do indicador), poucas AEDs dispõem de infraestrutura adequada. É o caso da Graça, Barris, Nazaré (todas no centro tradicional), Rio Vermelho, Itaipara, Stiep (áreas mais

Figura 2: Indicador LOGRADOURO na Região Metropolitana de Salvador



Elaboração: Heibe Santana da Silva, 2019.

recentes no entorno da Avenida Tancredo Neves, centro econômico de Salvador, da RMS e da Bahia), das sedes urbanas de Madre de Deus e São Francisco do Conde, e dos Centros de Candeias e Pojuca. Ao mesmo tempo, a maior deficiência foi identificada em Vila de Abrantes, Barra do Jacuípe, Monte Gordo e Reserva Camassarys, todas em Camaçari.

Outro importante indicador para a justiça espacial identifica a distribuição dos EQUIPAMENTOS PÚBLICOS (Figura 3) na RMS. A partir dos dados coletados, concluiu-se que há forte concentração nas áreas centrais de Salvador, em uma situação ainda mais crítica do que foi observado nos dois indicadores anteriores. Foi identificado, principalmente nas variáveis instituições de ensino superior, bibliotecas, cinema e teatro, que a Graça, Nazaré, Barris e Garcia (que contém o Campo Grande) concentram os principais equipamentos da Região Metropolitana e também do estado da Bahia, como o Teatro Castro Alves, a Biblioteca Pública do Estado da Bahia, unidades da Universidade Federal da Bahia e o Hospital Universitário Edgar Santos.

Por outro lado, entre as AEDs com maior déficit de equipamentos públicos, nota-se que algumas têm como característica o fato de serem áreas de veraneio, que estão distantes do núcleo urbano e que, normalmente, estão em municípios de pequeno porte populacional. É o caso, por exemplo, do Núcleo de Condomínios (0,156), em Vera Cruz;

Amado Bahia (0,175), em Mata de São João; Barra do Jacuípe (0,185), em Camaçari; Mataripe (0,195), em São Francisco do Conde. Assim, a concentração de equipamentos públicos no núcleo metropolitano preocupa por diferentes fatores, mas destaca-se o fato de que Salvador é transformada em polo de atração da população da RMS (são aproximadamente 800 mil pessoas nos municípios da RMS, com exceção de Salvador que, sozinha, concentra 2.6 milhões de habitantes).

O indicador MOBILIDADE INTRAMETROPOLITANA (Figura 4) é composto por quatro variáveis: deslocamento de até 30 minutos da residência ao trabalho, deslocamento até os centros político, econômico e educacional da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Sobre os resultados, constatou-se que Salvador possui dois pontos de atração das viagens a partir do transporte público e individual, ou seja, o entorno do centro tradicional (Avenida Sete de Setembro, Rua Carlos Gomes e entorno da Avenida Joana Angélica) e o centro econômico no entorno da Avenida Tancredo Neves, surgido na década de 1970, e responsável por receber a administração financeira do estado da Bahia, antes localizada no centro antigo de Salvador.

A análise mostra que somente os Barris (0,835) e o Pelourinho (0,827) possuíam valores acima de 0,801, o que demonstra que a população residente nessas AEDs tinha uma mobilidade de maior quali-

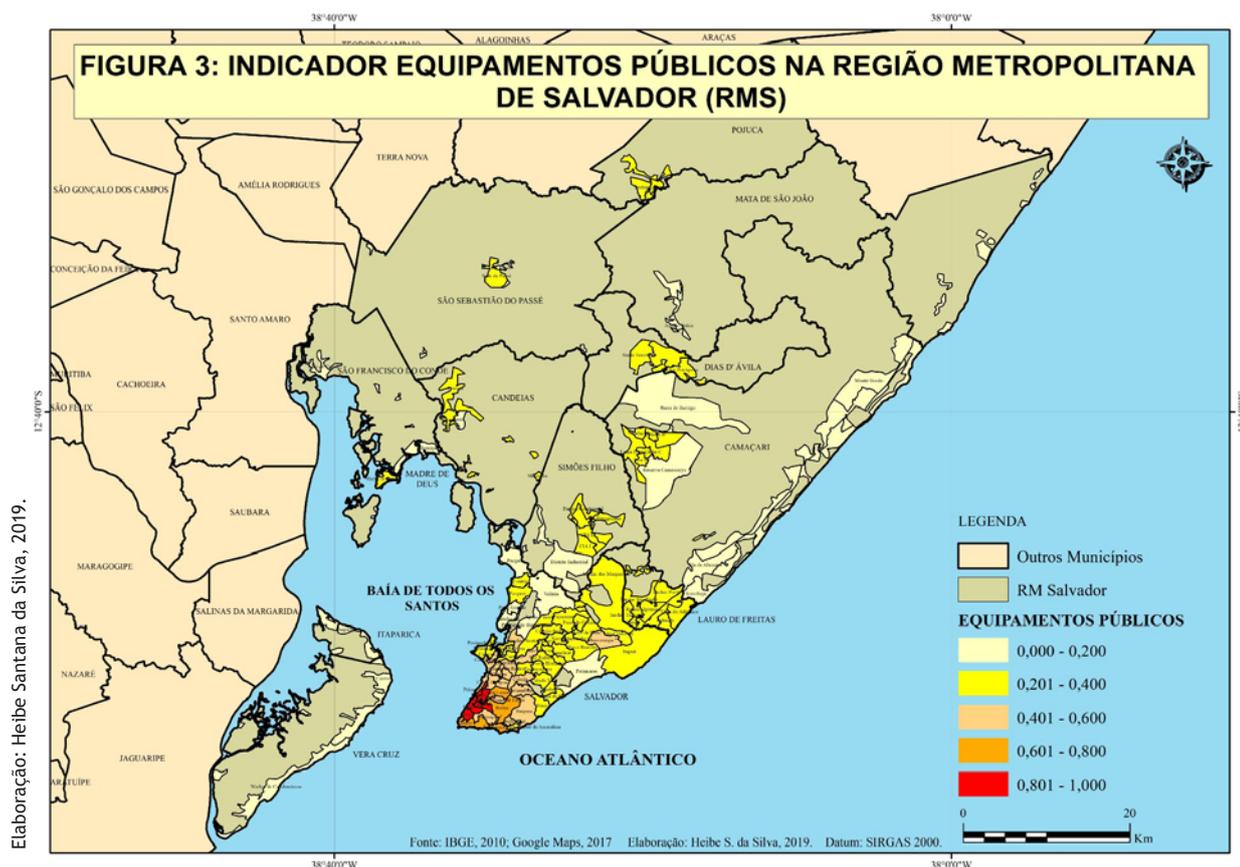


Figura 3: Indicador EQUIPAMENTOS PÚBLICOS na RMS

dade do que a do restante dos municípios. Seja através do transporte individual, ou através do transporte público, essa área concentra uma quantidade significativa de viagens em carro individual e possui a maior estação de ônibus e de metrô da RMS (a Estação da Lapa), situação que facilita a chegada e saída dos seus moradores. Por outro lado, a mobilidade intraurbana é deficitária no Miolo soteropolitano (Boca da Mata, Cajazeiras e Mussurunga) e no Subúrbio Ferroviário (Paripe, Ilhas, Couto e Periperi), exigindo dos moradores maior tempo de deslocamento no transporte público, maior estresse e deslocamentos em maiores distâncias.

Ainda sobre o indicador MOBILIDADE INTRAMETROPOLITANA, agora tratando dos demais municípios da RMS³, nota-se que Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas, municípios de médio porte populacional, têm a melhor mobilidade intrametropolitana. Isso ocorre, principalmente, devido a fatores como: menor área da sede urbana, se comparado a Salvador; o uso de outros meios de transporte individual, como as motocicletas e bicicletas; e a

maior proximidade do local de trabalho, quando o mesmo é no município de residência. Por outro lado, a maior deficiência na mobilidade intrametropolitana foi registrada nas Áreas de Expansão Demográfica mais distantes do centro urbano do município, AEDs de ocupação rarefeita, como Vilas do Atlântico (Lauro de Freitas), Amado Bahia (Mata de São João), Pitanguinha (Simões Filho), Areia (Candeias) e Área Rural (São Sebastião do Passé).

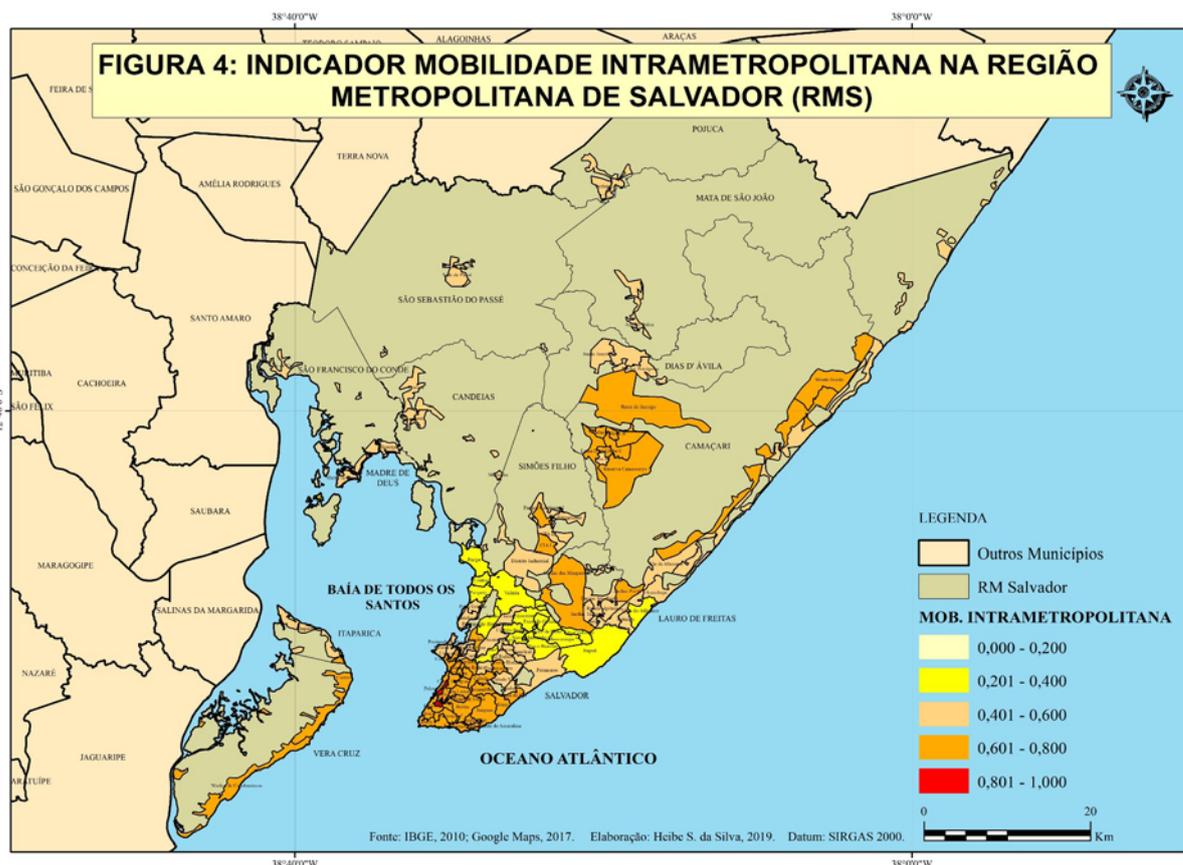
O quinto indicador do índice analisa a INFRAESTRUTURA URBANA a partir de duas variáveis: esgotamento sanitário por rede geral e coleta de lixo pelo poder público. Esse indicador foi o mais equilibrado e com maior quantidade de AEDs com valores acima de 0,801. Isso ocorre devido à efetiva coleta de lixo em grandes porções da RM, sendo necessário destacar que Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas descartam seus resíduos sólidos no Aterro Sanitário⁴ na Estrada Cia-Aeroporto.

Sobre os valores que constam no referido indicador, os dados obtidos (Figura 5) permitem inferir que nenhuma AED possui valor inferior a 0,401. Em

3 Em todas as AEDs que pertencem a Salvador, o resultado do indicador está baseado no cálculo das 4 variáveis. Por limitações técnicas do *Google Maps*, as AEDs restantes, que não estão localizadas em Salvador, são estruturadas somente com base nos dados de Deslocamento até 30 minutos do Censo Demográfico 2010.

4 Diariamente este aterro recebe cerca de 2.800 toneladas de lixo de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas. Segundo Piniheiro (2013, p. 2), “os rejeitos são transformados em energia através da termelétrica existente no local, que produz 150 mil megawatts por ano, valor suficiente para abastecer 300 mil residências”.

Figura 4: Indicador MOBILIDADE INTRAMETROPOLITANA na RMS



Salvador, por exemplo, somente a Valéria (0,755) e o Jardim das Margaridas (0,755) apresentavam números abaixo de 0,801, maior classe do levantamento. Ao mesmo tempo, também eram poucas as AEDs de outros municípios da Região Metropolitana de Salvador com valores na classe de 0,401 a 0,600, sendo esse o caso do Núcleo de Condomínios (0,516), em Vera Cruz; do Distrito Industrial (0,600), em Simões Filho; Monte Gordo (0,480), em Camaçari; Santa Terezinha (0,534), em Dias D'Ávila; Área Rural (0,463), em São Sebastião do Passé; e Amado Bahia (0,499), em Mata de São João.

O último indicador do Índice de Justiça Espacial é aquele que espacializa os SERVIÇOS DIGITAIS. Composto por cinco variáveis (internet 4G, existência de celular, existência de telefone fixo, internet a cabo/TV a cabo e microcomputador com internet), esse indicador apresentou a concentração dos maiores valores na Orla Atlântica de Salvador, local ocupado pelas classes de maior poder financeiro da capital. Entre essas cinco variáveis apresentadas, internet 4G e existência de celular são aquelas com maior presença no espaço urbano da RMS. Só para efeito de ilustração, a Bahia tem 14 milhões de linhas de telefone celular (TELECO, 2017) para pouco mais de 15 milhões de habitantes, ou seja, quase 1 aparelho por pessoa.

Ao observar os valores constantes no indicador SERVIÇOS DIGITAIS (Figura 6), os maiores foram

identificados no Imbuí (0,919), Itagira (0,903), Graça (0,896), Patamares (0,872) e Rio Vermelho (0,862), AEDs da Orla Atlântica de Salvador. Por outro lado, os menores valores foram identificados nas Ilhas (0,368), na Boca da Mata (0,541), no Jardim das Margaridas (0,548), na Praia Grande (0,556) e Península do Joanes (0,590), no Subúrbio Ferroviário e no Miolo de Salvador. Os maiores valores nos outros municípios da RMS ocorreram em Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas. Os menores, foram registrados na Área Rural (0,301), em São Sebastião do Passé; na Malemba (0,410), em Candeias; em Mataripe (0,416), em São Francisco do Conde; no Núcleo de Condomínios (0,419), em Vera Cruz.

O cálculo do Índice de Justiça Espacial (Figura 7) permitiu identificar somente oito áreas de expansão demográfica com valores de 0,801 a 1,000, nas quais este estudo considera a existência da justiça espacial. Essas áreas estão no entorno do centro antigo de Salvador ou na região do Iguatemi e da Avenida Tancredo Neves, o novo centro econômico da Capital baiana. Em ordem decrescente, estão a Graça (0,911), os Barris (0,873), Nazaré (0,857), o Garcia (0,839), Rio Vermelho (0,835), a Barra (0,831) e o Itagira (0,825), todas AEDs de Salvador.

Assim, a discussão sobre a existência da justiça espacial aqui levantada pode ser observada a partir de diferentes vieses. Um desses se baseia no princípio da igualdade de Rawls (1971), que argumenta que

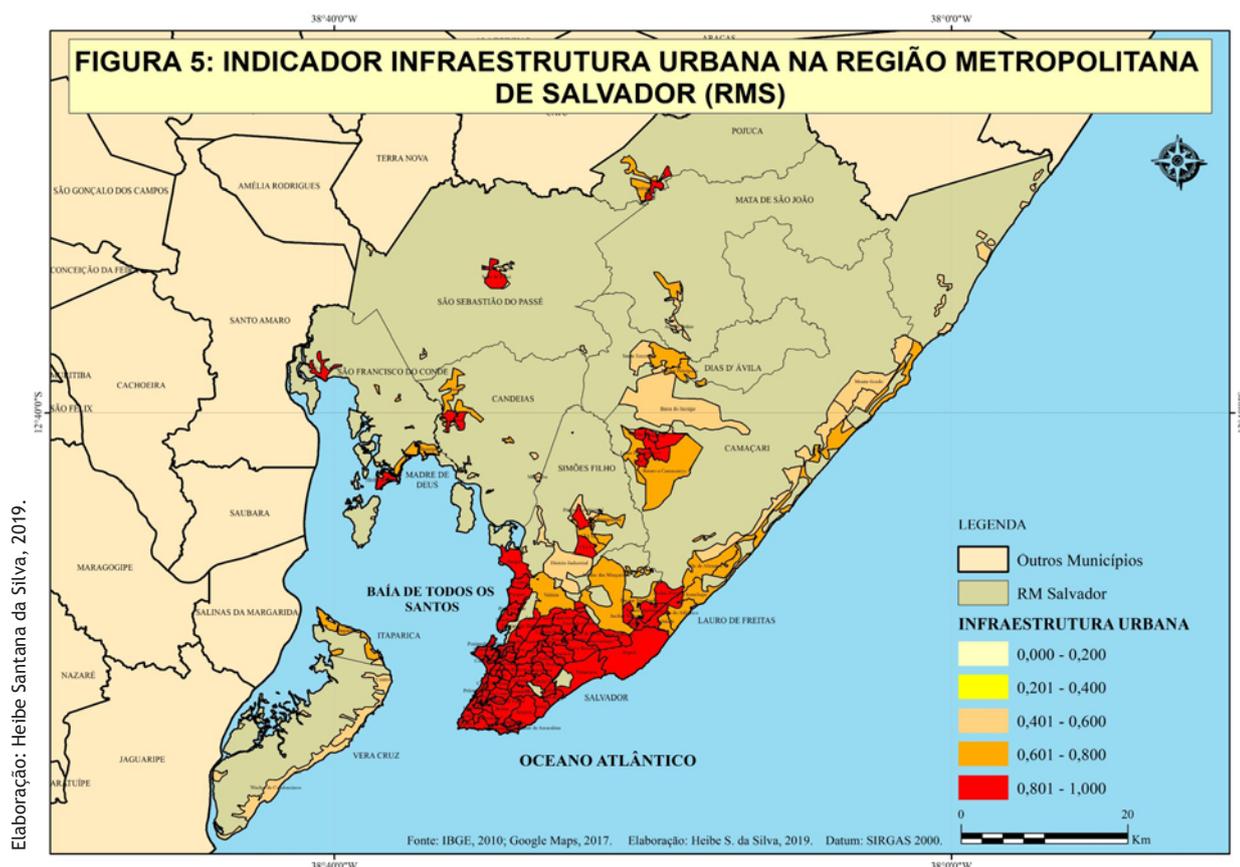


Figura 5: Indicador INFRAESTRUTURA URBANA na RMS

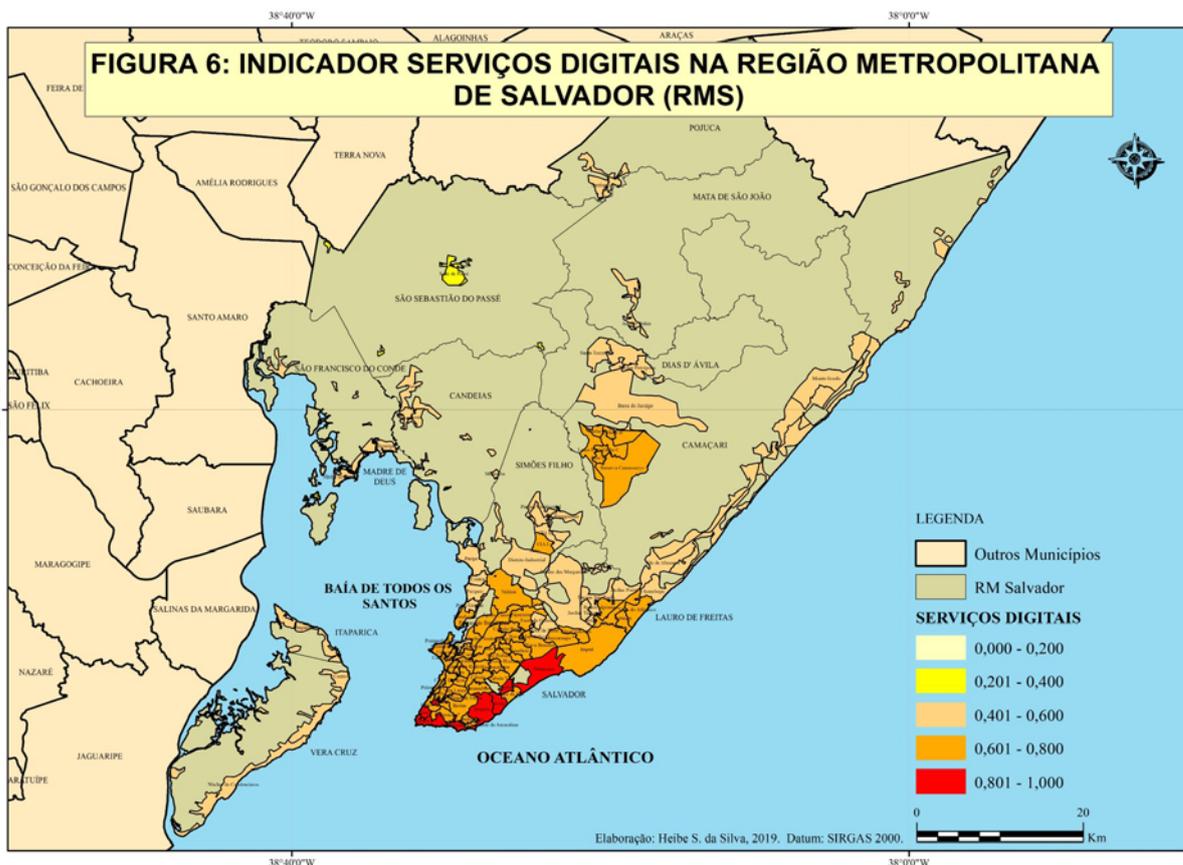


Figura 6: Indicador SERVIÇOS DIGITAIS na RMS.

Elaboração: Heibe Santana da Silva, 2019.

as desigualdades devem ser consideradas dentro do limite do razoável, além de estarem associadas às próprias posições sociais. Deste modo, entende-se que há justiça espacial na classe de 0,801 a 1,000, e que a igualdade literal é impossível, mas, que dentro de determinados limites, é aceitável. Seguindo o pensamento do autor, a ideia é que, mesmo com a distribuição de renda e riqueza não sendo iguais, é possível aceitar pequenas variações.

Morar fora do centro urbano se transforma em uma alternativa importante para a classe média sotropolitana. Na segunda metade do século XX foi intensificado o processo de ocupação de Brotas, do Cabula, Imbuí, de Mussurunga⁵ com o auxílio do poder público, através dos conjuntos habitacionais do Banco Nacional de Habitação (BNH). E são justamente nas áreas mencionadas que registram valores de 0,601 a 0,800 onde foi identificada a injustiça espacial branda. Com exceção do Pelourinho e do Comércio, há o Stiep, Brotas e o Cabula, que se desenvolvem, em parte, através dos investimentos estatais do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Além disso, o entorno das áreas construídas pelo BNH foi ocupado pela população que não tinha acesso aos programas habitacionais financiados pelo Banco. Com a instalação de infraestrutura, equi-

5 Para observar a espacialização das AEDs da Região Metropolitana de Salvador, ver o apêndice.

pamentos e serviços urbanos, houve o aumento da densidade populacional de Pernambués (0,672), São Rafael (0,634) e da Federação (0,639). Além dos investimentos em habitação citados anteriormente, a proximidade com as áreas centrais de Salvador também influencia no adensamento populacional de algumas áreas de expansão demográfica, como a Caixa D'Água (0,733), Liberdade (0,697) e o Nordeste de Amaralina (0,676).

A outra classe presente no Índice de Justiça Espacial tem valores de 0,401 a 0,600 e caracteriza os locais onde ocorre a injustiça espacial urbana/metropolitana. No caso de Salvador, engloba as áreas do Subúrbio Ferroviário (Plataforma – 0,567, Parque São Bartolomeu – 0,554 e Fazenda Grande – 0,542) e algumas localidades do Miolo (Boca da Mata – 0,567, São Cristóvão – 0,546 e Nova Brasília – 0,556). Em Salvador, essa variação é sinônimo de AED distante do centro urbano, que sofre a opressão a partir da renda, da ausência do poder público, da violência e da exploração do homem.

Sobre os outros municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS), nota-se que nenhuma AED está na classe 0,801-1,000. Essa situação é reflexo da concentração de bens e serviços na metrópole, que relega os municípios médios e pequenos. Nos outros municípios da RMS, nota-se que as AEDs mais bem posicionadas no Índice de Justiça Espacial são áreas centrais, ou ocupadas por uma população com me-

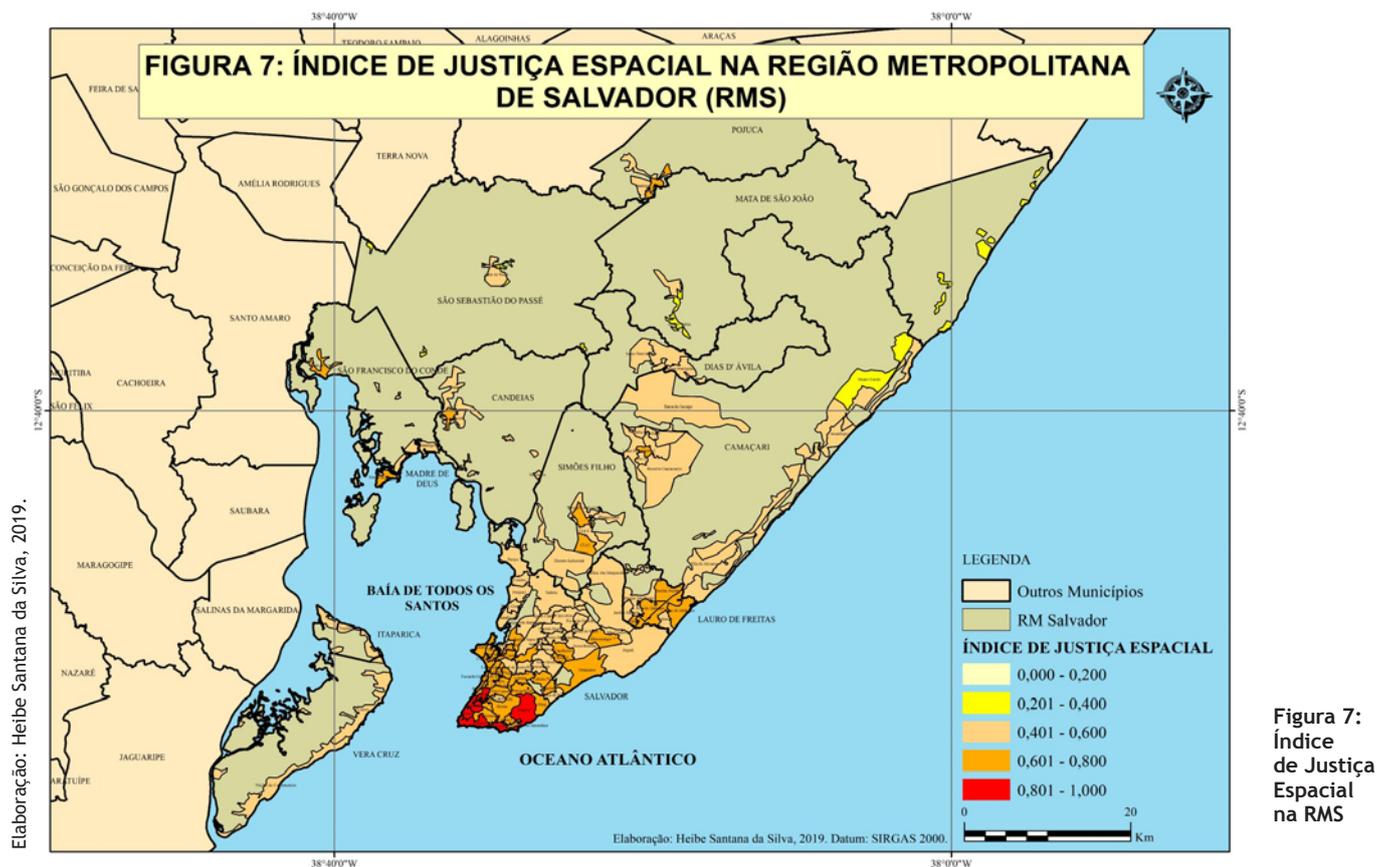


Figura 7: Índice de Justiça Espacial na RMS

lhores condições financeiras. Há o Centro (0,692) e Vilas do Atlântico (0,641), em Lauro de Freitas; e os Centros de Candeias (0,635), Pojuca (0,649) e Simões Filho (0,629), onde se identifica a injustiça espacial branda.

Na classe onde se encontra a injustiça espacial urbana/metropolitana (0,401-0,600) estão os centros urbanos de Camaçari, Dias D'Ávila e Mata de São João, respectivamente com 0,594, 0,541 e 0,522. Estes locais apresentam grave deficit em diferentes quesitos, como adequação da moradia, infraestrutura viária, acesso a equipamentos de ensino e a infraestrutura de redes digitais. Há, também com estas condições, áreas próximas aos centros urbanos, como o CIA II, em Simões Filho; Gleba B, em Camaçari; e Areias, em Candeias. E, por fim, há algumas AEDs distantes do centro urbano local, como a Pitanguinha, em Simões Filho; e o Parque São Paulo, em Lauro de Freitas.

Na classe seguinte estão as áreas de expansão demográfica com a injustiça espacial por isolamento forte (0,201 a 0,400). Essas áreas, como Amado Bahia (0,394, em Mata de São João), Monte Gordo (0,372, em Camaçari) e Área Rural (0,356, em São Sebastião do Passé), estão distantes tanto dos seus centros urbanos locais quanto da própria metrópole (Salvador). Por fim, no Índice de Justiça Espacial, não foi identificada uma classe com valores de 0,000 a 0,200, embora os dados das variáveis, e de alguns

indicadores, mostrem que algumas áreas de ponderação possuem notas neste intervalo.

Desse modo, é possível compreender, a partir de Soja (2010), que a desigualdade social nas cidades gera o surgimento das injustiças espaciais e territoriais (algo cruelmente visível na RMS ao longo das últimas décadas). Para o autor, há uma relação direta entre a modelagem do espaço urbano e as questões sociais, ou seja, um é responsável pela modelagem do outro, e vice-versa. Além disso, a própria organização do espaço através dos investimentos estatais do Banco Nacional de Habitação, ou das intervenções do Governo do Estado da Bahia (instalação do Centro Administrativo da Bahia e das sedes de empresas públicas estaduais), é um ponto forte na formulação das injustiças. Ou seja, o Estado, enquanto agente de produção do espaço, influencia direta e indiretamente na disseminação dos investimentos públicos no espaço urbano, na infraestrutura dos diferentes bairros e na segregação residencial a partir do estabelecimento ou oferta de programas governamentais de habitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a análise apresentada, conclui-se que a RMS reúne uma população heterogênea no sentido político, econômico e social. Porém, nem todos têm a possibilidade de usufruir das amenidades, infraes-

truturas e serviços existentes. Santos (1979, p. 261) afirma que “[...] há os que, embora residindo numa cidade multifuncional, não têm meios de utilizar suas múltiplas funções”. Isso significa que a possibilidade de não usufruir desses bens também expressa o aparecimento das injustiças espaciais.

Na Região Metropolitana de Salvador há o isolamento espacial de algumas áreas de expansão demográfica (AEDs). Ao contrário do que existe nas outras três classes (0,401-1,000), a classe com valores de 0,201 e 0,400, que indicaria a INJUSTIÇA ESPACIAL COM ISOLAMENTO MUITO FORTE e não foi identificada por meios dos métodos adotados neste estudo, possui AEDs que estão geograficamente distantes de Salvador. Isso significa que Amado Bahia (Mata de São João), Monte Gordo (Camaçari) e Área Rural (São Sebastião do Passé) estão a distâncias que variam de 50 a 100 km do centro de Salvador (corresponde ao Pelourinho, Rua Chile, Avenida Sete de Setembro e Rua Carlos Gomes, principalmente). Além disso, essas AEDs estão afastadas geograficamente do centro urbano de seus próprios municípios, o que remete a um duplo isolamento, tanto em relação à Região Metropolitana quanto a seu próprio município de origem.

Assim, o espaço urbano da RMS é formado por um tecido urbano caracterizado por diferenças socioespaciais profundas. Para efeitos de comparação com o total populacional, somente 7% dos habitantes da RMS estavam em áreas de expansão demográfica em que foi identificada a presença da justiça espacial. Em contrapartida, 54% da população da Região Metropolitana residia em AEDs em que os valores registrados variavam de 0,401 a 0,600 na classe injustiça espacial urbana/metropolitana. Essa última classe, inclusive, é constituída, principalmente, por AEDs que formam a periferia social de Salvador, como as áreas do Subúrbio Ferroviário, do Miolo e de uma pequena parte da Orla Atlântica de Salvador

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. IBGE, DF: 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 15 dez. de 2016.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo:

Centauro, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

PINHEIRO, W. Aterro sanitário de Salvador produz biogás para termelétrica. **Jornal Correio da Bahia**. Disponível em: <<https://www.correio-24horas.com.br/noticia/nid/aterro-sanitario-de-salvador-produz-biogas-para-termeletrica/>>. Acesso em: 1 out. de 2019.

RAWLS, J. **Uma teoria de justiça**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

SANTOS, M. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 1979.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SILVA, H. S. **Segregação socioespacial em Salvador - Bahia: análise pela cartografia das redes de infraestrutura urbana**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SILVA, H. S.; PEREIRA, G. C. Salvador em números: uma análise da urbanização sotropolitana através dos Censos Demográficos (1940 – 2010). In: SEMINÁRIO URBANISMO NA BAHIA.15. 2015. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2015.

_____. Segregação socioespacial e infraestrutura urbana em Salvador - Bahia: transformações e tendências urbanas (1991 - 2010). In: URBBA17: URBANISMO EM COMUM. 17., 2017. **Anais [...]**. Salvador: UrbBa17, 2017.

SILVA, V. **A dinâmica da incorporação imobiliária na produção espacial em Cuiabá - MT**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SOJA, E. W. The city and spatial justice. **Justice Spatial, Spatial Justice**, Paris, v.1, n. 1, p. 1-7, 2009.

SOJA, E. **Seeking spatial justice**. Londres: University of Minnesota Press, 2010.

TELECO. **Estatísticas de celulares no Brasil por DDD**. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br/ncelddd.asp>>. Acesso em: 1 set. de 2017.

YOUNG, I. M. **La justicia y la política de la diferencia**. Madrid: Catedra, 1990. ■

Heibe Santana da Silva é geógrafo (UESC) com mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências da Universidade Regional do Cariri (URCA). heibe.santana@hotmail.com

Gilberto Corso Pereira é arquiteto, atualmente professor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, ambos da Universidade Federal da Bahia. corso@ufba.br

Gustavo Schiavinatto Vitti

Da jaula de aço à fabricação do homem-empresa

notas de leitura acerca do capitalismo e de seu “espírito”

Resumo

O presente texto busca realizar uma discussão sobre os elementos que dão sustentação ao capitalismo, a partir de três conceitos: “espírito do capitalismo”, presente em Weber, “novo espírito do capitalismo” a partir Boltanski e Chiapello e de “nova razão do mundo”, em diálogo com Dardot e Laval. Busca-se, a partir das obras desses autores, refletir sobre as transformações da racionalidade que dão forma ao capitalismo, isto é, a partir das mudanças em seu “espírito”. Aponta-se, assim, de que maneira essas transformações estão associadas ao processo de reprodução do capitalismo e as formas de produção de engajamento e legitimação, frente às suas crises e críticas. Por fim realiza-se uma reflexão acerca da constituição dessa racionalidade no período contemporâneo do capitalismo, circunscrito a um conjunto de processos de neoliberalização, que define formas de empresariamento de si.

Capitalismo

Espírito do capitalismo

Racionalidade

Neoliberalismo

Crítica

Abstract

This text aims at discussing the elements that support capitalism from three concepts: “spirit of capitalism”, present in Weber, “new spirit of capitalism” from Boltanski and Chiapello, and “new way of the world”, in dialogue with Dardot and Laval. From the works of these authors, we seek to reflect on the transformations of rationality that shape capitalism. Thus, it is pointed out how these transformations are associated with the reproduction process of capitalism and the forms of production of engagement and legitimation, facing its crises and criticisms. Finally, we reflect on the constitution of this rationality in the contemporary period of capitalism, circumscribed to a set of processes of neoliberalization, which defines forms of entrepreneurship of the self.

Capitalism

Spirit of Capitalism

Rationality

Neoliberalism

Criticism

*“Uma vez incorporado o mal,
não se exige mais que se
acredite nele.”*

Franz Kafka

INTRODUÇÃO

Esse texto busca apontar caminhos e possíveis diálogos entre alguns autores, na tentativa de pensar o capitalismo contemporâneo e alguns dos elementos que o dão sustentação. Não se pretende aqui ter como chave de análise a ideia de ideologia, dentro desse quadro de legitimação do capitalismo, mas dialogar com Weber (2014), retomando algumas das questões por ele colocadas *n'A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Weber (2014) buscava observar quais elementos estavam associados à produção de uma racionalidade específica ocidental, isto é, um “espírito” que deu origem ao capitalismo. Neste texto busca-se observar as contribuições de autores que centram a análise sobre as transformações nessa racionalidade, nesse “espírito” apontado por Weber (2014), e analisar de que forma esse processo tem contribuído para a reprodução do capitalismo. Tem-se como enfoque, principalmente, o período contemporâneo do capitalismo, centrado em um conjunto de processos de neoliberalização vinculados a um “novo espírito do capitalismo”, como apontam Boltanski e Chiapello (2009) ou a uma “nova razão do mundo” como Dardot e Laval (2016).

Antes de passarmos para as reflexões sobre o capitalismo contemporâneo e propriamente dos processos de neoliberalização, parece interessante retomar algumas ideias de Weber, e observar quais aspectos este utilizou para compreender a sociedade ocidental. Weber centra sua análise na ideia de ação social, tendo como foco o indivíduo, buscando observar quais elementos norteiam e dão sentido às ações dos homens no mundo. Dessa forma, Weber buscava compreender os nexos causais que determinavam (ou condicionavam, uma palavra com um sentido mais weberiano) as formas de agir dos sujeitos. No entanto, esses nexos para Weber não são naturais ou universalizantes, possuem um conteúdo histórico e essa dimensão é a base da metodologia compreensiva weberiana.

Nesse sentido é que Weber define as ideias de razão, racionalidade ou até racionalismo como centralidade de sua análise do capitalismo, sem que essa centralidade se dê por preponderância a-histórica da razão sobre outras forças. A razão como elemento de análise se dá principalmente por uma definição teórica dada pelo próprio problema que se coloca a sociologia weberiana na busca de compreender o período moderno, em que o processo de racionalização avançava.

A ideia de racionalidade vai então ser uma chave importante para Weber de compreensão da sociedade, ou, mais especificamente, das formas de ação dos sujeitos na sociedade. Como nossa preocupação aqui

é com o período contemporâneo do capitalismo, vamos nos abster de adentrar as nuances dos tipos ideais de ação social que Weber vai destacar como presentes nas distintas sociedades ou racionalidades, e partir para aquilo que é a grande preocupação teórica de Weber que é essa forma singular de pensar e agir no mundo, assentada sobre uma racionalidade, que vai denominar de “racionalismo Ocidental”, ou como “racionalismo de dominação do mundo”. Essa forma de racionalismo, que difere de outras formas, como a de “fuga do mundo”, da sociedade hindu, ou “acomodação do mundo”, da sociedade chinesa, é definida para o autor como uma atitude instrumental da relação meio-fim sobre as três dimensões da ação humana.

ÉTICA E GÊNESE DO ESPÍRITO DO CAPITALISMO

Weber (2014) aponta que esse tipo de racionalidade de ação instrumental vai permear assim a forma de cobertura das necessidades da sociedade ocidental – mais expressivamente a partir da segunda metade do século XX –, “mediante atividades industriais e comerciais [...] pelo caminho do empreendimento, não importando a necessidade”. Essas atividades na sociedade ocidental são realizadas essencialmente por empresas capitalistas que têm como norma de conduta a contabilidade de capitais e a administração racional no atendimento às necessidades cotidianas da humanidade. Weber vai indicar, assim, essa contabilidade racional (assentada no que chama de racionalismo ocidental) como a pré-condição mais geral para a existência do capitalismo moderno¹.

A constituição dessa forma de condução da vida, desse racionalismo ocidental, que se dá a partir da internalização de uma ética racional, é o que o autor vai denominar como “espírito do capitalismo”. Como aponta Weber, na seguinte passagem

[p]ara saber quais as forças motrizes da expansão do capitalismo [moderno] não se precisa pôr em primeiro lugar a questão da origem das reservas monetárias valorizáveis como capital, e sim [antes de mais nada] a questão do desenvolvimento do espírito capitalista (WEBER, 2014, p.61, grifo nosso).

¹ Procuremos manter em mente essa ideia presente em Weber, pois no período contemporâneo, como observaremos a contabilidade de capitais e a forma empresa, se explicitam como forma de produção de sentido da ação social, como apontam Dardot e Laval (2016).

Portanto, para Weber (2014), ao realizar esse detido trabalho histórico sobre os possíveis nexos causais, esse ethos que passa a permear a mentalidade racional propriamente capitalista se efetiva a partir do processo de racionalização religiosa pelo qual passa o Ocidente². Mais especificamente, a partir da forma religiosa do protestantismo ascético intramundano que vai se constituir no século XVI, com o movimento da Reforma Protestante. Processo de racionalização que Weber (2014) vai denominar de “desencantamento do mundo”, em que ocorre uma mudança nas formas de práticas religiosas, anteriormente centradas em formas de explicação pautadas na “magia” e com a Reforma mais centradas em uma autoconsciência ascética.

Weber (2014) resgata um conjunto de elementos para explicitar de que “círculo de ideias” originou-se essa conduta ética a partir da concepção de vocação em Lutero. Para isso, Weber (2014) parte da tradução da bíblia realizada por Lutero, destacando uma noção que se faria presente apenas nos povos predominantemente protestantes, após a reforma. A palavra *Beruf*, do alemão, que remete a uma ideia de missão dada por Deus – mais ainda na conotação que adquire na tradução luterana da bíblia –, “de uma posição na vida, de um ramo de trabalho definido”, indica uma singularidade no que vai se constituir enquanto ética protestante. Nessa concepção, a única conduta de vida que agrada a Deus não é mais a suplantação da moralidade mundana por meio da ascese monástica (ascese extramundana), mas sim o cumprimento dos deveres intramundanos (ascese intramundana), que decorrem de sua posição na vida, compreendida aí como “vocação profissional”.

Ainda seguindo a busca por esse “círculo de ideias” nos parece interessante apontar o que Weber (2014) tem chamado de “espírito do capitalismo”, o que não fizemos detidamente até agora. Para caracterizar e dar rosto (ou alma) a esse espírito, Weber (2014) faz uso de um texto de Benjamin Franklin, um calvinista estadunidense, buscando demonstrar como esse texto destaca o ideal de dever que tem o indivíduo (*digno de crédito*) de se dedicar ao aumento de suas posses como um fim em si. Indica que a vio-

lação deste ideal (aumento da posse) não seria um descuido somente, mas sim um descompromisso com um *dever*. Para Weber (2014), de certa forma, a expressão desse ideal nesses termos vai ser um dos elementos centrais do que se chama de “espírito” do capitalismo – como essa atitude instrumental finalística. Essa concepção de dever em Franklin, apontada como uma virtude, como ressalta Weber, apresenta razões bastante vinculadas à sua utilidade para a vida prática, entendendo a vida prática a partir da noção que se consolida do ganho *em-si* como a finalidade da vida, e não mais o ganho como meio de satisfazer as necessidades. É o ganho enquanto resultado da profissão, e a profissão como dever, como obrigação frente a sua atividade profissional (seja como trabalhador ou empresário), que vai caracterizar a “ética social” da cultura capitalista.

Mesmo Weber (2014) vai apontar e reconhecer que, no crescente processo de racionalização e desencantamento do mundo, o espírito do capitalismo em muito se distanciou de sua origem nessa ética protestante, constituindo uma crosta cristalizada na sociedade capitalista, ou em seus termos, que tomamos no título desse ensaio, uma “jaula de aço³”. Com essa ideia Weber (2014) busca apontar a ideia do capitalismo como ele próprio um sistema de natureza totalizadora⁴ que “aprisionava a todos nessa lógica impessoal racional determinando a ferro e aço a conduta dos indivíduos”. Um sistema que, para Weber (2014), além de totalizador, caminhava à sua própria autonomização (racionalidade), conformando uma escravidão, sem mestre, em que o próprio aço guiaria as condutas. Poderíamos também tomar de Marx a ideia presente no primeiro livro de *O Capital* acerca da coerção concorrencial a que todos estão sujeitos no capitalismo, sejam trabalhadores ou capitalistas.

É a partir dessa ideia de “jaula de aço” ou de uma autonomização do econômico em relação ao social e ao político, ao apontar que a própria sociedade é imbuída de uma racionalidade ajustada a reprodução ampliada do capital, que buscamos observar o período contemporâneo. Se Weber (2014) nos fala de uma crosta cristalizada na sociedade, e Polanyi (1980), observando o início do século XIX, da produção de uma sociedade de mercado como condição de uma economia de mercado, nos perguntamos que elemento tem se alterado ou tido continuidade no que diz respeito a esse “espírito” ou racionalidade

2 É esse o esforço empreendido por Weber *n'A ética protestante e o espírito do capitalismo*, ao que Weber indica seu exercício investigativo que é “rastrear [aqueles] estímulos psicológicos [criados pela fé religiosa e pela prática de um viver religioso] que davam a direção da conduta de vida e mantinham o indivíduo ligado nela” (WEBER, 2014, p.89). Em alguma medida o esforço de rastrear os estímulos psicológicos que direcionam uma conduta de vida do indivíduo no período contemporâneo do capitalismo, parece ser um importante exercício de reflexão sobre seu novo espírito ou razão, como apontam Dardot e Laval (2016).

3 Michael Löwy (2014) indica que a tradução em si é aproximativa e que a correspondência correta do termo alemão seria algo como “habitação duro como aço”.

4 Ainda que a partir de outra forma de abordagem essa natureza totalizadora do capitalismo já se encontrava presente em Marx, principalmente a partir da perspectiva da compreensão da reprodução ampliada de *O Capital*.

que nos fala Weber. Ou melhor, se vamos reconhecer que o capitalismo passou por um conjunto de transformações no fim do século XX – e tentaremos apontar alguns desses elementos –, como podemos minimamente identificar alguns processos que deem conta de compreender a conduta de vida dos sujeitos nessa fase do capitalismo ao contribuírem para seu processo de reprodução?

ESPÍRITOS, CAPITALISMO E LEGITIMAÇÃO

Aqui tentaremos fazer uma aproximação com as considerações de Boltanski e Chiapello (2009), ainda que o ponto de partida, ou a questão que colocam, seja distinto do presente em Weber. Os autores partem da ideia de que os sujeitos incrustados na sociedade capitalista, sejam proletários ou capitalistas, precisam de justificações para se manterem envolvidos e inseridos nesse processo de reprodução, pois apenas a coerção não seria um mecanismo suficiente. É essa “justificação” que será chamada de espírito do capitalismo, partindo das discussões presentes em Weber. Seria, assim, o elemento que justifica o engajamento dos sujeitos no capitalismo, e conseqüentemente sua legitimação⁵. Weber, como apontamos, estava buscando compreender a relação entre um tipo de ética religiosa e os pressupostos necessários para o capitalismo como modo de produção. Boltanski e Chiapello (2009), entretanto, estão observando o que nessa crosta cristalizada, que se torna o espírito capitalista em Weber, faz com que os sujeitos continuem se engajando, permitindo a reprodução e a continuidade desse modo de produção. Para compreender esse processo vão analisar as justificações estabelecidas ao longo do período de existência do capitalismo, que, segundo os autores, se alteram no próprio processo de reprodução do capitalismo, a partir da crítica – e ainda que não caminhem nesse sentido, nas crises do próprio capitalismo. A partir dessa análise, identificam três espíritos que dão sustentação ao capitalismo ao longo do século XX.

Encontra-se nesse elemento uma das principais diferenças dos autores em relação ao que elabora Weber. Enquanto *n'A ética*, Weber busca observar os elementos mais gerais que guiam a ação social dos

5 Partimos da ideia de que o que Boltanski e Chiapello (2009) compreendem como engajamento poderia caminhar em um tipo de ação social específica – no sentido de Weber – frente a um modo de ocupação do trabalho no capitalismo, ainda que a preocupação de Weber esteja em um escopo da ação individual e os autores estejam buscando uma abordagem mais coletiva.

indivíduos numa conduta tipicamente capitalista, Boltanski e Chiapello (2009) buscam observar esse espírito a partir de sua variabilidade histórica, isto é, como esse foi preenchido “de maneiras diversas em diferentes momentos da evolução dos modos de organização das empresas e dos processos de obtenção de lucro capitalista” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.43). A contribuição dos autores nos parece importante ao buscar observar as nuances históricas dessa crosta cristalizada, fazendo uso de uma metodologia que vai dialogar em alguns pontos com Pierre Bourdieu⁶ – que foi orientador e colega de Boltanski – e Weber. Principalmente a partir da constituição de tipos ideais, como destacam

permaneceremos fiéis ao método do tipo ideal weberiano, sistematizando e ressaltando o que nos parece específico de uma época em oposição às épocas precedentes, dando mais importância às variações que às constâncias, mas sem ignorar as características mais estáveis do capitalismo” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.43)

A pretensão aqui não é esgotar e nem fazer uma discussão aprofundada das considerações de Boltanski e Chiapello (2009) sobre o papel da crítica ou sobre o que chamam de *cités*⁷ (cidades na tradução brasileira), mas sim destacar esse elemento interessante acerca da mudança no capitalismo. Mudança não só de seus processos de acumulação, como podemos observar nas abordagens da escola da regulação francesa, mas também em seu “espírito”, nas formas de legitimação e engajamento⁸ frente às mudanças no modo de acumulação. E essa vai ser a chave de entrada que tomaremos, a partir da ideia de terceiro espírito, para refletir sobre o que Dardot e Laval (2016) vão chamar de “nova razão do mundo”. Antes de entrarmos

6 Ainda que trabalhada de uma forma distinta e em alguns momentos ter se colocado em oposição, a teoria da justificação de Boltanski tem influência da noção de *habitus* de Bourdieu.
7 A ideia de *cités* retomada nesse livro tem origem na obra *De la justification*, de Boltanski e Thévenot, em que estes estabelecem um modelo para compreensão do modo como os sujeitos sociais reproduzem, reavaliam e justificam suas relações entre si. O que nos interessa é o modelo de cidade observado por Boltanski e Chiapello (2009), que se trata das cidades por projetos, e que seria o modelo presente no novo espírito do capitalismo.

8 Um elemento importante destacado pelos autores é que a importância em destacar o sentido do processo de acumulação e de associá-lo às formas de produção de engajamento frente às exigências da justiça social se choca com a tensão intrínseca ao capitalismo entre interesse coletivo da classe capitalista e o interesse dos capitais particulares em concorrência no mercado (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009 p. 52).

nesse período contemporâneo, que podemos situar a partir de meados dos anos 1970 e 1980, vamos olhar mais detidamente quais são esses outros dois espíritos⁹ identificados por Boltanski e Chiapello (2009), com o objetivo de compreender de que forma esses autores observam o papel da crítica, da justificação e das transformações do capitalismo nas mudanças de seu espírito.

Para os autores, o que se denomina de espírito do capitalismo estaria presente desde meados do século XIX, quando o capitalismo se caracteriza como modo de produção de tendência universalizante – período identificado por Polanyi (1980) de conformação da economia de mercado – e perduraria de certa forma até as primeiras décadas do século XX, encontrando no fim da década de 1920 a demarcação de sua perda de capacidade de engajamento. Esse primeiro espírito estaria principalmente associado à forma capitalista do período compreendido pelas análises de Marx e Weber, em que o burguês enquanto representante do capital seria figura central desse espírito. Suas características estão associadas com o início desse capitalismo industrial, principalmente inglês, com o aumento da produção de forma crescente, e vai encontrar seu ponto de virada com a crise de 1929. É um período em que as formas de justificação do processo capitalista, o espírito que possibilitava o engajamento dos sujeitos no sistema, encontrava-se nas discussões de bem comum, ligadas, segundo os autores, à crença no progresso, na ciência, na técnica, no futuro, no mercado e na própria indústria. Esse período é impregnado com uma moral burguesa que combina disposições econômicas inovadoras (avareza, espírito poupador, tendência a racionalização da vida cotidiana, desenvolvimento de habilidades contábeis, de cálculo e previsão) com posições familiares e tradicionalistas, em relação ao patrimônio, às relações pessoais, aos empregados (relações patriarcalistas). Dimensões próximas ao espírito que Weber observava ao configurar o “espírito capitalista”.

Para Boltanski e Chiapello (2009), esse “espírito” vai se realizar dessa forma, tendo essas figuras como representatividade do sistema, até meados dos anos 1920. A partir desse período há uma segunda caracterização do espírito capitalista, que vai se desenvol-

ver entre os anos de 1930 e 1960. Diferentemente do período anterior, em que o burguês era identificado como a figura representativa do espírito, nesse momento é o diretor da grande empresa centralizada e burocratizada. Este, o diretor, é o elemento movente de um capitalismo em expansão, imbuído de uma vontade de aumentar ilimitadamente o tamanho de sua empresa, por meio de “uma produção de massa, baseada em economias de escala, na padronização dos produtos, na organização racional do trabalho e em novas técnicas de ampliação dos mercados (marketing)” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 50). A justificação desse período nos termos dos autores vai estar alicerçada de alguma forma na realização de desejos por meio da produção em massa (emprego) e do consumo de massa (salário).

Esse binômio – produção e consumo – vai demarcar outras definições dadas a esse período até 1960, seja sociedade salarial, de política keynesiana, ou fordismo. No entanto, enquanto forma de produção de engajamento vão ser expressos no asseguramento dado pela racionalização e planificação de longo prazo, que garantiam ambientes protetores do ponto de vista do emprego e do trabalho, oferecendo perspectivas não só em termos de carreiras (com toda a estrutura de proteção ao trabalho), mas em toda a infraestrutura para a vida cotidiana (moradia, lazer, educação, saúde). O engajamento nesse período se possibilitava, dessa forma, pela própria estrutura garantida pela sociedade salarial, pelo que ficou conhecido como Estado de bem-estar social (Estado-providência). Este Estado garantia uma relação distinta na composição capital-trabalho, o que em termos polanyianos poderíamos indicar como processo de contramovimento aos processos de mercantilização, ou de “liberalismo incrustado” (*embedded*), em que as relações de mercado e sociedade estariam menos autonomizadas (BRENNER, PECK, THEODORE, 2012).

Ainda em que perspectivas distintas de abordagem, retomar Polanyi (1980) nesse momento tem sua importância. Tentaremos aqui realizar uma interlocução bastante livre entre as perspectivas dos autores. A teoria de mudança do espírito do capitalismo, de Boltanski e Chiapello, que vai levar em consideração a crítica e os processos de justificação do capitalismo (dado seu caráter absurdo, nos termos dos autores), dialoga em alguma medida com as proposições de movimento e contramovimento polanyianas, e vai auxiliar a reflexão sobre o período contemporâneo do “neoliberalismo”. Para Polanyi (1980), o movimento se daria em um processo de mercantilização, inserção da sociedade na economia de mercado autorregulada, já o contramovimento se

9 É importante destacar que tanto as abordagens de Weber, quanto as de Boltanski e Chiapello (2009) estão observando o capitalismo nos países desenvolvidos, principalmente Europa ocidental, e, em alguma medida, nos EUA. Assim, essa divisão de espíritos se transplantada para observar as formas de engajamento nos países periféricos nesse período apresentariam algumas distinções, dado o desenvolvimento das formas de acumulação e aspectos próprios do histórico colonial (*path dependence*).

daria por processos defensivos que freassem a autorregulação da economia. Esse processo de contramovimento se dá como forma de salvaguardar a sociedade, por meio da defesa das mercadorias fictícias (terra, trabalho e dinheiro), de forma com que essas não fossem esmagadas no “moinho satânico” do mercado autorregulável. Ainda que tenham diferenças significativas entre as duas proposições teóricas, uma vez que Polanyi (1980) está observando o processo de acumulação em si, e Boltanski e Chiapello (2009), apontando o papel da crítica na promoção desses contramovimentos de defesa, nos parece interessante trazer essas duas perspectivas para pensar a dinâmica do capitalismo e seu engajamento. Uma vez que o engajamento poderia ser possibilitado também por esses processos de contramovimento¹⁰.

A retomada bastante breve desses dois espíritos objetiva principalmente observar a característica destacada pelos autores de como as transformações no processo de acumulação se dão de forma associada às transformações no espírito e na racionalidade da sociedade. Para os autores

Este último [espírito do capitalismo] transforma-se para atender à necessidade de justificação das pessoas comprometidas em dado momento no processo de acumulação capitalista, mas cujos valores e representações, recebidos como herança cultural, ainda estão associados a formas anteriores de acumulação, à sociedade tradicional no caso do nascimento do “primeiro espírito” ou a um espírito precedente, no caso da passagem para os espíritos seguintes do capitalismo. O alvo será tornar sedutoras para tais pessoas as novas formas de acumulação (a dimensão estimulante de todo espírito), ao mesmo tempo que são levadas em conta as necessidades que tais pessoas têm de autojustificar-se (tomando como apoio a referência a um bem comum) e são construídas defesas contra aquilo que, nos novos dispositivos capitalistas, elas percebem como coisas capazes de ameaçar a sobrevivência de sua identidade social (a dimensão “garantias”). (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.54)

Os autores destacam que o espírito impõe coerções sobre o capitalismo de dois tipos. De um lado, as justificações ao serem interiorizadas pelos sujeitos

¹⁰ Destacando essa ideia principalmente até esse segundo espírito, uma vez que Boltanski (2013) em texto mais recente vai apontar uma mudança distinta no processo capitalista, que dialoga bastante com a perspectiva trazida por Dardot e Laval (016) sobre o neoliberalismo.

no capitalismo introduzem uma autocrítica e autoeliminação de práticas não condizentes e conformes ao processo de acumulação. E, de outro, há o fato de que as próprias justificações, para serem interiorizadas, devem se apoiar em dispositivos, aparatos regulatórios, objetos, normas, convenções e instituições, como forma de dar credibilidade a esse espírito do capitalismo e reforçar o poder das justificações e as formas de resposta às denúncias (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.59).

Por fim para concluirmos essa aproximação breve com as ideias de espíritos e partirmos para algumas reflexões sobre o período contemporâneo, cabe resgataremos de que forma os autores estruturam esse modelo da mudança do espírito do capitalismo, que para estes expressa-se num jogo de três termos, correspondendo ao papel da crítica e do próprio capitalismo.

O primeiro representa a crítica e pode ser definido em função daquilo que ela denuncia (uma vez que os objetos de denúncia, como veremos, são bastante diversificados no caso do capitalismo) e de sua virulência. O segundo corresponde ao capitalismo do modo como é caracterizado pelos dispositivos de organização do trabalho e pelas maneiras de obter lucro, associados a determinada época. O terceiro também corresponde ao capitalismo, mas desta vez na medida em que ele integra dispositivos que visam a manter uma distância tolerável entre os meios utilizados para gerar lucros (segundo termo) e as exigências de justiça que se apoiam em convenções consideradas como legítimas. Cada um dos polos dessa oposição de três termos pode evoluir: a crítica pode mudar de objeto, perder ou ganhar virulência; o capitalismo pode conservar ou mudar seus dispositivos de acumulação; também pode melhorá-los no sentido de maior justiça, ou dismantelar as garantias oferecidas até então (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.64)

Para Boltanski e Chiapello (2009), é por meio dessas três formas que o espírito do capitalismo passa por processos de transformação, seja frente à crítica, ao processo intrínseco de acumulação capitalista ou aos dispositivos próprios de justificação e promoção do engajamento (contramovimento). Ainda que não tenhamos nos dedicado largamente à grande contribuição desses autores para pensar explicitamente os meandros desses três termos na transformação do espírito do capitalismo desde seu surgimento, buscamos nesse subitem trazer alguns elementos interessantes para pensar e refletir acerca das questões levantadas previamente por Weber. Agora buscaremos

olhar mais especificamente esse período pós-fim do segundo espírito, a partir da década de 1970, que de forma geral tem sido colocado sob o manto do processo neoliberal, buscando observar que espírito ou racionalidade identificam os autores com quem temos dialogado neste ensaio.

NEOLIBERALISMO E RACIONALIDADE: EMPRESARIAMENTO DE SI

Ao longo do texto buscamos ir preparando o caminho para pensar o que esses autores que estamos trabalhando têm chamado de um novo espírito ou nova razão, própria do capitalismo contemporâneo, ou mais especificamente do período neoliberal. Não vamos aqui realizar uma análise aprofundada dos meandros e das dimensões históricas do neoliberalismo enquanto campo ideopolítico, ou mesmo de suas políticas concretas, mas sim buscar destacar, a partir dos autores que apontamos na introdução, se o engajamento à acumulação capitalista se materializa no período contemporâneo e que elementos da racionalidade o permitiram.

Pois bem, Boltanski e Chiapello (2009) vão apontar que o terceiro espírito encontra-se em processo de formação a partir dos anos 1970, derivado dos processos de crise de acumulação com o petróleo, fim do padrão ouro, maior liberalização financeira, expansão mundial do capital (mundialização), desestabilização do *Welfare State* nos países do centro e fragilização da sociedade salarial – ou seja, a partir um conjunto de processos já largamente estudados e destacados pelas ciências humanas. Os autores apontam que esses processos de caráter mais sistêmico que trouxeram transformações à própria dinâmica de acumulação capitalista vão implicar um processo de alteração do espírito capitalista, dado as críticas que surgem frente ao desmantelamento do Estado de bem-estar social e aos dispositivos próprios da sociedade salarial, bem como a própria expansão do capitalismo a partir de sua mundialização. Dessa forma, vai se conformando um novo espírito que busca produzir novas formas de produção de engajamento e legitimidade a partir de 1970, com mais força a partir dos anos 1990.

Essas formas de produção que se transplantam do modelo fabril do período anterior e adentram o modelo flexível, mundializado e empresarial (*management*) do período contemporâneo ganham corpo teórico-prático sob o conceito de neoliberalismo ou de neoliberalização.

Cabe aqui uma aproximação rápida com o que temos entendido por neoliberalismo, antes de se-

guirmos na abordagem de sua racionalidade, uma vez que essa abordagem sobre o neoliberalismo apresenta distintos posicionamentos e compreensões. O uso corrente – quase banal – deste termo, após 1990, pela academia e pela sociedade como um todo, desde os folhetins e telejornais mais vistos aos movimentos sociais, parece se polarizar em um grupo que vê sua homogeneização em toda a parte, com a expressão verdadeira ou o fim da história, enquanto outros buscam apontar seus limites, exceções e alternativas (PECK, THEODORE, BRENNER, 2012). Por outro lado, também há um grande grupo que vai se preocupar em apontar suas fraquezas, analíticas e práticas, pós-crise de 2008, quando esse neoliberalismo parece encontrar o seu próprio “muro de Berlim” ou “cavar sua própria cova”.

O cenário atual pelo qual o mundo tem passado, no qual o Brasil se apresenta como um personagem central, indica uma negação dessa última premissa. O aparente muro ou cova, com o qual o processo neoliberal se encontrou em 2008, que supostamente o teria levado ao fim, não se realizou. Na verdade, tem ressurgido, como aponta Jamie Peck (2012), como um *zumbi*, que mesmo não possuindo capacidade mental, segue fazendo o mesmo recorrentemente. Como vão elaborar Dardot e Laval (2016), essa *crise na governamentalidade neoliberal*, mesmo com *reajustes de conjunto* nos dispositivos Estado/Mercado, segue ainda, *sob a permanência da racionalidade neoliberal*.

As duas proposições acima partem de campos teóricos distintos. De um lado, ressaltam aspectos mais centrados na preocupação da geografia econômica, como Peck, Theodore, Brenner (2012), Peck (2016). De outro, apoiados em uma perspectiva de entendimento da sociedade neoliberal, como Dardot e Laval (2016), podendo aparecer à primeira vista como opostos ou antagônicos¹¹. No entanto, buscamos partir de uma articulação ou aprofundamento de mediações entre as duas posições, que apontam

11 Peck (2016) vai apontar que, alguns dos atuais estudos acerca do neoliberalismo se encontram em três perspectivas: uma representação marxista desse como uma nova forma hegemônica de dominação de classe, ligada principalmente ao aprofundamento da financeirização, na qual poderiam se enquadrar as abordagens de Chesnais e, com algumas ressalvas, David Harvey; a que se insere em um campo (neo)foucaultiano, vinculada aos estudos de governança, em que os impulsos neoliberais assumem formas muito dispersas e complexas; e a que se situa “através” e “entre” esses dois últimos, com um conjunto de abordagens, que buscam compreender “o neoliberalismo e a neoliberalização, como um *complexo de políticas variegadas*, como um *paradigma de reestruturação* ou uma “frente” regulatória e como uma *racionalidade predominante de governo*” (p. 4739, tradução nossa, grifo nosso).

elementos convergentes para pensarmos o processo de neoliberalização e sua existência real-concreta, a partir da crise de 2008. Ambas permitem um posicionamento crítico aos algozes precipitados do neoliberalismo, que se sustentam, principalmente, na crítica à própria noção de neoliberalismo, que norteia os que pregam seu fim.

O primeiro passo para uma leitura mais concreta do neoliberalismo é entendê-lo para além de uma narrativa ou conjunto ideológico. Isto é, entender que seu processo de materialização, ao longo do século XX e XXI, estabelece um conjunto complexo, que não se restringe aos elementos ou aspectos presentes quando de seu surgimento, ou às elaborações teóricas preliminares a partir do Colóquio Walter Lippman (1938) e da Sociedade de Mont Pèlerin (1937). É claro que não se nega a importância dos teóricos que participaram desse processo e atuaram como elaboradores e disseminadores dos preceitos liberais, como Hayek, Friedman, Von Mises e Antony Fisher. Busca-se aqui ressaltar que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um credo “organizado” e “sistemizado” norteador de políticas de liberalização da economia. Nos parece mais coerente, como apontam Dardot e Laval (2016), entender que

[O] neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a *razão do capitalismo contemporâneo*, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes¹² e plenamente assumido como construção histórica de norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de

12 Consideramos importante aqui uma ressalva a esse caráter desimpedido do capitalismo de suas referências arcaicas: partindo inclusive da conceituação de neoliberalismo que pretendemos demonstrar, o capitalismo em seu funcionamento opera e dinamiza diferentes características e contextos sociais e políticos em sua lógica de extração de mais-valor, podendo recorrer a modos de regulação, relações de trabalho e lógicas consideradas “arcaicas”, ou melhor, extemporâneas em relação ao contexto temporal e espacial sob análise, como, por exemplo, podemos apontar nas discussões de reprodução de mecanismos de acumulação primitiva permanente nos elementos de abordagem do capitalismo subdesenvolvido e periférico latino-americano.

discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o *princípio universal* da concorrência (p.17).

Temos aqui um ponto importante para entender não só o neoliberalismo, mas aquilo que temos buscado destacar neste texto: o novo espírito do capitalismo. Assim, é importante abordar o neoliberalismo também como um tipo de racionalidade que implementa uma forma específica de funcionamento e estruturação da política, da economia e dos processos de subjetivação, ancorada na generalização da concorrência e da forma “empresa”. É, assim, crucial entendê-lo como a transformação da lógica do mercado em uma lógica tendencial normativa, nas mais variadas esferas e domínios da reprodução social, desde o “Estado” – e seus diversos braços – até os elementos mais íntimos da vida cotidiana¹³.

Dessa forma, um aspecto desse processo, no sentido exposto por Dardot e Laval (2016), trata-se da fabricação de um “sujeito neoliberal”, resultante da penetração do modelo “empresa”, com sua estrutura de “governança”, “gestão de desempenho” e “riscos”, mensurada por índices de atendimento de uma suposta “eficácia” nos processos de subjetivação. Esse movimento de penetração da concorrência, visto sob o ângulo da “competitividade”, se expressa em diversas esferas da vida social, seja na educação, nos ambientes de trabalho, nas formas de acesso aos direitos básicos (a partir de critérios de classificação definidos por diversas instâncias de governança), nas redes sociais, e é característico da permeabilidade dessa racionalidade neoliberal capitalista na ação social dos indivíduos.

Dardot e Laval (2016) vão, a partir da análise das produções dos teóricos do neoliberalismo, ou o que Weber denominaria de capitalistas de cátedra, buscar reconstituir diversos elementos mais específicos desse processo mais geral de introjeção da racionalidade neoliberal nas mais distintas esferas. Vamos aqui identificar alguns que vão ao encontro da formação desse sujeito neoliberal ou da fabricação do homem-empresa. A leitura que os autores fazem de Von Mises, Hayek, Friedman, Kirzner¹⁴ se assemelha de certa forma ao uso que Weber faz das ideias de Franklin como enunciação de um espírito, e que nesse caso se assemelha mais a uma evocação desse espírito.

Apesar de Dardot e Laval (2016) fazerem uma

13 É um processo de expansão de dois aspectos centrais da filosofia que constitui o capitalismo: a afirmação da *individuação* e dos *direitos de propriedade*.

14 Isso ganha relevância se levarmos em consideração também que esses autores acreditavam que a ideologia tinha um importante papel sobre a ação humana e defendiam essa batalha das ideias por meio da ciência econômica.

análise minuciosa das contribuições das diferentes escolas (austríaca, alemã, americana) na formulação dessa nova razão, aqui tomaremos apenas alguns aspectos mais gerais. Enquanto Weber vai resgatar em *beruf* os pressupostos éticos do espírito do capitalismo, podemos, de forma distinta, partir da noção de *entrepreneurship*¹⁵ (empreendimento), como conduta individual “universal mais essencial à ordem capitalista”. Dessa forma, para essa racionalidade, a concorrência no mercado sem regulação é entendida como um processo de descoberta de informação em que a conduta do sujeito busca superar e ultrapassar os outros na busca de lucro. Essa forma de pensar, pautada na *concorrência* e na *rivalidade*, na ação exige uma política que pretenda moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência.

A criação desse processo de empresariamento de si, ou autogoverno de si para essa corrente austro-americana, não se daria de forma naturalizada, mas sim no mercado. Ocorreria a partir do fato de o indivíduo ser colocado cada vez mais em situações de mercado. Dessa forma a governamentalidade neoliberal individualizada – que transforma o *homo oeconomicus* em *homo agens* – se daria a partir da criação de situações de mercado que promovessem o aprendizado racional e progressivo.

Esse processo buscaria constituir esse *homo agens* que conformaria seu próprio quadro de fins e meios em que efetua suas escolhas. Não seria assim um maximizador passivo de lucros, mas sim ativo, apresenta um posicionalmente ascético empreendedor de si. Os autores enunciam assim um dos dizeres desse espírito:

Somos todos empreendedores, ou melhor, todos aprendemos a ser empreendedores. Apenas pelo jogo do mercado nós nos educamos a nos governar como empreendedores. Isso significa também que, se o mercado é visto como um livre espaço para os empreendedores, todas as relações humanas podem ser afetadas por essa dimensão empresarial, constitutiva do humano. (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 147)

Essa faculdade de empresariamento (*enterprising*) não permeia apenas seu sentindo no funcionamento da economia do emprego, mas também envolve a

15 Essa formulação encontra-se no que se define como autores austro-americanos, e que para Dardot e Laval (2016) vão ter um papel mais central na formulação do neoliberalismo que a própria economia neoclássica.

capacidade de empreender todos os aspectos de sua vida, e, no limite, até sua própria vida. Essa característica associa-se a necessidade inovativa e criativa nesse ambiente de mercado competitivo. O constante *enterprising* de si exigiria uma frequente adaptabilidade, que transformaria a inovação no princípio universal de organização da vida. Esse viés é presente na defesa realizada pelo *management* neoschumpeteriano de que o processo de gestão empresarial não deveria configurar só como ferramenta para a constituição de uma economia de empreendedores, mas sim de uma sociedade de empreendedores¹⁶. O empresariamento de si transforma-se assim em gestão e gerenciamento da vida do novo homem econômico, a partir do contato entre diferentes correntes de pensamento, como a “praxeologia” de Mises e o discurso gerencial neoschumpeteriano. Além disso, Dardot e Laval (2016) apontam o papel que organizações supranacionais têm de estimular esse “espírito do empreendimento” como prioridade dos sistemas educacionais nacionais.

Essa dimensão/concepção que compõe o espírito do capitalismo contemporâneo demanda a constituição de uma norma subjetiva distinta do período anterior. Dardot e Laval (2016) vão apontar que essa normatividade se estabelece com um conjunto de técnicas disciplinares, que denominam de dispositivo de eficácia, em referência ao conceito de dispositivo em Foucault. Eles defendem que “os sujeitos nunca se converteriam de forma voluntária”.

Era preciso pensar e implantar, “por uma estratégia sem estrategistas”, os tipos de educação da mente, de controle do corpo, de organização do trabalho, moradia, descanso e lazer que seriam a forma ins-

16 Essas questões são próximas à abordagem de Boltanski e Chiapello (2009) da cidade por projetos, *cité par projet*. Esta seria, dentro da estrutura analítica dos autores, o conjunto de valores que daria sustentação a crítica e a justificação na sociedade contemporânea. Para os autores, nesse período os projetos seriam a configuração da vida social e da vida profissional, na qual os sujeitos se engajariam. Nesse sentido, o conjunto de valores que conformariam a sociedade se daria de forma a permitir e possibilitar uma flexibilidade para que os sujeitos se engajassem em um conjunto de projetos, diferentes entre si. O sujeito da cidade por projetos é, assim, flexível, conectado a diversos pontos da rede e etapas dos processos produtivos, sua empregabilidade depende dessa capacidade de adaptação e de gestão dos projetos, dos contatos estabelecidos. Para os autores, essa cidade representa o mundo conexonista, das redes, dos processos de terceirização, da especialização flexível, das unidades autônomas. Essa capacidade de empresariamento de si destacada por Laval e Dardot (2016) tem relação direta com essa necessidade constante de engajamento em diferentes projetos, essa capacidade de adaptação, conexão e gerenciamento não só de projetos profissionais, mas de sua própria vida, em seus diversos aspectos.

titucional do novo ideal de homem, a um só tempo indivíduo calculador e trabalhador produtivo” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 324).

A produção desse dispositivo se distancia dos elementos presentes em Boltanski e Chiapello (2009) nos dois espíritos como formas de dar justificação ao sistema capitalista e de produzir engajamento. E se aproximariam mais das reflexões mais recentes de Boltanski(2013)¹⁷ que apontam que viveríamos atualmente um período de dominação gestonária, em contraposição a uma dominação pelo terror ou pela ideologia.

Estas formas de dominação, que podem ser chamadas de gestonárias – para recordar a importância que têm as disciplinas de gestão – são adaptadas às modalidades de exploração que fazem economia da força física, mas também de algum grau de persuasão. A exploração se aproveita da instrumentalização de diferenciais para gerar lucro, e estes podem ser de natureza diversa.[...] Uma das propriedades mais relevantes da dominação gestonária é, de fato, ser sem sujeitos. Ela é baseada em dispositivos dos quais indivíduos ou grupos podem tirar maior ou menor proveito, dependendo das estratégias que eles adotam (BOLTANSKI, 2013, p. 449)

Gestão da mente em Dardot e Laval (2016) ou dominação gestonária em Boltanski (2013), o que esses autores parecem ver surgir é a produção de uma racionalidade e de um modo de acumulação capitalista que prescindiria de um engajamento, de uma justificação. Seria “dizer que nós não saímos da ‘jaula de aço’ da economia capitalista a que se referia Weber” ou “seria melhor dizer que cada indivíduo é obrigado a construir, por sua conta própria, sua ‘jaula de aço individual’” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 330). Essa governamentalidade neoliberal, com ares de novidade, brutaliza ainda mais o caráter coercitivo que Marx (2013) já previa na concorrência. Os riscos inerentes ao mercado são passados assim aos indivíduos empresariados, aos homens-empresa. E essa nova gestão tem como novidade o fato de modelar os indivíduos de forma com que esses estejam em condições de suportar as condições que lhes são

¹⁷ Nos parece que essa contribuição mais recente de Boltanski (2013) teria maior capacidade de diálogo com o que estão propondo Dardot e Laval (2016), ainda que de forma distinta. E resolvem um pouco as críticas feitas pelos próprios autores ao Boltanski, que apontam que ele subestimava o aspecto propriamente disciplinar dos discursos gerenciais (DARDOT, LAVAL, 2016, p.330).

impostas, ao mesmo tempo que sua ação contribui para tornar essas condições cada vez mais brutais e extenuantes. O homem passa a movimentar seu próprio moinho satânico.

A ética do trabalho se altera, não representa mais a vocação e a eleição presente em Weber e nem mesmo os preceitos da sociedade salarial do segundo espírito, mas sim perpassa pela transformação de si em empresa. A associação entre sucesso no emprego e sucesso na vida retorna, uma vez que todo espaço da vida está associado à ação gerencial de si. Para os autores (LAVAL; DARDOT, 2016), há uma mudança: uma vez que o período hoje global torna impossível para o indivíduo o domínio ou controle do mundo compensa-se com o domínio de si mesmo. Nesse sentido, é utilizado um conjunto constante de técnicas de gestão da vida de forma a transformar as subjetividades em potencialidades de maneira cada vez mais eficaz. A ação ascética do homem se efetiva pelo desempenho e pelo emprego de técnicas e indicadores de eficácia, utilizando mecanismos de avaliação, auditoria e vigilância. Dessa forma, como indicam Laval e Dardot (2016), toda dimensão pessoal é transformada em recurso, e a própria subjetividade, em sua completude, é guiada por esse modo de gestão, uma vez que cada vez mais as empresas têm avaliado e usando como critérios de contratação de seus empregados não só aspectos diretamente profissionais, mas elementos da trajetória pessoal de vida, além de aspectos estéticos, éticos e comportamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O neoliberalismo que se institui enquanto racionalidade e produz um sujeito, um tipo de ser humano, que age de uma certa forma no mundo, busca prescindir de qualquer forma de justificação ou de produção de engajamento. A governamentalidade neoliberal passa a permear a constituição da subjetividade dos sujeitos de forma não só a disciplinar corpos, mas gerenciar mentes. Se constitui assim como um conjunto de dispositivos das mais variadas ordens, regulatórias, discursivas, jurídicas, políticas, econômicas, estéticas, institucionais, que conformam uma rede, ou habitáculo duro como aço, mas movente, que se adapta e se transforma produzindo efeitos híbridos, desiguais e às vezes inicialmente não planejados. Cabe-nos lançar algumas indagações como caminhos futuros: quais são os desdobramentos dessa crise de governamentalidade pela qual tem passado a racionalidade neoliberal, ou o espírito capitalista, desde o fim da década de 2000? Quais são os ajustes

pelos quais os dispositivos gerenciais das mais distintas ordens têm passado? Quais têm sido as formas de enfrentamento ou de produção de outras governamentalidades gestadas a partir desse período?

Este texto pretendeu traçar um conjunto de linhas de leitura por uma variedade de autores, tendo como eixo de condução a ideia de “espírito” do capitalismo. Longe de esgotar o debate ou dar resposta às perguntas que lançamos, buscou-se estabelecer algumas notas e alguns guias metodológicos para o diálogo com esses autores e possibilitar uma adentrada a reflexão sobre a relação entre capitalismo, neoliberalização e racionalidade.

REFERÊNCIAS

- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, L. sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 441-463, 2013
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Após a neoliberalização? **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 14, n. 27, pp. 15-39, jan/jun 2012.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- LOWY, M. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**, Boitempo Editorial, São Paulo, Brasil, 2014.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Mal-estar no pós-neoliberalismo. **Novos estud.** - CEBRAP, São Paulo, n. 92, p. 59-78, Mar. 2012.
- PECK, J. ‘Neoliberalismo y crisis actual’. **Documentos y aportes en administración pública y gestión estatal**, 12(19), 2012.
- PECK, J. Neoliberalism. in: D Richardson, N Castree, M Goodchild, W Liu, A Kobayashi & R Marston. **The Wiley-AAG international encyclopedia of geography**. Oxford: Wiley- Blackwell, 2016.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980
- SOUZA, J. Apresentação. In: WEBER, M. **A gênese do capitalismo moderno**. organização e comentários Jesse de Souza; tradução Rainer Domschke. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- WEBER, M. **A gênese do capitalismo moderno**. organização e comentários Jesse de Souza; tradução Rainer Domschke. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular, e índice remissivo Antônio Pierucci; tradução José Marcos de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. ■

Germano Araujo Coelho
Fabiana da Cunha Saddi

Relações entre burocracia e sociedade na regularização fundiária de interesse social

process-tracing da implementação da política em um estudo de caso em Goiânia

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar os mecanismos causais suficientes para se explicar como a política de regularização fundiária, implementada pela Agência Goiana de Habitação (Agehab), no bairro São Domingos, em Goiânia, obteve como resultado a reaproximação entre Estado e população e a entrega de 774 escrituras. O método utilizado foi o *process-tracing* do tipo explicação de resultado. Também, foi empreendida análise temática de 18 entrevistas com atores da Agehab e lideranças comunitárias. A pesquisa identificou como causa da reaproximação a construção de espaços participativos pela gestão. Ademais, a gestão seguinte adotou um ativismo burocrático que influenciou órgãos públicos na elaboração da legislação estadual e na construção de processos administrativos que agilizaram a regularização. Paralelamente, a experiência participativa de lideranças foi fundamental para a intermediação entre a Agehab e os moradores.

Política urbana

Implementação

Burocracia

Process-tracing

Regularização fundiária de interesse social

Abstract

The aim of this paper is to identify sufficient causal mechanisms to explain how the land regularization policy, implemented by the Housing Agency of Goiás (Agehab), in the São Domingos neighborhood in Goiânia, resulted in the rapprochement between state and population and the delivery of 774 housing scriptures. The method used was the explaining-outcome process-tracing. Thematic analysis of 18 interviews with Agehab actors and community leaders was also undertaken. The research identified as cause of rapprochement the construction of participatory spaces by management. In addition, the next administration adopted a bureaucratic activism that influenced public agencies in the elaboration of state legislation and in the construction of administrative processes that streamlined regularization. Concurrently, community leaders' participatory experience was fundamental for intermediation between Agehab and the residents.

Urban policy

Implementation

Bureaucracy

Process-tracing

Land regularization of social interest

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa traz novas evidências sobre o papel da burocracia de médio escalão na implementação da política de regularização fundiária por meio da permeabilidade e ativismo burocráticos. A proposta do artigo é apresentar uma análise política da implementação da regularização fundiária urbana de interesse social no bairro São Domingos da Região Noroeste do Município de Goiânia, realizada pela Agência Goiana de Habitação (Agehab). Pretendeu-se identificar os mecanismos causais suficientes, por meio do método *process-tracing*, para se explicar dois resultados específicos obtidos pela implementação da política: a reaproximação da Agência com a população e lideranças comunitárias do bairro e a entrega de um grande número de escrituras.

A Região Noroeste de Goiânia é resultado de ocupações irregulares espontâneas em terras rurais improdutivas por inúmeras famílias que buscavam moradia na cidade e não podiam arcar com os altos custos dos aluguéis e da terra em regiões já urbanizadas. De acordo com Moysés (2004), em um primeiro momento, as tentativas por parte do governo do Estado de Goiás de solucionar o problema habitacional da região iam mais em direção a dar respostas aos movimentos sociais que se organizaram em torno da demanda por moradia nos anos de 1980 – respostas que se iniciaram com forte repressão às ocupações e culminaram em negociações frustradas entre os movimentos, o Estado e os proprietários das terras. Em seguida, os governos passaram a ser os promotores das políticas habitacionais, com o objetivo de desarticular o processo de organização social em torno dessas demandas, implantando vários loteamentos fora do perímetro urbano. Os dois primeiros loteamentos, Sítios Santa Maria e Finsocial, foram implantados para acomodar as famílias das ocupações. Essas políticas, implementadas sob uma perspectiva de segregação socioespacial pelos governos estaduais, geraram inúmeros conflitos sociais, legais e ambientais que repercutem ainda hoje na região (MOYSÉS, 2004). Um desses bairros criados pelo Estado de Goiás na zona rural da cidade foi o São Domingos, em 1994, que se manteve por 14 anos na irregularidade. O bairro conta com 937 imóveis e uma população de 3.013 habitantes, com renda per capita média de R\$ 387,06 e IDHM de 0,629, bem abaixo da média do Município de Goiânia, que possui renda per capita média de R\$ 1348,55 e IDHM de 0,799 (PNUD *et al.*, 2013).

Com a aprovação da Lei Federal nº 11.977/2009, que representou um grande avanço institucional-legal para a política de regularização fundiária no país,

a Agehab se tornou um ator importante para solucionar os problemas habitacionais gerados pelo próprio Estado. A partir de 2008, a gestão da Agência começou a construir uma política de regularização fundiária ampla no Estado em sua dimensão plena – urbanística, social e jurídica –, incorporando, em seguida, os princípios e regras estabelecidas pela Lei Federal. Esse processo de reestruturação da política não foi contínuo. Houve, na transição do governo estadual em 2011, uma mudança no campo das ideias que mudou os rumos da política de regularização fundiária, adotando uma perspectiva mais pragmática que tinha como objetivo principal a regularização jurídica das propriedades¹.

Esses processos da formulação e implementação da política no caso do São Domingos podem ser analisados sob a perspectiva das relações entre Estado e sociedade a partir da literatura de política pública que trata do papel das burocracias nas ações do Estado. Os estudos sobre burocracia ganharam espaço no campo da Ciência Política na década de 1980, com um retorno à ênfase no papel do Estado nos resultados das intervenções sociais, contrariando as teorias então predominantes na disciplina (o pluralismo político e o marxismo), que davam maior relevância ao papel da sociedade (SKOCPOL, 1985). Desde então, houve um amadurecimento dessas correntes teóricas, e pesquisas trouxeram novos conceitos para o campo de estudo.

Em um primeiro momento, retomando os estudos weberianos sobre a racionalidade técnica do Estado, o foco das pesquisas sobre capacidades estatais estava em como a autonomia dos atores burocráticos e das instituições impactavam nos resultados das políticas públicas (SKOCPOL, 1985). Sem reificar o Estado, essa abordagem reconhece múltiplos pontos possíveis de contato entre Estado e atores não estatais a partir de uma visão heterogênea do Estado, formado por instituições, burocracias e atores políticos. No entanto, os primeiros trabalhos sob essa abordagem observavam uma identidade entre capacidades estatais e autonomia das burocracias em relação aos atores políticos eleitos e aos grupos de pressão da

1 Alfonsin (2007) identifica três dimensões presentes nas políticas de regularização fundiária: regularização jurídica dos lotes, regularização como urbanização dos assentamentos e regularização urbanística. A primeira envolve ações para concretizar juridicamente a posse das moradias na forma de propriedade mediante a titulação. A segunda se baseia na regularização física do espaço ocupado. Por fim, a regularização urbanística trata da adequação da ocupação urbana à legislação, seja por meio de ações correspondentes à segunda dimensão, seja pela adaptação da legislação à realidade (por exemplo, no caso de Zonas Especiais de Interesse social – ZEIS).

sociedade civil.

Essa lente de análise se alinha a uma perspectiva *top down* de políticas públicas que enfatiza a importância dos processos de formulação nos resultados das políticas. Antecipando os debates entre perspectivas *top down* e *bottom up*, da segunda geração dos estudos de política pública, Lipsky (1980) destacou a importância da burocracia de nível de rua, aquela em contato direto com a população, nos processos de implementação. Para o autor, esses profissionais mediam as relações entre governos e cidadão, impactando na vida das pessoas. Ademais, esses profissionais possuem um elevado grau de discricionariedade e autonomia para decidir sobre seus trabalhos, influenciando nos resultados da política pública, na medida em que suas atividades típicas não têm como ser programadas para todas as circunstâncias com que se deparam.

Estudos mais recentes sintetizaram esses debates, incluindo novos atores e lentes analíticas, seja pela perspectiva de níveis hierárquicos das burocracias, seja pela perspectiva das capacidades estatais. Lotta *et al.* (2014) destacam o papel dos burocratas de médio escalão, que intermedeiam as relações entre os processos de formulação (desenvolvidos pelo alto escalão) e os burocratas de nível de rua (responsáveis pela implementação). Assim, o médio escalão influencia a implementação de acordo com suas próprias perspectivas acerca das estratégias desenvolvidas pelo processo de formulação, dando maior discricionariedade à linha de frente, quando discordam das estratégias da política, ou restringindo suas ações quando concordam. Pires e Gomide (2016) também fazem a síntese entre os debates. Para os autores, ambas as perspectivas impactam na política pública. Assim, ampliam o conceito de capacidades estatais em duas dimensões: as capacidades técnico-administrativas da burocracia e as capacidades política-relacionais, que envolvem uma maior permeabilidade das burocracias à participação social de setores da sociedade civil. Segundo os autores, as capacidades técnico-administrativas são importantes para que a implementação seja efetiva, e uma maior participação dos diversos setores na política pública propulsiona inovações e aprimoramento durante a implementação.

Outra corrente teórica importante para os estudos da burocracia é a do ativismo institucional. Abers e Keck (2013), influenciadas pelo construtivismo sociológico, analisam como atores e organizações constroem autoridade prática para conseguirem influenciar políticas em um contexto de emaranhamento institucional (*institutional entanglement*). As autoras ressaltam que no Brasil há uma série de arranjos e autoridades que se sobrepõem de maneira ambígua

e contraditória, tanto entre níveis federativos quanto regionalmente, o que dificulta a consolidação de novas práticas e ideias, mas abre espaço para a criatividade e inovação de outros atores e organizações. Nesse emaranhado, atores da sociedade civil ou do Estado buscam, por meio do engajamento com outros atores ou pela experimentação de novas práticas, desenvolver capacidades para influenciar e solucionar problemas e ganhar reconhecimento dessas capacidades por outros atores.

Dessa forma, a pesquisa buscou identificar como as relações entre atores estatais e da sociedade civil, discutidas na literatura, impactaram os resultados da implementação da política de regularização fundiária no bairro São Domingos. Assim, este artigo está dividido em três seções afora esta introdução e as considerações finais. Na primeira parte, será apresentada a metodologia utilizada na pesquisa, em que se apresenta o desenho da pesquisa e os métodos utilizados. Em sequência, discute-se o contexto de reformulação da política de regularização fundiária desenvolvida pela Agehab. Na última parte, serão apresentados e discutidos os resultados do *process-tracing* entendido na pesquisa. Em um primeiro momento, a causa burocracia política-relacional foi importante para dar início a uma retomada da confiança por parte da população do bairro em relação à Agência. Em seguida, o ativismo burocrático da gestão 2011-2014 conseguiu influenciar diversos órgãos estaduais para desenvolver uma legislação e processos político-administrativos que agilizassem e flexibilizassem a implementação da política. Aliada a essas duas causas, identificou-se uma causa contextual relacionada à experiência participativa das lideranças comunitárias que intermediaram as ações da Agehab com a população e auxiliaram na legitimação da política entre os moradores.

METODOLOGIA

O desenho de pesquisa envolve uma análise qualitativa por meio de um estudo de caso em implementação de políticas públicas, em que se aplicou o método *process-tracing* do tipo explicação de resultado. Este método possibilita identificar os mecanismos causais suficientes para se explicar um fenômeno social com um resultado específico, a partir do processo iterativo entre dedução e indução, em que se realiza o levantamento de possíveis causas presentes na teoria e causas contextuais identificadas no caso empírico (BEACH; PEDERSEN, 2013). Foram utilizados também os métodos de entrevista em profundidade semiestruturada e análise temática. Oito entrevistas foram

Tipo da Causa e Literatura	Hipótese e Partes do Mecanismo Causal
Burocracias nível de rua (LIPSKY, 1980)	H1. Esses burocratas recebem pressões tanto da população (P1), quanto dos escalões mais altos (P2) e tentam maximizar a discricionariedade que possuem sobre a política para lidar com essas pressões (P3), de forma que tomam decisões, influenciadas por suas formações profissionais (P4), que mudam como a política é implementada (P5).
Burocracia de nível médio (LOTTA et al., 2014)	H2. Quando discordam do alto escalão (P1), esses burocratas priorizam ações de sua preferência nas estratégias da política (P2) e dão maior discricionariedade para a linha de frente (P3); e, quando concordam (P1), adequam-se às diretrizes integralmente (P2) e interferem mais na linha de frente (P3).
Neoweberianismo (SKOCPOL, 1985)	H3. Burocracias efetivas e com autonomia (P1); agem por meio da racionalidade técnica (P2); geram produtos da política mais eficientes e efetivos (P3).
Burocracia Política-relacional (PIRES; GOMIDE, 2016)	H4. Burocracias mais permeáveis a grupos da sociedade (P1); presença de canais institucionais de participação (P2); geram maiores inovações e aprimoramento da política (P3).
Ativismo institucional (ABERS; KECK, 2013)	H5. Em contexto de emaranhado institucional (P1), atores tentam construir autoridade prática (P2) para influenciar políticas (P5), baseando-se em concepções ideacionais fortes (P3), por meio de inovações e interpretações das normas institucionais (P4).

Tabela 1:
Hipóteses dos mecanismos causais da literatura de políticas públicas

realizadas com membros da burocracia da Agehab, sendo dois do alto escalão e seis do médio escalão, de quatro áreas distintas (Gerência de Regularização Fundiária, Gerência de Projetos, Gerência de Articulação Social e Gerência de Mobilização Social), e dez com lideranças comunitárias envolvidas com a política de regularização fundiária na Região, totalizando 18 entrevistas. Optou-se na pesquisa por triangular as evidências entre atores distintos do processo de implementação como forma de verificar os dados e eliminar possíveis vieses da análise. Foram selecionados atores-chave da política (dois deles se recusaram a participar, e três não responderam o primeiro contato feito pelos pesquisadores), e as entrevistas foram realizadas até a ocorrência da saturação do conteúdo.

O caso selecionado se destaca por ter sido o primeiro caso na Região Noroeste a ser regularizado pela Agehab, onde as ocupações urbanas estavam em desacordo com os projetos originais dos assentamentos urbanos elaborados entre as décadas de 1980 e 1990. Além disso, o caso foi um importante ponto de partida para a política de regularização fundiária recente implementada pela Agência.

O objetivo da pesquisa foi identificar os mecanismos causais suficientes para se explicar os resultados da implementação da política de regularização fundiária promovida pela Agehab no bairro São Domingos da Região Noroeste de Goiânia. Os resultados que se pretendeu explicar foram a reaproximação da Agência com os moradores e lideranças comunitárias

do bairro, bem como a regularização jurídica de um grande número de imóveis no assentamento urbano.

A partir da literatura de políticas públicas, foram levantadas cinco hipóteses de mecanismos causais (Tabela 1) que envolvem o impacto das burocracias na implementação de políticas públicas. Em um primeiro momento, os conceitos da literatura foram operacionalizados, para, em seguida, se construir as hipóteses. Cada mecanismo foi dividido em partes que, segundo Beach e Pedersen (2013), são “compostas por entidades engajando-se em atividades” (p. 14), ou seja, que abrangem um ator específico praticando uma determinada ação no tempo. Para realizar o teste do mecanismo, todas as suas partes deveriam ser observadas empiricamente, de modo que cada uma delas é condição necessária para a ocorrência do mecanismo causal.

A construção das hipóteses para as partes dos mecanismos causais se baseou na lógica booliana em que se considera os operadores lógicos de necessidade e suficiência para ocorrência de um resultado (GOERTZ; MAHONEY, 2012; BEACH; PEDERSEN, 2013). Portanto, elas não correspondem à lógica de falseabilidade popperiana, mas sim a uma em que o teste empírico está na ocorrência necessária de todas as partes e não na ocorrência de um contra-argumento (BEACH; PEDERSEN, 2013)². O tes-

² No teste do mecanismo causal, a preocupação não é com a causa e o efeito da explicação (ou variáveis dependentes e independentes) em si, mas com a ocorrência (ou não) de cadeias

te utilizado foi o “teste do aro” (*hoop test*), o qual envolve previsões certas, mas não singulares, o que implica que a evidência esperada quando não encontrada descarta a hipótese, mas, quando for positiva, não possibilita inferências suficientes sobre o mecanismo (COLLIER, 2011). Isso possibilitou a exclusão de um maior número de hipóteses na construção do *process-tracing*, caso as partes dos mecanismos não fossem encontradas (BEACH; PEDERSEN, 2013). Partes de mecanismos definidas mais genericamente aumentam o universo da condição de necessidade podendo ser incluídas um maior número de evidências que fazem parte desse universo. Essa expansão do rol de evidências necessárias possíveis facilitou a exclusão definitiva de um maior número de evidências (três hipóteses). Como forma de alcançar a suficiência de mecanismos causais explicativos, optou-se pela identificação de combinações de mecanismos que produziram os resultados analisados.

As evidências da pesquisa foram coletadas nas entrevistas em profundidade, orientadas pelos temas levantados na literatura. As entrevistas foram gravadas, transcritas e codificadas por temas relevantes na fala dos entrevistados. Foram utilizados dois tipos de evidência: sequencial (utilizada para se identificar o espaço e o tempo da ocorrência da evidência) e de conteúdo (que trata de forma mais profunda como a evidência desencadeia-se no processo causal) (BEACH; PEDERSEN, 2013).

Ao longo da pesquisa, durante construção e análise do *process-tracing*, identificou-se a confirmação de duas hipóteses explicativas presentes na teoria, que envolvem as causas “burocracia política-relacional” e “ativismo burocrático”. Foram acrescidas mais duas causas contextuais, identificadas empiricamente a partir da análise temática das entrevistas – sendo uma delas antecedente ao processo da formulação da política, a atuação da sociedade civil; e outra que ocorreu ao longo do processo da política pública, que diz respeito à experiência participativa das lideranças comunitárias do bairro – que se combinam na explicação dos resultados da implementação da regularização fundiária do São Domingos.

A pesquisa seguiu todos os princípios éticos para pesquisas científicas com seres humanos, previstos

causais específicas entre as variáveis explicativas, a partir de uma concepção compreensiva/descritiva dos mecanismos. Em alguma medida, há a necessidade de que as hipóteses sejam falseáveis, mas o método implica o teste de uma pluralidade de teorias possíveis que não necessariamente são contrafactuais umas das outras. Para uma maior discussão sobre mecanismos causais, ver Beach e Pedersen (2013), capítulo 3. Para uma discussão sobre culturas epistemológicas diferentes nas ciências sociais que envolvem lógicas distintas de causalidade, ver Goertz e Mahoney (2012).

pela Resolução CNS nº 510/2016 e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás pelo parecer nº 2.919.562.

CONTEXTO DE REORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AGEHAB

Para reestruturar a Agência e desenvolver o desenho da política de regularização fundiária do Estado, havia a necessidade de superar algumas barreiras com as quais a nova gestão (2008-2010) se deparou. Entre elas, figurava a conjuntura hostil entre o Estado e a população do bairro, gerada por gestões passadas na Agência e por outros órgãos governamentais, responsáveis pelas tentativas de regularização passadas.

Nesse contexto, houve na Agehab mudanças de cunho organizacional e ideacional para se enfrentar os entraves estabelecidos para o desenvolvimento da política. No primeiro momento, durante a gestão 2008-2010, havia uma orientação ideacional que também se relaciona à aproximação partidária entre os atores da burocracia média e do alto escalão da Agência. Esses atores faziam parte do Partido dos Trabalhadores (PT) e entraram na Agehab com a mudança na gestão ocorrida em 2008, apesar de o governo estadual ter sido governado à época pelo governador Alcides Rodrigues (2007-2010), do Partido Progressista (PP), que era o antigo vice-governador do Governo de Marconi Perillo (1999-2006), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Nas eleições seguintes para o governo, no ano de 2010, ambos estiveram em lados opostos da disputa, sendo Marconi Perillo eleito por dois mandatos consecutivos (2011-2018). Do ponto de vista das ideias incorporadas na Agência, a gestão 2008-10 manteve concepções amplas da regularização, que seriam abandonadas pela gestão seguinte, cujas ideias-base da política tomaram uma forma mais pragmática. Havia, em 2008, uma compreensão holística de que a regularização fundiária de assentamentos urbanos envolvia diferentes dimensões para a real transformação socioespacial das ocupações-alvo da política. Discutia-se também dentro da Agehab e entre outros órgãos estaduais a possibilidade de utilizar o instrumento Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) como forma de regularizar os imóveis e mantê-los como ativos do Estado para que se pudesse utilizá-los na política habitacional de interesse social no futuro³,

³ O instrumento CDRU diferencia-se do da doação na medida em que envolve apenas a transferência do domínio útil

mesmo que isso resultasse em um desgaste com a população. Assim, essas ideias nortearam os objetivos da política e a tentativa de reorganizar a organização na Agência, como mostram os trechos das falas dos entrevistados:

O perfil nosso da área mais técnica de urbanismo era promover a regularização plena onde fosse possível, embora a gente não tenha conseguido, muito por falta de quadro mesmo e falta de recurso. (E3Agehab)

Não seria mais um instrumento que dava a propriedade, mas uma cessão de uso, que tem direito real, que foi reconhecido no Estatuto da Cidade dessa forma, mas sem transferir efetivamente a propriedade. Então, é uma política [...] que prevê que a pessoa em uma situação vulnerável e tem esse auxílio vai ter uma condição de se integrar melhor ao organismo social e daqui a pouco os filhos não vão precisar mais dessa assistência, enquanto outros ainda estarão nessa condição de vulnerabilidade. (E16Agehab)

Mas enfim, a gente trabalhou contrariando princípios mais básicos, assim, da 'antipropriedade', porque o ideal seria ninguém ser dono de nada, pra gente usar a coisa pública, da habitação ser um serviço e não um patrimônio. Mas trabalhamos nessa lógica. (E14Agehab)

do imóvel a um terceiro por meio de contrato, gratuito ou oneroso, por tempo limitado ou não, portanto não há a transferência da propriedade do Estado para a pessoa beneficiada; enquanto que a doação é um contrato em que o doador transfere sem custos um bem ao donatário por livre e espontânea vontade, de modo que ocorre a transferência da propriedade para o donatário. O poder público pode doar imóveis, desde que desafetados do uso público (desvinculados de finalidade para a administração pública), a partir de autorização legislativa e de justificativa baseado no interesse público ou social. A Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) também foi uma alternativa discutida na Agência, mas preterida em relação à CDRU, uma vez que é aplicável por tempo indeterminado, de forma que, na concepção dos gestores, limitaria a utilização dos imóveis por parte do Estado na política habitacional. A CUEM tem condições de aplicação semelhantes às da usucapião especial urbana, com o acréscimo do condicionante do período da ocupação anterior à data de 30 de julho de 2001, estabelecida pela Medida Provisória nº 2.220/2001, e com a diferença que se transfere apenas o direito real (para fins de moradia) do bem público aos beneficiários e não a propriedade. Algumas das diferenças entre CDRU e CUEM são que a primeira é um instrumento que o poder público tem discricionariedade para concedê-la e pode possuir tempo determinado ou indeterminado de aplicação, enquanto que a segunda requer provocação do poder público de forma individual ou coletiva pelos ocupantes e possui tempo indeterminado.

Desse modo, houve a tentativa de se internalizar essas ideias dentro da Agehab, a partir da reestruturação da política e da Agência. Um dos problemas identificados pela gestão naquele momento era a resistência que a população tinha às ações de regularização fundiária anteriores do Estado na Região. Diversos órgãos públicos haviam tentado regularizar os bairros da Região Noroeste, com indícios de uso político-eleitoral dessas ações, porém sem que a política se efetivasse. O Município emitia decretos aprovando os parcelamentos, ou desmembramentos, e eram entregues as escrituras. Entretanto, segundo a Lei Federal nº 6.766/1979, sobre parcelamentos urbanos, em seu art. 18, após a emissão dos decretos, o poder público tem 180 dias para registrar o parcelamento ou desmembramento em cartório, sob pena de caducidade da aprovação. Como o poder público não seguia os trâmites cartoriais necessários para a regularização dos assentamentos, os decretos perdiam validade e, conseqüentemente, os imóveis permaneciam irregulares. Somando-se a esse desgaste causado com a população ao longo dos anos, houve um conflito entre a população do Noroeste e a Agehab, em gestões anteriores a de 2008-2010, em que a proposta de regularização da Agência⁴ ia em direção oposta aos interesses dos moradores, causando embates sociais e manifestações, inclusive com a expulsão do gestor da Agehab de uma das reuniões da política na Região Noroeste, como indicam os trechos das falas dos entrevistados:

Esse primeiro momento eles trouxeram algo, assim, totalmente esdrúxulo né, sem nexos com a comunidade e tentaram fazer colocações aqui, enfim, isso goela abaixo da comunidade. (E10Liderança)

Até que o estopim foi [quando] o ex-presidente da Agehab [gestão 2004-2007] tentou adotar uma política aqui que trouxe muita revolta pra população na época [...]. Esse Presidente, na época, fez uma reunião e passou essa nova direção, [...] e foi um período muito tenso. Ele chegou a ser escoltado... expulso daqui. (E9Liderança)

Para enfrentar o problema da relação entre Esta-

⁴ A proposta da Agehab, à época, marcada pela falta de diálogo e de participação dos moradores, impunha critérios que reduziram o número de beneficiados pela política, devido a restrições em relação ao tamanho do lote e à comprovação de um tempo mínimo de moradia. O ponto da proposta que causou a maior resistência dos moradores foi o de desapropriação dos imóveis que não se enquadrassem nos parâmetros exigidos.

do e população-alvo da política, a gestão 2008-2011 criou uma nova Gerência de Mobilização Social dentro da Agência e reestruturou a equipe de trabalho social. A Gerência de Mobilização fazia parte de um projeto mais amplo da política de habitação de interesse social que envolveu a construção dos planos municipais de habitação social e incluía também a tentativa de reaproximar a população da Agehab. A ideia foi chamar um membro com experiência em movimentos sociais para assumir a pasta, de forma que se tivesse um ator legítimo e com trânsito entre movimentos sociais, moradores e a Agência para mobilizar os participantes das reuniões e audiências públicas, realizadas para discussão da política habitacional do Estado. A reestruturação do trabalho social contou com a contratação de novos perfis técnicos para a equipe e uma mudança das diretrizes da política, incluindo a ênfase em atividades culturais e educativas de apropriação dos espaços públicos e em ações que fortalecessem os vínculos comunitários entre os moradores dos bairros-alvo da política.

Com a promulgação da Lei Federal nº 11.977/2009, que estabelecia as diretrizes legais para a regularização fundiária de interesse social, a gestão 2008-2011 identificou a necessidade de desenvolver uma proposta legislativa para adequar a nova lei ao contexto estadual. Foi criado com esse intuito um Grupo de Trabalho multidisciplinar formado por agentes dos órgãos públicos estaduais (antigas Secretaria das Cidades e Secretaria da Fazenda) e membros do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) para se formular uma nova lei estadual de regularização fundiária. As ideias iniciais do grupo acabaram não sendo incorporadas pela gestão seguinte (2011-2014), que conseguiu incluir aspectos mais flexíveis na lei aprovada em 2012 (Lei Estadual nº 17.545), representando uma guinada mais pragmática no campo ideacional da Agência – aspectos que visavam incluir um maior número de moradores na política e que priorizaram a doação como instrumento da regularização fundiária, de forma que foi possível reduzir os pontos de conflito com a população e reduzir os custos e o tempo de implementação da política. Dentro dessas ideias iniciais, estava a ênfase na preocupação com o possível processo de valorização dos preços dos imóveis causado pela regularização das propriedades e por eventuais intervenções urbanas nos bairros, o que poderia afetar a dinâmica imobiliária da região e ocasionar a venda dos imóveis pelos moradores de baixa renda. Dessa forma, incluía-se na proposta legal a restrição de 8 anos para impossibilidade de venda, doação ou aluguel da propriedade regularizada (GOIÁS, 2009). Com a mudança na gestão, esse aspecto foi retirado da proposta de projeto de lei, bem como os parâmetros de regularização do limite para

renda baixa de 3 salários mínimos e dos lotes com tamanhos máximos de 300m², que foram alterados para 4 salários e 500m² respectivamente. Além disso, a nova gestão definiu a doação dos imóveis como o instrumento que nortearia a regularização.

Com a alteração de alguns membros do Executivo estadual, o grupo foi mantido na gestão seguinte (2011-2014) e deu sequência aos trabalhos. A Lei Estadual nº 17.545/2012 foi aprovada em 11 de janeiro, com o apoio da base governista na Assembleia Legislativa e parte da oposição ligada à pauta da política habitacional, o que possibilitou incluir um maior número de moradores nos parâmetros exigidos para a doação (art. 6) do imóvel dentro da regularização fundiária de interesse social: imóvel, com área de até 500m², em empreendimento iniciado até 31 de dezembro de 2010 (inciso I), com finalidade residencial, mista ou comercial de âmbito local (inciso II); comprovação de ser morador originário (caso em que se exclui comprovação de renda), ou que morasse há mais de 8 anos no imóvel (inciso III); e não ser proprietário de outro imóvel (inciso IV), podendo o beneficiário ou entidade familiar receber em doação apenas um imóvel (art. 6, parágrafo único).

PROCESS-TRACING DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO BAIRRO SÃO DOMINGOS

O processo de regularização fundiária do bairro São Domingos começa na gestão 2008-2010 e se efetiva na de 2011-2014. Apesar de os demais bairros da Região Noroeste terem seus processos de regularização iniciados ainda em 2008, os projetos desses casos não foram aprovados pela Prefeitura do Município de Goiânia, à época sob governo de Paulo Garcia do PT (2010-2016). Assim, a gestão de 2011-2014 recomeçou o processo de regularização fundiária desses bairros dentro do Programa Casa Legal⁵.

No *process-tracing* dos processos que culminaram com a aprovação do bairro São Domingos, foram identificadas três variáveis explicativas principais. As variáveis causais encontradas, quais sejam, o ativismo institucional, a burocracia política-relacional e a experiência participativa, puderam ser observadas a partir das evidências do tipo sequencial e de conteúdo nas falas da burocracia de alto e médio escalão da

5 O Programa Casa Legal foi responsável pela regularização de inúmeras propriedades urbanas no Estado de Goiás. Até o momento da pesquisa, a Agehab havia entregue, na Região Noroeste de Goiânia, 9407 escrituras, envolvendo os bairros São Domingos, Vitória, São Carlos, Boa Vista, Floresta, Jardim Curitiba, Jardim Primavera e Vila Mutirão.

Agehab, bem como das lideranças comunitárias. Enquanto o mecanismo desta última se manteve constante nas observações empíricas, os mecanismos do ativismo burocrático e da burocracia política-relacional operam em diferentes momentos da implementação da política. Duas outras condições contextuais⁶, a assinatura no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre MP-GO, Agehab e Prefeitura de Goiânia, e a atuação da sociedade civil organizada, ocorreram anteriormente às duas gestões analisadas nesta pesquisa, e foram fundamentais para a mudança na forma de atuação dos órgãos públicos em relação a política de regularização fundiária.

A assinatura do TAC foi identificada como uma condição contextual no processo, responsável por gerar uma pressão jurídica sobre os órgãos públicos do Estado de Goiás e do Município de Goiânia para agilizarem e coordenarem as ações, a fim de se desenvolver uma política de regularização fundiária para Região Noroeste. Portanto, o TAC pode ser reconhecido como uma oportunidade política e jurídica para a atuação dos atores e instituições na política de regularização.

A condição contextual da atuação da sociedade civil organizada também ocorre em um período anterior à gestão 2008-2010. Ela operou como uma barreira imposta por moradores e líderes comunitários à construção de uma política de regularização fundiária que estava em descompasso com seus interesses (parte 1 do mecanismo). A falta de diálogo e de permeabilidade burocrática da Agehab à época propulsionaram a organização e mobilização da população nos bairros, encabeçada pelas lideranças comunitárias, o que culminou em manifestações e conflitos entre moradores e a Agehab (parte 2), com a expulsão, por parte dos moradores, do presidente da Agência de uma das reuniões na Região. Isso impossibilitou que se desse prosseguimento à política de regularização fundiária a partir das diretrizes e estratégias pretendidas pela Agehab naquele momento.

Essas duas condições foram suficientes para alterar a forma de atuação dos gestores e a burocracia da Agehab na construção da política de regularização fundiária urbana da Região Noroeste. Nesse contexto de descrédito da população em relação às ações governamentais na Região, a Agehab passa a adotar uma outra postura em relação ao contato com a população. O mecanismo da causa Burocracia

Política-Relacional, na gestão 2008-2010, operou no sentido de aumentar a permeabilidade burocrática dentro da Agência, criando espaços institucionais de participação. Esse primeiro contato com a população auxiliou no rompimento das barreiras geradas com os moradores em gestões estaduais passadas.

Essa abertura inicial, ocorrida na gestão de 2008-2010, se deu por meio da criação da Gerência de Mobilização Social (parte 1). Com o clima de conflito estabelecido entre os moradores, a atuação de um ator legítimo, vinculado a movimentos sociais e com uma maior capacidade de diálogo com a população, foi importante para quebrar as tensões existentes e inovar na forma de abertura social da Agência. O trecho a seguir trata desse processo de aproximação com a sociedade realizada pela gerência:

Na Agehab, eu fazia uma assessoria para presidência na articulação dos movimentos sociais, com essa perspectiva de fazer parcerias. Porque Goiânia tem uma grande defasagem na questão habitacional e também um grande problema na questão da regularização fundiária de vários assentamentos. [...] Foi a primeira vez, principalmente na Agehab, que as portas se abriram pra integrar a sociedade na gestão. [...]. Eles passaram a ajudar, a discutir o que a agência ia fazer no Estado. Não tinha isso antigamente. (E6Agehab)

Além da gerência, foram criados espaços participativos (parte 2), como um conselho formado por membros do Estado e sociedade civil, com o intuito de discutir os caminhos da política habitacional de interesse social do Estado. Mais especificamente dentro da política de regularização fundiária, houve o início da aproximação com as lideranças comunitárias dos bairros, com o intuito de escutar suas demandas e incluir esses atores – legítimos perante a população – no processo de mobilização social. Houve, a partir daí, o começo do rompimento das barreiras criadas entre os moradores e a Agência (parte 3), como evidenciam os trechos a seguir:

A gente queria discutir as especificidades de cada local e pegar as lideranças locais e fazer as discussões. Aí, cadastramos também as associações de moradores da região, envolvemos as lideranças nessa questão do cadastro em si, junto com os agentes da Agehab, pra não ter um choque com a comunidade. (E6Agehab)

[A gestão 2008-10] tentou fazer via conselho comunitário pra aproximar as lideranças da institui-

⁶ As condições contextuais no *process-tracing* do tipo explicação de resultado são aquelas que influenciam os resultados do processo, mas não fazem parte dos mecanismos causais teóricos testados, logo são variáveis ou mecanismos contextuais, ou seja, barreiras ou oportunidades de fora do modelo teórico identificadas empiricamente (BEACH; PEDERSEN, 2013).

ção e, a partir delas, ir quebrando essas barreiras, esse desgaste. Isso foi uma tentativa que não foi ruim, foi boa. Eu acredito que devia ter começado por ali. (E9Liderança)

As evidências da pesquisa mostram que a continuidade da aproximação com a população por parte da gestão seguinte (2011-2014), a experiência participativa das lideranças e a aprovação do projeto do São Domingos na Prefeitura foram suficientes para o rompimento das barreiras com os moradores do bairro. Apesar de a gestão 2011-2014 ter mudado os espaços da Agência responsáveis pelo contato com a população (reduzindo o escopo da participação à dimensão informacional, por meio de reuniões e audiências públicas), a continuidade do trabalho com as lideranças abriu o caminho para se executar as demais etapas da regularização após a aprovação do projeto do bairro.

A causa experiência participativa também auxiliou nesse processo, uma vez que havia no São Domingos líderes comunitários envolvidos com políticas públicas no bairro e que viviam nas ocupações desde o seu surgimento (parte 1). Essas lideranças tomaram a frente no processo de diálogo com a Agehab (parte 2) e foram responsáveis tanto pela mobilização dos moradores nas demais etapas do processo, como na transmissão das informações sobre o cadastramento, sobre documentação necessária para obtenção das escrituras, na mobilização para as reuniões e demais ações (parte 3). No trecho a seguir é evidenciado o papel de mobilização das lideranças:

Na primeira reunião tinha 10 pessoas [...]. E aí foi contatando outras pessoas que exerciam a liderança no bairro, foi mostrando, concretizando ali que seria uma forma totalmente diferente. [...] Isso começou a se abrir, as pessoas foram participando, foi expandindo para outros bairros. (E9Liderança)

A aprovação do projeto do bairro São Domingos também facilitou no processo de aproximação entre a Agehab e a população. A partir da aprovação do projeto na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (SEPLANH), a Prefeitura de Goiânia emitiu o Decreto Municipal nº 2646/2011 de aprovação do loteamento, o que gerou um capital político, em relação aos moradores e lideranças do bairro, para a então recente gestão da Agência, que pôde dar sequência no processo de regularização e emissão das escrituras. A rápida aprovação do Decreto gerou confiança por parte dos moradores e lideranças na nova gestão, em razão da percepção dos primeiros de que o

processo de regularização estaria se concretizando, o que facilitou a aceitação, por parte da população, dos termos da política de regularização fundiária proposta pela Agehab.

Como tratado anteriormente, após a mudança da gestão na Agehab, houve uma transformação nas ideias e concepções sobre a política de regularização fundiária, como mostra a fala de um dos atores da Agehab:

Tem gente que fala que é obrigatório ser a [regularização] plena, que é um absurdo fazer só a jurídica..., mas eu acho que se você tem condições de fazer a plena é o ideal, mas se não tem, a jurídica não é só um paliativo, ela é importantíssima. (E5Agehab)

Nessa conjuntura, a causa Ativismo Burocrática foi importante para o prosseguimento do processo de regularização do São Domingos. Em meio a um emaranhado institucional de sobreposição de responsabilidades administrativas sobre a política urbana (parte 1), a nova gestão construiu espaços de influência no alto escalão do governo estadual e obteve trânsito em outros órgãos (parte 2) para mudar posicionamentos de outros atores com papel na política, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e o Ministério Público (parte 3). Dessa forma, visando flexibilizar o instrumento de regularização fundiária da doação, a fim de ampliar e facilitar o registro de um maior número de imóveis, por meio da regularização jurídica, os gestores da Agehab conseguiram influenciar o grupo de trabalho para elaboração da lei estadual e conseguiram aprová-la na Assembleia Legislativa com um caráter mais pragmático e em um curto período de tempo (parte 4). A Lei Estadual nº 17.545/2012 foi um passo importante para a regularização do São Domingos e para a implementação do Programa Casa Legal, criado pela Agehab, na medida em que regulamentou a Lei Federal 11.977/2009, dispondo sobre os instrumentos jurídicos e urbanísticos necessários para a implementação da política de regularização fundiária, e flexibilizou as exigências para a aplicação do instrumento de doação, possibilitando que um maior número de moradores fosse beneficiado pelo Programa. O caso do São Domingos também serviu de aprendizado para a gestão 2011-2014, que desenvolveu um fluxo do processo de regularização fundiária, utilizado pela Agência a partir de então no Programa Casa Legal.

A gente teve que fazer adequações, que a gente teve que discutir com a Segplan, com a PGE, pra fazer

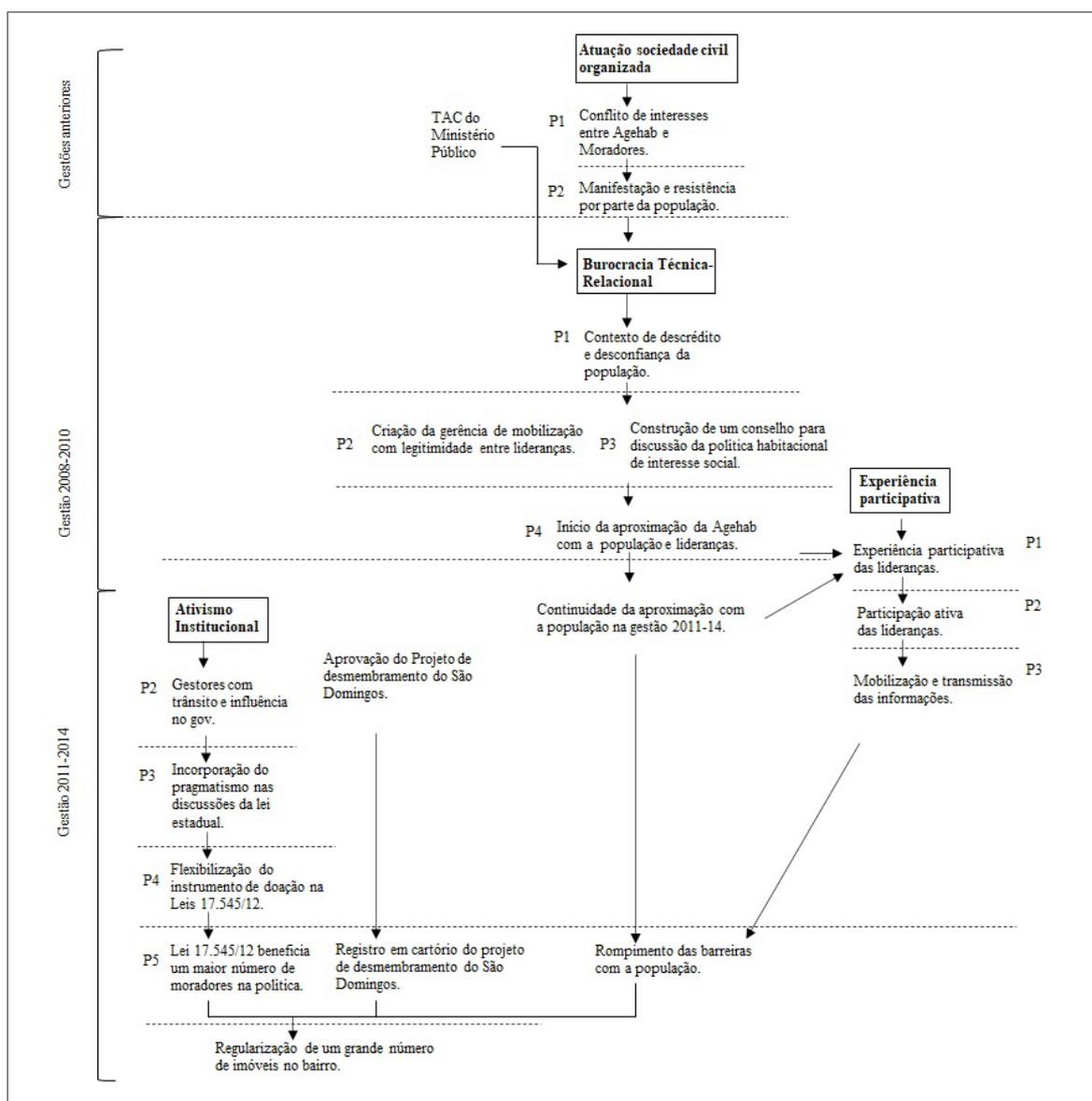


Figura 1: Process-tracing da regularização fundiária do bairro São Domingos

algumas mudanças dentro do fluxo de trabalho, que tem a ver com o processo da administração pública. (E1Agehab)

Teve um convencimento grande, porque tem procuradores que são da linha que a gente não devia doar escritura, devia fazer uma concessão [CDRU/CUEM]. Então, foi um trabalho junto ao governo na época pra convencer o governador que seria melhor. E tinha uma briga também na PGE, que eles queriam que tivesse uma cláusula de inalienabilidade de 8 anos. Nós tiramos essa cláusula, nós não aceitamos, porque se a pessoa tá 15, 18 anos, e o Estado que pôs, ela não tem que cumprir mais oito. E se ela vender, é uma questão dela. A gente tem que respeitar. (E5Agehab)

A Figura 1 resume o *process-tracing* alcançado

pela pesquisa para identificar os mecanismos causais explicativos da implementação da regularização fundiária no São Domingos que têm como resultados a reaproximação entre Agehab e a população do bairro e a entrega das escrituras aos moradores.

Com a aprovação da Lei Estadual e do projeto na Prefeitura, bem como com a reaproximação entre a Agehab, os moradores e as lideranças do bairro, a Agência conseguiu realizar as demais etapas do processo de regularização. Essas etapas envolveram o cadastramento das famílias, o registro do loteamento no cartório, a aprovação da doação das terras do Estado pelos órgãos estaduais, a elaboração das escrituras, a coleta de assinaturas dos moradores, a aprovação da PGE da regularização, o registro das escrituras no cartório e a entrega das escrituras para os moradores.

No bairro São Domingos, foram regularizados

774 imóveis (82,6%) a partir de 2012. 49 imóveis ainda estão em processo de regularização (5,2%) e 114 não foram cadastrados (12,2%), seja pelo fato de o morador possuir mais de um imóvel, o que o impossibilita de receber a doação da propriedade por meio da regularização fundiária de interesse social, ou pela falta de documentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do processo de implementação apresentado da política de regularização fundiária do bairro São Domingos, em Goiânia, é possível identificar que a burocracia teve papéis distintos nos resultados da política, que foram impactados pelas concepções ideacionais incorporadas nas gestões e nas burocracias. Assim, as ideias que originam e embasam a política acabam por influenciar os atores institucionais e impactam nos resultados da implementação.

Em um primeiro momento, diante da resistência da população frente à Agehab, causada por ações passadas conflituosas, a gestão de 2008-2010 conseguiu dar início a superação dessas barreiras a partir da criação de espaços participativos que trouxeram lideranças comunitárias e a população para dentro da Agência. Essa permeabilidade institucional foi fundamental para que lideranças aceitassem a política e a legitimasse entre os moradores. Pires e Gomide (2016) ressaltam a importância da participação social para o surgimento de alternativas e inovações de políticas públicas. Os dados deste artigo, além de corroborarem com a literatura, trazem novas evidências que indicam que ademais de uma construção conjunta da política, a participação pode ser um fator importante de legitimidade da política, quando associada a um contexto em que atores sociais possuem experiência participativa. A presença de atores de médio e alto escalão com uma concepção ampla da regularização fundiária acabou por possibilitar esse movimento de reaproximação entre Estado e sociedade no caso estudado.

Com a transição entre as gestões, assim como com a mudança nas concepções sobre a política, a regularização fundiária passou a ser empreendida apenas em sua dimensão jurídica, reduzindo o escopo da participação social e diminuindo o foco na busca por recursos para implementação de intervenções urbanísticas nos assentamentos urbanos, o que impactou o alcance da regularização fundiária plena nos demais casos implementados pela Agehab. No entanto, a nova gestão conseguiu regularizar um grande número de imóveis no São Domingos e em outros bairros.

O ativismo burocrático de parte da Agência foi fundamental nesse resultado. Atores passaram a buscar espaço de influência e autoridade prática para mudar a legislação e para flexibilizar o processo de aprovação das escrituras. Os atores da Agehab conseguiram estabelecer a doação como o instrumento utilizado para a regularização, o que, por um lado, diminuiu a ocorrência de tensões com a população e garantiu que os moradores recebessem o título das propriedades que ocupavam há mais de uma década, mas, por outro, abriu mão de propriedades do Estado que poderiam ser utilizadas futuramente na política habitacional de interesse social. As evidências da pesquisa apoiam a literatura sobre ativismo institucional, que destaca como concepções ideacionais fortes e a agência dos atores podem influenciar os caminhos da política pública em meio a um emaranhado institucional de sobreposição de responsabilidade (ABERS; KECK, 2013). Assim, destaca-se que as ideias internalizadas nas burocracias trouxeram concepções sobre as políticas que afetaram diretamente seus resultados e um maior ou menor grau de permeabilidade burocrática foi um importante fator de legitimação das práticas da Agência.

BIBLIOGRAFIA

- ABERS, Rebecca; KECK, Margaret. **Practical Authority: Agency and Institutional Change in Brazilian Water Politics**. New York: Oxford University Press, 2013.
- ALFONSIN, Betânia. O Significado do Estatuto da Cidade para os Processos de regularização Fundiária no Brasil. In: ROLNIK, Raquel *et al.* (Org.). **Regularização fundiária Sustentável: conceitos e diretrizes**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.
- BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-tracing methods: foundations and guidelines**. Michigan: The University of Michigan Press, 2013.
- COLLIER, David. Understanding *Process-Tracing*. **PS: Political Science & Politics**, v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011.
- GOIÁS (Estado). Agência Goiana de Habitação. **Minuta da proposta de lei estadual sobre regularização fundiária em assentamentos urbanos**. Goiânia: AGEHAB, 2009.
- GOERTZ, Garry; MAHONEY, James. **A Tale of Two Cultures: Qualitative and Quantitative Research in the Social Science**. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- LIPSKY, M. **Street-Level Bureaucracy: Dilemmas**

- of the Individual in Public Services. New York: Russell Sage Foundation; 1980.
- LOTTA, Gabriela Spanghero; PIRES, Roberto Rocha Coelho; OLIVEIRA, Vanessa Elias. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 65, n. 4, p. 463-492, 2014.
- MOYSÉS, Aristides. **Goiânia: metrópole não planejada**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.
- PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 121-143, 2016.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, c2013. Perfil: Goiânia, GO. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 31 de jul. de 2020.
- SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. ■

Paul Melo e Castro

Mais-Valias em Trier

“[T]he camera and tourism are two of the uniquely modern ways of defining reality”¹

(Horne, 1984, p.21)

Trier é uma pequena cidade na periferia da Alemanha situada geograficamente e historicamente no centro da Europa. Facilmente acessível a partir das grandes cidades nacionais e dos países circunjacentes, Trier tem se beneficiado do boom em miniférias urbanas, com uma oferta baseada em momentos-chave do seu passado inscritos em seu patrimônio arquitetônico: sua história de capital de província do império romano, de centro religioso do Sacro Império Romano-Germânico, de cidade natal de Karl Marx, sem esquecer sua localização no centro de

uma importante região vinícola ao longo do Rio Mosela.

Passei uma temporada em Trier no verão de 2019, que coincidiu com a época alta de turismo. Encontrei-me numa situação em que, sem ser exatamente turista, me via como um forasteiro numa cidade desconhecida que procurava explorar. Este texto busca refletir sobre as relações entre turismo e cidade: o que fazemos exatamente quando fazemos turismo? Como é que a cidade se oferece ao turista como uma série de experiências espetacularizadas e colecionáveis? De que maneira são ligados o olhar do turista e o olhar do fotógrafo, dada a forte influência recíproca do turismo e da fotografia em seus respectivos desenvolvimentos?

Os antigos estudos sobre o turismo sempre começavam por se desculpar da leveza do tema, mas, hoje em dia, a sua importância cultural, social e espacial aparenta ser inquestionável. Trata-se atualmente da maior indústria do mundo e de um fenômeno em cons-

¹ Tradução: A máquina fotográfica e o turismo são duas maneiras singularmente modernas de definir a realidade.

1. ‘Teu Retrato’, Trier, 2019.

Paul Melo e Castro

é professor de estudos lusófonos e literatura comparada na Universidade de Glasgow. Desenvolve pesquisa sobre a representação de espaços urbanos na literatura, cinema e fotografia.

paul.castro@glasgow.ac.uk

tante expansão: “to be a tourist is one of the characteristics of the ‘modern experience’. To not go away is like not possessing a car or nice house. It has become a marker of status in modern societies”² (Urry, 2002, p.3).

Num estudo já clássico, intitulado *The Tourist Gaze*, Urry define o turismo como uma interrupção do nosso dia a dia, normalmente implicando um afastamento do lugar habitual de residência para visitar outro lugar onde consumimos bens e serviços por prazer e recreio. Este autor defende ainda que o turismo é uma atividade fundamentalmente condicionada por práticas visuais que contêm certa sensibilidade ao entorno atípico em nosso quotidiano. Em suma, ser turista é transformar *sites* (ou “lugares”) em *sights* (ou “vistas”). Meu ensaio fotográfico, inspirado na obra de Urry, é uma tentativa de visionar criticamente esse processo e suas ideias.

Pesquisadores como Urry e Dean MacCannell situam a origem do turismo nas romarias medievais. Tal como oromeiro, o turista visita lugares (con)sagrados na esperança de obter uma experiência edificante e encorajadora e voltar para casa com o capital social e cultural acrescido. Só que hoje, em vez de um devocionário, traz o *Lonely Planet* como guia. A sacralização dos lugares de peregrinação turística, de acordo com MacCannell (1999), implica um complexo processo de configuração para regularizar essa experiência, onde o ato fotográfico é de suma importância. É por meio de práticas como a fotografia que cumprimos um modelo de visitação já traçado para nós e transformamos a nossa presença no lugar de peregrinação em “reliquia”, isto é, um objeto que possamos levar para casa. Para Urry (2002), houve duas formas principais de olhar turístico no século XX: o “romântico” e o “coletivo”, ambos acentuando uma faceta da peregrinação que ele associa a diferentes grupos sociais. O romântico, que caracteriza a classe média, expressa-se numa procura de distinção bourdieusiana e vê na experiência turística um bem posicional, desvalorizado se partilhado. O segundo, o coletivo, é associado no contexto britânico a turistas de classe operária, sendo gregário, ganha por ser compartilhado e no geral está mais investido em “mild and social tolerated rule-breaking”³ (Urry, 2002, p.92), sobretudo no que toca a beber, comer, comportar-se e vestir-se.

Na presente era de pós-modernidade, porém, a divisão clara entre estes dois olhares tende a esbo-

roar-se, sobretudo nas novas classes médias, ricas em capital cultural mas um tanto desabastecidas em termos financeiros. Para Maxine Feifer (1985), nestas classes, as atitudes de contemplação elitista e divertimento coletivo deram lugar a uma postura lúdica que, embora rejeite a altivez burguesa e a suposta incultura operária, inclui elementos de romantismo e coletivismo. Além desta nova ludicidade, Urry (2002) vê o surgimento de outras atitudes que fazem parte do olhar turístico pós-moderno, tal como a “patrimonial”, cada vez mais importante numa Europa de profundas mudanças econômicas, sociais e demográficas. Aqui, o olhar do turista procura lugares onde aconteceram eventos importantes ou onde viveram figuras históricas, o que dá ao portador a sensação de incrementar seu estatuto particular e participar numa coletividade. Sobretudo, para Urry, o pós-turista é um colecionador de olhares, consumindo lugares de forma mais distraída que reverencial ou festiva. Aqui parece-me que a prática contemporânea do turismo e a prática de fotografia de rua, na qual participo, se abeiram de maneira algo desconfortável. Não serão tanto o turista como o fotógrafo encarnações do *flâneur*, para quem, como criticou Susan Sontag (1979), o mundo em todos os seus cambiantes se reduz a um certo pitoresco?

Hoje em dia, aparelho na mão, tudo quanto é site pode transformar-se em *sight*, desde os estaleiros desativados de Glasgow às favelas na periferia das grandes cidades do Brasil. Peter Osborne (2000, p.70) descreve “the ultimate inseparability of the medium from tourism’s general culture and economy and from the varieties of modern culture of which they are constitutive”⁴. Não passará a fotografia de rua de um derivado do olhar turístico com pretensões à arte?

Espero que não, ou não só, embora seja sempre salutar refletir sobre a ética da nossa prática. Se tanto no turismo como na fotografia o olhar serve para organizar o encontro com o “outro”, “providing some sense of competence, pleasure and structure to those experiences”⁵ (Urry, 2009, p.145), então “to photograph is in some way to appropriate the object being photographed [...] To have visual knowledge of an object is in part to have power over it”⁶ (Urry, 2009, p.127). Sendo meu o poder aqui, o meu olhar tem igualmente de ser objeto de crítica.

4 Tradução: a inseparabilidade final da fotografia da cultura e economia do turismo em geral e das variedades da cultura moderna de que são constitutivas.

5 Tradução: proporcionando um certo sentido de competência, prazer e estrutura a essas experiências.

6 Tradução: Fotografar é, de algum modo, apropriar o objeto fotografado [...] Ter conhecimento visual de um objeto é, em parte, exercer controle sobre ele.

2 Tradução: Ser turista é uma das características da “experiência moderna”. Não ir de férias é como não ter um carro ou uma bela casa. Ser-se turista tornou-se um indicador de status.

3 Tradução: Infrações benignas e toleradas às regras sociais.

Sou grande admirador da obra de Martin Parr, mas espero ter fugido a uma certa condescendência que encontro no seu trabalho sobre turismo (por exemplo, *Home and Abroad ou Small World*), o foco no *kitsch* e nas cores primárias, a aparente crítica alanteira de práticas coletivas, a sua postura de antigo antropólogo entre os selvagens. Com a minha máquina fotográfica entre tantas outras em Trier, fui, para adaptar a célebre frase de Eça de Queiroz, mais um desses monstros. Por onde passei vi uma mistura de práticas românticas, coletivas e lúdicas, cujas cambiantes tentei registrar. Notei, contudo, que esta mistura também tem outros ingredientes. Uma crítica feita ao trabalho de Urry é que ele dá demasiado ênfase ao visual, descuidando do fato de que o turismo também é físico e corporal, envolvendo seres com gênero e raça, e talvez frágeis ou idosos (Veijola e Jokinen, 1994). Procurei ainda registrar essa diversidade.

Considerar o turismo como prática visual, e não só, por meio da fotografia, implica inevitavelmente testemunhar os portadores deste olhar, os sujeitos desta experiência que também é corpórea. O próprio Urry aceitou o fundamento destas críticas e tem vindo a adaptar sua posição. Embora continue a sustentar que vivemos num “global world of omnipotente vision”⁷ (2009, p.14), admite que “to be there oneself is what is crucial to most tourism. Co-presence then

7 Tradução: Mundo globalizado onde a visão é onipotente.

involves seeing or hearing or touching or smelling or tasting a particular place”⁸ (Urry, 2009, p.154). Ver, ver outros e ver na presença de outros estão também no âmago da fotografia da rua, uma prática com tanto do documental como do diarístico.

Talvez o mais interessante em Trier seja a transformação de Karl Marx em atração turística. Escreve Peter Singer que:

Marx’s impact can only be compared with that of religious figures like Jesus or Muhammed. For much of the second half of the twentieth century, nearly four out of every ten people on Earth lived under governments that considered themselves Marxist and claimed – however implausibly – to use Marxist principles to decide how the nation should be run. In these countries, Marx was a kind of secular Jesus: his writings were the ultimate source of truth and authority; his image was everywhere reverently displayed. The lives of millions of people have been deeply affected by Marx’s legacy⁹ (1980, p.1).

8 Tradução: No geral, estar presente em pessoa é crucial ao turismo. Presenciar em conjunto envolve ver, ouvir, tocar, cheirar ou saborear um lugar determinado.

9 Tradução: O impacto de Marx só se pode comparar a uma figura religiosa como Jesus ou Maomé. Durante grande parte do século vinte, quase quatro em cada dez pessoas vivia sob governos que se consideravam marxistas e afirmavam – por implausível que fosse – seguir princípios marxistas ao administrar a nação. Nestes países, Marx era um Jesus secular: seus

2. Igreja da Nossa Senhora, mais antiga igreja gótica da Alemanha, Trier, 2019.





3. Turista fotografando a miniatura da Porta Nigra diante da Porta Nigra, 2019.



4. Turismo na chuva, Trier, 2019.

Visto por este viés, talvez não seja de estranhar que ele seja o objeto de “romarias turísticas”. Porém, Marx não é uma figura consensual, nem os turistas vêm necessariamente à cidade de Trier para venerá-lo. Sem dúvida uma das mais conhecidas figuras intelectuais do século XIX e uma pedra fundamental da história política do século XX, a celebração de Marx em Trier (na antiga Alemanha Ocidental) contrasta com o seu quase total apagamento da antiga Alemanha Oriental, comunista até a queda do muro de Berlim. Quem é o Marx que Trier reclama como seu? Embora – com a importante exceção de China – a maior parte dos regimes marxistas tenham passado à história, as ideias de Marx continuam a fazer escola em análises das relações entre sociedade, cultura e economia. Seria Marx a melhor fonte para analisar o turismo à volta da sua figura? Um dos seus conceitos mais conhecidos é que o capitalismo, como sistema que privilegia a criação de mais-valia sobre a realização humana generalizada, produz alienação. Na atualidade, sua ideia de alienação tem sido vista como resultado não só da produção, mas também do consumo e a nossa incapacidade de apreciar algo sem o possuir, literalmente ou figurativamente. Será o caso aqui? Ou será o turismo em torno de Marx o reflexo de um salutar pós-modernismo, que mistura curiosidade intelectual com uma atitude brincalhona? Escreve Berenice Martin que “[t]he contemporary culture market muddles together the elite and the vulgar, yesterday’s shock and today’s

joke in one gloriously trivial bricolage”¹⁰ (1982, p.236). Ou seja, uma borracha de apagar em forma de *O Capital*?

REFERÊNCIAS

- FEIFER, Maxine. **Going Places**. London: MacMillan, 1985.
- HORNE, Donald. **The Great Museum**. London: Pluto, 1984.
- MARTIN, Bernice. **A Sociology of Contemporary Popular Culture**. Oxford: Blackwell, 1982.
- MACCANNELL, Dean. **The Tourist**. New York: Schocken, 1999.
- OSBORNE, Peter. **Travelling Light: Photography, Travel and Visual Culture**. Manchester: Manchester University Press, 2000.
- PARR, Martin. **Home and Abroad**. London: Jonathan Cape, 1993.
- PARR, Martin. **Small World**. Stockport: Dewi Lewis, 1995.
- SONTAG, Susan. **On Photography**. London: Penguin, 1979.
- URRY, John. **The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies**, 2nd edition. London: Routledge, 2002.
- VEIJOLA, Soile e Jokinen, Eeva. “The Body in Tourism”, **Theory, Culture and Society**, 11, 1994: 125-151. ■

escritos eram a fonte última da verdade e sua imagem se exibia reverentemente em todo o lado. A vida de milhões de pessoas tem sido profundamente condicionada pelo legado de Marx.

10 Tradução: O mercado contemporâneo de cultura mistura desordenadamente o elitista e o vulgar, o polêmico de ontem e a piada de hoje num só bricolage trivial e glorioso.

5. Adega de Sekt (espumante alemão), Trier, 2019.



6. Bar temporário servindo vinhos da região, Trier, 2019.



7. Telhado dum centro comercial em dificuldades transformado em 'bar de vinhos e praia urbana', Trier, 2019.



8. Barco de Turismo no Rio Mosela, Trier, 2019.



9. Vitrine de livraria no Bairro Karl Marx, Trier, 2019.



10. Turista chinesa fotografando o busto de Marx, Casa-Museu de Karl Marx, Trier, 2019.

11. Estátua de Karl Marx oferecida à cidade pelo governo chinês, Trier, 2019.



12. Recorte de Soldado Romano em frente à Porta Nigra, Trier, 2019.



13. Local de Nascimento de Karl Marx, Trier, 2019.



14. Ruínas das termas romanas, Trier, 2019.



15. Turistas posando no Jardim do Palácio Eleitoral, Trier, 2019.



16. Borrachas de apagar em forma d'O Capital a dois euros, Casa-Museu Karl Marx, Trier, 2019.

Erica Andrade Modesto
Fernando Antônio Santos de Souza

(Ocup)ação urbana e seu desdobramento habitacional

1. A estrada da solidariedade (Aracaju, 2018).

Este ensaio fotográfico é parte da pesquisa de um trabalho de conclusão de curso e trata do comportamento habitacional da ocupação urbana Beatriz Nascimento, em Aracaju/SE, no ano de 2018, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST. O modo de morar e habitar o espaço dessa ocupação é caracterizado através dos seus desdobramentos pelas ações coletivas baseadas na solidariedade, cooperação e resistência. A (ocup)ação torna-se instrumento de luta pelo direito à cidade.

Os barracos da ocupação são improvisados e, nos seus poucos metros quadrados, abrigam conjuntamente em um cômodo único a função de estar e de dormir, sem separação entre pais e crianças, ou compartimentos em que os objetos pessoais possam ser guardados. Eletrodomésticos como ventilador e micro-ondas ajudam a

amenizar as condições diárias enfrentadas nos barracos, enquanto que a televisão distrai as crianças.

Os barracos que são habitados se adequam às dificuldades desse tipo de moradia. Com criatividade, os ocupantes expandem seu reduzido espaço, chegando até a construir barracos com dois pavimentos. A favela compreende a ideia do abrigo e da temporalidade da arquitetura, a qual, no início, consiste sempre em uma peça única e será ampliada de acordo com o tempo e os meios do construtor, que desde o começo deve dispor de grande capacidade de adaptação e de imaginação construtiva, pois não há projeto preliminar para a construção de um barraco (JACQUES, 2003).

A política colaborativa adotada pelo MTST reflete diretamente na organização socioespacial da ocupação: apenas os barracos individuais de cada ocupante são de uso privado; as demais

Erica Andrade Modesto

é graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Sergipe (2019). Mestranda em Gestão e Preservação do Patrimônio (PROARQ/UFS). Atuante em pesquisas sobre direito à cidade e no coletivo de arquitetos Saúde Moradia com aplicação da ATHIS.

ericaandrademodesto@gmail.com

Fernando Antônio Santos de Souza

é professor adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Sergipe. Arquiteto e Urbanista (UFPE/1981), mestre em Desenvolvimento Urbano e Regional (UFPE/2000) e Doutor em Geografia (UFS/2008). Idealizador do coletivo Saúde Moradia.

fmvsouza@gmail.com

tarefas são realizadas de forma coletiva, por meio do compartilhamento de espaços e atividades. Os espaços coletivos da ocupação “Beatriz Nascimento” são a cozinha, lavanderia, banheiros, brinquedoteca, bazar e o barracão cultural.

A cozinha, juntamente com os banheiros, são os equipamentos coletivos de maior importância na ocupação. A cozinha oferece as três refeições do dia gratuitamente. É fruto da organização, solidariedade e, principalmente, da ação da população, mantendo-se por meio de doações de alimentos e utensílios para preparação das refeições.

O comportamento habitacional dos moradores das ocupações é construído pela solidariedade e reconhecimento de direitos. Comportamento habitacional é concebido enquanto ações do cotidiano, que se constituem entre objetos e sujeitos sociais, em função dos modos de morar. Trata-se de ações micro-físicas, no nível do micropoder, e que se formam em função de dispositivos urbanos habitacionais que se dobram e desdobram em sujeitos urbanos.

Os dispositivos e aparelhos coletivos construídos

foram uma solução criativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto para que se tivesse condições de manter a ocupação em termos de estrutura e logística, mas especialmente para gerar um comportamento habitacional pautado em laços de coletividade e solidariedade nos ocupantes. Desse modo, são esses laços que constituem o espaço físico da ocupação.

BIBLIOGRAFIA

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MODESTO, Érica Andrade. **Organização espacial e política das ocupações do MTST em Aracaju/SE e seus desdobramentos habitacionais**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019. ■



2. Percursos diários (Aracaju, 2018).



3. Organização - Nº 537 (Aracaju, 2018).

4. Resistir: A construção é cotidiana (Aracaju, 2018).



5. Objetos cotidianos (Aracaju, 2018).



6. Distração (Aracaju, 2018).



7. Banheiro Masculino (Aracaju, 2018).

8. Cuscuz coletivo (Aracaju, 2018). ▶



9. Brincar e aprender (Aracaju, 2018). cable. ▼



REALIZAÇÃO



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

APOIOS



inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional

